

37

DR. JOSÉ MARIA FÉLIX

Professor do Seminário de Alcains

FÁTIMA

E A

Redenção de Portugal



COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES
OFICINAS GRÁFICAS «MINERVA», DE
GASPAR PINTO DE SOUSA & IRMÃO
VILA NOVA DE FAMALICÃO — 1939

Á
SS. VIRGEM MARIA
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

EXCELSA RAÍNHA DOS CÉUS E DA TERRA
E
CARINHOSA PADROEIRA
DE
PORTUGAL:
NA
OCORRÊNCIA FESTIVA
DO
OITAVO CENTENÁRIO
DA
INDEPENDÊNCIA
DA
«TERRA DE SANTA MARIA»

IMPRIMATUR.

Portalegre, na Festa da Anunciação de Nossa Senhora.
25 de Março de 1939.

† DOMINGOS, *Bispo de Portalegre.*

AOS LEITORES

*As horas da manhã que, nos últimos meses, as obrigações quotidianas e a precária saúde nos tem permitido consagrar a trabalhos de devoção, têmolas empregado na preparação de uma obrazinha que intitulámos **Fátima e a Independência de Portugal** e desejáramos — esperamos-lo ainda, confiados em Deus e na SS. Virgem de Fátima — trazer a público dentro do biénio festivo dos centenários da Fundação e Restauração da independência nacional.*

Ao entrar no capítulo V, que consagramos ao Liberalismo, tivemos de fazer um compasso de espera em que a princípio não pensávamos.

Como desejávamos subir às fontes do liberalismo que invadiu a nossa pátria e, por outro lado, tomamos o termo « liberalismo » em toda a plenitude do seu sentido, isto é, pelo conjunto de tendências libertárias que grassaram na Europa desde o século XIV e originaram graves convulsões na terra portuguesa — bem depressa nos

pareceu impossível enquadrar no plano de um só capítulo, por maior que o fizéssemos, tudo o que sobre o assunto nos propúnhamos escrever.

Fizemos então um breve resumo do que mais condizia com o plano do trabalho que vínhamos executando, e resolvemos desenvolver um pouco mais e publicar em separata o que desejávamos dizer em matéria de liberalismo.

Assim se concebeu e veio à luz este opúsculo singelo que gostosamente pômos nas mãos dos portugueses na ocorrência soleníssima do oitavo centenário da batalha de Ourique, equivalente ao oitavo centenário da Fundação da Nacionalidade.

*
* *
*

«... Sob o olhar benigno da Providência contamos já oito séculos de trabalhos, de sofrimentos, de lutas, de liberdade e, se é sempre o mesmo perigo, é sempre o mesmo milagre.

« O grito de Ourique tem de séculos a séculos rebouado por montes e vales, penetrou nas veias, caldeou o sangue dêste povo, tornou coesa a sua massa, e esta rebelde ao trabalho de dissolução interior com que em nossos dias, mais do que por guerras de conquista, alguns tentam subverter as nações e o seu ideal colectivo. No longo processo histórico, cujo acto mais belo e de mais elevada transcendência é precisamente Aljubarrota, nós podemos ver com diáfana clareza a reivindicação dessa dupla independência — a independência política de país estrangeiro, a independência moral no interior, ou seja uma Nação livre que livremente se determina para a realização dos seus fins no concerto dos povos.» ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Oliveira Salazar: Discursos, II, pág. 176 (Coimbra, 1937). Estas palavras foram proferidas em 14 de Agosto de 1936 de um dos terraços do Convento da Batalha.

Contra a independência interna e externa da Nação houve «sempre o mesmo perigo», porque as pátrias são contingentes e abundam, em todos os tempos, os germens da dissolução, isto é, as paixões loucas de estrangeiros cubiçosos do alheio e de portugueses traidores ou pouco amantes da sua Pátria.

Mas em face do perigo de sempre, deu-se «sempre o mesmo milagre» do triunfo de Portugal, porque vivemos sempre «sob o olhar benigno da Providência» que nos deu a SS. Virgem Maria como Padroeira nacional desde a aurora da independência em todos os tempos da nossa História.

A peste do liberalismo tornou-se o perigo mais grave para a independência interna e externa da Pátria, porque envenenou as fontes puras da vida nacional e atacou as energias cristãs da alma portuguesa — essa vitalidade

tradicional e cristã que foi sempre o segrêdo das nossas glórias nacionais.

A gravidade singular do perigo ameaçador da nossa independência correspondeu a benignidade singular do olhar da Providência que realizou, por nosso amor, o grande «milagre» dos históricos acontecimentos da Cova da Iria.

Fátima foi a redenção de Portugal. Surgiu e vai crescendo essa mística «Cidade de Maria» para ser o centro da renovação da «Terra de Santa Maria».

*

* *

Ao movimento de renovação cristã e patriótica que, sob o olhar benigno da Providência e com as bênçãos da Padroeira Celeste, se vem operando em Portugal houvemos por bem dar o nome de redenção, não só porque a palavra

exprime convenientemente o nosso pensamento, mas também porque assim têm falado aquêles que estão à frente desta cruzada de ressurgimento nacional e cristão ⁽¹⁾.

Em a Nota do Dia de 17 de Novembro de 1933, diziam as Novidades:

«E a Virgem Santíssima, a Padroeira de Portugal, um dia coroada Rainha dos Portugueses, não tem outra palavra, ao descer em Fátima, mãos em súplica, para o resgate cristão de Portugal, que não fôsse de apêlo à penitência, à oração, ao sacrifício, à intensidade da vida cristã nas almas, para que se apresse o dia da redenção, do advento do Reino de Deus à nossa terra.»

⁽¹⁾ Nos testemunhos que vamos citar, os sublinhados são nossos.

Após o triunfo do 28 de Maio, explicando ao país as intenções da Revolução Nacional, afirmou o General Gomes da Costa:

«A Nação está cansada da tirania dos políticos irresponsáveis. Quere um govêrno forte que tenha por missão salvar a Pátria e instituir a verdadeira representação nacional dos interesses reais, vivos e permanentes de Portugal. Unido a vós na mesma aspiração de redenção patriótica, eu proclamo o interesse nacional contra a acção nefasta dos políticos e dos partidos e ofereço à Pátria doente um govêrno forte, capaz de opôr uma barreira heródica aos inimigos do interior e do exterior.» ⁽¹⁾

⁽¹⁾ A. Gonçalves Matoso: Comp. da História de Portugal, pag. 782 (Lisboa, 1938).

O Sr. Dr. Oliveira Salazar, ao concluir, nos primeiros dias do seu govêrno (9 de Junho de 1928), um famoso discurso em que preconizou a política de sacrifício que urgia iniciar, proferiu estas palavras inesquéciveis:

«É a ascensão dolorosa dum calvário. Repito: é a ascensão dolorosa dum calvário. No cimo podem morrer os homens, mas redimem-se as pátrias!» ⁽¹⁾

Em 15 de Fevereiro de 1935, disse o sr. governador civil de Vila Real, tenente Assis Gonçalves:

«Há tanto tempo que as almas gemendo e chorando neste vale de lágrimas anseavam por

⁽¹⁾ O. Salazar: Discursos, 1, pág. 18 (Coimbra, 1935).

uma redenção!... Há tanto tempo... Deus ouviu os portugueses, atendeu as almas, e mandou-lhes a inteligência e lealdade de Ormona, a inteligência e lealdade de Salazar!» ⁽¹⁾

Em Fátima, onde Nossa Senhora apareceu para se realizar «o resgate cristão de Portugal», os portugueses pediram sempre, e mòrmente no dia da grande peregrinação nacional de 13 de Maio de 1931, a salvação e a redenção de Portugal:

«Salvai-nos e salvai Portugal!»

«Rainha do Céu, Rainha e Padroeira de Portugal, salvai e redimi a grande família portuguesa».

⁽¹⁾ Diário da Manhã, 19-II-1935.

*

*

*

Fátima «quer geográfica quer espiritualmente é o coração de Portugal» ⁽¹⁾, como disse um dia o Ven.^o Prelado de Beja, D. José do Patrocínio Dias.

Ali os portugueses sentem-se «mais próximo do Céu, mais crentes e mais patriotas».

E' natural que assim aconteça.

Como a Religião é a base da ordem social, e, em Portugal, a Religião e a Pátria andaram sempre unidas, um atentado contra a Religião redundava em atentado contra a própria Nação; e, pela mesma razão, uma obra de renovação cristã traz naturalmente consigo um ressurgimento patriótico.

⁽¹⁾ L. Fischer: Fátima à luz da Autoridade Eclesiástica, pág. 55 (Lisboa, 1932).

Por isso, embora as realidades de Fátima tenham uma importância e finalidade principalmente de carácter religioso, é certo que têm também o seu «lado patriótico».

Não o esqueceu, decerto, Aquela que foi sempre a Padroeira de Portugal e se dignou aparecer na Cova da Iria, nem o esquecem também os peregrinos de Fátima quando rezam e cantam no local bendito das aparições.

«Fátima, terra cheia de tradições ligadas com os factos mais notáveis da história portuguesa é o local escolhido por Nossa Senhora para manifestar o seu poder, a sua bondade, o seu amor» (D. José, Bispo de Leiria).

«A vizinhança de Aljubarrota e da Batalha» traz-nos à memória «as gloriosas tradições do nosso passado de heróis».

CAPÍTULO I

A Cristandade da Idade-Média

A Igreja Católica, em conformidade com as profecias do seu divino Fundador, teve em todos os tempos grandes dificuldades a vencer e perseguições mais ou menos violentas a sofrer. Sempre desarmada e sempre animada de sentimentos de paz e de amor, procurou cumprir fielmente a sua missão sem violar os direitos de ninguém e com incalculáveis vantagens para todos. Muitos, porém, não reconheceram nem as suas intenções nem os seus serviços, umas vezes por incompreensão, outras por má vontade. Daí as dificuldades, as perseguições e as violências.

Nos primeiros séculos teve a Igreja de defrontar-se com a fúria dos imperadores romanos que pretenderam aniquilá-la, fazendo correr rios de sangue. Na acalmia que sucedeu à tempestade das perseguições teve de lutar contra as heresias e, não raro, contra os abusos dos imperadores, que fizeram do Cristianismo a religião oficial do império, mas

pretendiam imiscuir-se na vida interna da Igreja.

Sobreveio a era das invasões bárbaras no império romano que agonizava e veio a morrer em 476. A Igreja encontrou-se então diante de um mundo em ruínas. «As duas sociedades, postas em contacto, destruíram-se mutuamente: — os bárbaros contaminados pelos vícios dos romanos; os romanos desfeitos pela brutalidade dos bárbaros» ⁽¹⁾.

Das nações que surgiram dos escombros da barbárie recebeu a Igreja privilégios e atenções; mas não lhe faltaram também agravos e ofensas e injustiças, de que foram autores os reis e imperadores césaro-papistas.

Sofreu também a Igreja, nesta época, a perda de numerosos filhos que os imperadores e maus bispos orientais arrancaram da comunhão com a Santa Sé pela premeditação e realização do Cisma do Oriente consumado no século xi.

As invasões muçulmanas, os excessos e violências dos Albigenses e os abusos do feudalismo foram também outras tantas fontes de preocupações, tristezas e dificuldades com

(1) A. G. Matoso: *Compêndio de Hist. Medieval, Moderna e Contemporânea*, pág. 12 (Lisboa, 1933).

que a Igreja teve de lutar nos recuados tempos medievais.

De tudo, porém, a Igreja foi triunfando, cobrindo-se cada vez mais de glória imorredoura que atingiu o ponto culminante nos esplendores do século xiii.

Na era das perseguições, levou o Evangelho a tôdas as nações, realizou a transformação moral do mundo, rodeou-se de um glorioso exército de mártires, e demonstrou solenemente a sua origem divina, já com a vigorosa argumentação dos seus apologetas, já com a sua própria sobrevivência à guerra de extermínio que, por três longos séculos, lhe moveu, encarniçadamente, o paganismo.

No período das heresias expôs luminosamente a maravilhosa doutrina dos seus dogmas eternos, já nas definições solenes dos primeiros concílios ecoménicos, já nas obras imortais dos geniais Doutores que são ainda hoje o assombro do mundo.

Na época das invasões bárbaras, aproximou-se dos vencidos para os proteger contra os excessos da barbárie, e foi ao encontro dos bárbaros para os humanizar e tornar participantes das riquezas inexauríveis da Civilização Cristã.

Com vencidos e vencedores, irmanados na mesma fé e nos mesmos sentimentos, lançou

os fundamentos das nações cristãs da Europa, que foram surgindo e progredindo com as bênção da Mãe comum, em torno da qual formavam a grande família cristã, que ficou na história com o nome de *Cristandade*.

A Igreja Católica era a Mãe, a Mestra e a Rainha no meio desta admirável Sociedade das Nações. Com os seus desvelos de Mãe carinhosa acudia aos fracos, aos pobres, aos doentes e aos peregrinos, criando e sustentando obras de caridade e assistência.

Com as suas luzes de Mestra divina dissipava as trevas da ignorância e elevava o nível intelectual da Europa, fundando, por toda a parte, escolas e universidades. Com o seu poder de Rainha prestigiosa civilizava os costumes, moralizava as leis e instituições, defendia a ordem e os interesses de cada povo, e vigiava pela paz e concórdia no mundo internacional. «A Igreja teve na Idade-Média o grande mérito de afirmar a superioridade do espírito sobre a força bruta, e isto precisamente numa época, em que a força não estava ao serviço do direito» ⁽¹⁾. Afirmações dessa superioridade do espírito sobre a força foram,

(1) Mons. J. A. Ferreira: *Manual de História das Religiões*, pág. 268 (Braga, 1919).

por exemplo, a trégua de Deus, as milícias e instituições de paz, o desfecho das lutas cé-saro-papistas, bem como o movimento das cruzadas do Oriente e, antes disso, a evangelização e civilização do mundo pagão e dos povos bárbaros.

A boa harmonia que reinava nas relações da Igreja com o poder civil e das nações entre si sob a direcção superior do Chefe da Cristandade, correspondia outra harmonia não menos perfeita nem menos fecunda no campo intelectual.

«A Igreja preparada pelo trabalho dos apologetas, provada e purificada pelo fogo das perseguições», quando soou a hora da paz e da liberdade, empreendeu, por meio dos Santos Padres «o trabalho esplêndido da plena evolução da sua doutrina».

Surgiram então os grandes Doutores da Igreja — S. Atanásio, S. Hilário, S. Basílio, S. Gregório Nisseno, S. Gregório Nazianzeno, S. Ambrósio, S. Jerónimo, S. Agostinho, S. João Crisóstomo, e outros — os quais se tornaram «outras tantas colunas em que assenta todo o edifício não só da fé e da disciplina, mas também da filosofia e da teologia... Todos, pela santidade da sua vida e pela pureza e sublimidade da sua doutrina, prepararam o campo da cultura cristã, no qual, depois, cres-

ceu e floresceu a filosofia e a teologia escolástica (1).

Na era das invasões bárbaras faltava o tempo, o sossego e o silêncio indispensáveis ao estudo. Sob o ponto de vista científico, a benemérita missão da Igreja, naquele período agitado, foi salvar da onda devastadora da barbárie e guardar nas bibliotecas sobretudo dos seus conventos as preciosidades científicas da antiguidade, que, sem a providência da Igreja, se teriam perdido irreparavelmente.

Quando o ambiente se tornou mais calmo, começam os grandes teólogos e filósofos da Idade-Média a desenterrar do pó das bibliotecas e das ruínas das invasões bárbaras os tesouros da antiguidade grega e cristã, e a construir, com eles, o maravilhoso edifício da ciência medieval. Esse monumento intelectual da Meia-Idade — que rivaliza em beleza, grandiosidade e solidez com as esplêndidas catedrais dessa era tão artística — começou a erguer-se no século ix, subiu lentamente nos dois séculos subseqüentes, progrediu notavelmente no século xii, e veio a concluir-se no século xiii com os trabalhos admiráveis de

(1) P. F. Klimke: *Institutiones Historiae Philosophiae*, vol. I, pág. 126 (Roma, 1923).

Santo Alberto Magno e do seu genial discípulo Santo Tomaz de Aquino.

Aparte as pequenas divergências em assuntos secundários, os grandes pensadores da Idade-Média trabalharam incansavelmente e com admirável abnegação e solidariedade, ocupando como indivíduos um lugar secundário para que do trabalho e esforços conjugados saísse o monumento científico que havia de assombrar e iluminar as gerações vindouras.

«No decurso de toda a história da filosofia nunca houve, como no século xiii, uma síntese filosófica tão perfeita e universal — síntese que, para mais, abrangia, sob um aspecto científico, todo o âmbito da teoria e da prática, da vida pública e da vida particular, das coisas humanas e das coisas divinas.

«Nunca, como no século xiii, houve tão perfeita harmonia, tão orgânica e estreita conexão entre as ciências e as artes, entre a política e a filosofia, entre a vida religiosa e o trabalho científico» (1).

Foi contra esta assombrosa e admirável harmonia — que reinava em todas as coisas, graças ao trabalho insano, ao esforço persistente, à providência vigilante, à autoridade in-

(1) F. Klimke: *ob. cit.*, pág. 265.

discutível e ao prestígio universal da Igreja Católica — foi contra esta singular e fecunda harmonia que se levantou, numa hora infeliz, o movimento do liberalismo que veio encher a Europa e o Mundo de erros, de individualismos, de divisões, de perturbações, de ódios, de sangue, de desventura e morte!

CAPÍTULO II

Causas do Liberalismo

Foram muitas as circunstâncias e causas que contribuíram para o aparecimento das tendências liberais desde os fins da Idade Média. Recordemos as principais.

Os excessos do feudalismo provocaram reacções violentas da parte das populações tirânicamente vèxadas e oprimidas.

Os monarcas dêsse tempo, vendo na decadência do feudalismo uma condição indispensável para o revigoramento do seu poder, não hesitaram em secundar as insurreições populares contra as prepotências dos senhores feudais. A própria Igreja Católica, sempre disposta a combater as injustiças e a defender os fracos e os oprimidos, colocou-se à frente dêste movimento destinado a melhorar as condições materiais, intellectuais e morais daqueles que então viviam na «miséria imerecida». A melhoria da situação das classes populares originou o desenvolvimento das comunas, dos municípios e das cidades burguesas.

Claro está que era justo esse movimento renovador das instituições medievais. Mas começava já a preparar-se o ambiente em que havia de intensificar-se a sêde de liberdade e as tendências individualistas.

Ainda em pleno século XIII aparece a *Magna Carta* das liberdades inglesas e, pouco depois, o *Parlamento* que estava destinado a desempenhar um papel importante na marcha do liberalismo e na história da Inglaterra e das outras nações que importariam mais tarde essa instituição tão querida dos apaixonados da democracia e da liberdade.

Desde os fins do século XIII e princípios do seguinte, começa a diminuir o prestígio e a influência da Igreja. Contribuíram para isso, as lutas de Bonifácio VIII com o ambicioso e avarento Filipe IV, o Belo, que, servindo-se audaciosamente da mentira, do insulto e da violência, ofendeu gravissimamente a dignidade e os direitos do Sumo Pontífice.

A estes factos lamentáveis sucederam outros acontecimentos de piores conseqüências para o prestígio da Santa Sé, isto é, a residência dos Papas em Avinhão e o Cisma do Ocidente.

A residência dos Papas em Avinhão, deixando o Chefe da Igreja na dependência, pelo menos aparente, do rei de França, foi ocasião

de começarem a desconfiar do Sumo Pontífice os outros monarcas da Cristandade.

Daí nasceram os graves conflitos entre a Santa Sé e os imperadores da Alemanha, que tiveram o seu período mais agudo no reinado de Luiz da Baviera, o qual chegou a invadir a Itália, a entrar em Roma e a criar um anti-papa.

O Cisma do Ocidente, que durou 39 anos, teve o triste condão de dividir a Cristandade e de afrouxar consideravelmente os vínculos da obediência, do respeito e do amor à Santa Sé. «O papado... saía de tôdas estas contendas extraordinariamente debilitado, sem fôrças para voltar a conquistar a supremacia de que gozara durante alguns séculos» (1).

As rebeliões do poder civil contra a Santa Sé eram até então factos mais ou menos espaçados, explosões passageiras, mais ou menos violentas, do orgulho e ambição dos príncipes mais insubmissos. A partir do século XIV tornam-se uma rebelião sistemática, uma epidemia permanente e universal, devido ao aparecimento de doutrinas avariadas que libertavam os príncipes da sujeição à Santa Sé e lhes atribuíam poderes superiores aos do Pontífice.

(1) A. G. Matoso: *Ob. Cit.*, pág. 162.

Romano e conferiam o direito absoluto de regular a própria vida interna da Igreja.

Já *Guilherme Occam*, para ser agradável a Filipe Belo e a Luiz da Baviera, esboçou um sistema que limitava bastante o poder pontifício elevando quási ao mesmo nível o poder dos príncipes.

Mas o primeiro célebre doutrinador do sistema regalista foi *Marsílio de Pádua*, que, na luta entre o Papa e Luiz da Baviera, atacou com violência os direitos da Igreja e do Sumo Pontífice, e defendeu as orgulhosas pretensões do imperador alemão.

Coadjuvado por *João de Janduno* publicou uma obra — «*Defensor pacis*» — que, embora condenada pela Santa Igreja, veio a ser a cartilha ou evangelho dos arraiais do regalismo.

As suas péssimas teorias, correctas e aumentadas de idade em idade, tornaram-se a medula dos sistemas semelhantes que foram aparecendo, depois, com diversas denominações: — Regalismo, Galicanismo, Jansenismo, Febronianismo, Josefinismo e, finalmente, o Liberalismo contemporâneo.

Para preparar o terreno e abrir o caminho ao movimento liberal concorreu também não pouco a decadência da Escolástica, iniciada no entardecer do século XIII, em consequência de circunstâncias de vária ordem.

Por um lado, as lutas entre a Igreja e os Estados, alguns conflitos internacionais, o Cisma do Ocidente e outras calamidades sociais destruíam o ambiente de paz indispensável para o estudo e altas lucubrações.

Com a multiplicação das Universidades, aumentou o número dos mestres menos idóneos e facilitou-se (para atrair a população escolar) o acesso aos cursos superiores e a promoção aos graus académicos. Por outro lado, começam as rivalidades entre as diversas escolas filosóficas; surge o Escotismo com a sua crítica cerrada aos argumentos do Tomismo; ressurge o Nominalismo que subverte alguns fundamentos da filosofia tradicional; consomem-se as energias e perde-se muito tempo em subtilezas dialéticas e questões de importância secundária; e, assim, vai caindo no esquecimento a doutrina fundamental dos grandes mestres.

Entretanto aparecem novas tendências científicas, a que a escolástica decadente não consegue opor resistência eficaz nem impedir a marcha para os novos rumos que surgiam nos horizontes da razão humana.

Ao lado dos novos caminhos que a filosofia ia trilhar, progridem bastante as ciências naturais e fazem-se notáveis descobertas científicas que alvoroçam os espíritos e imprimem

nova direcção à vida da humanidade, dispondo-a para a funesta sementeira das novas ideias.

O relativo bem-estar do período áureo da Idade Média e os diversos acontecimentos a que acabamos de referir-nos originaram uma geral e acentuada decadência dos costumes, que se agravou consideravelmente com os triunfos do Humanismo iniciado na Itália no século xiv, intensificado com a queda do império bizantino e espalhado rapidamente por todas as nações da Europa.

O movimento humanista, considerado em si mesmo, nada tinha de condenável. Como sempre, a Igreja Católica colaborou eficazmente nesse movimento literário e científico. Mas a paixão com que os estudiosos começaram a cultivar as belezas artísticas e a forma literária da antiguidade clássica foi ocasião de reviverem também as antigas ideias e os velhos sistemas do mundo pagão.

Surgiu, assim, dentro em pouco, ao lado da renascença cristã, uma verdadeira renascença pagã que foi, sem dúvida, o melhor factor na preparação do ambiente para a difusão e para o triunfo das novas ideias libertárias.

Em resumo: «A partir do século xiv, os princípios basilares em que apoiara a Idade Média começam apresentando uma decadência

manifesta: — Enfraquece o vigor social da Cristandade, pela debilitação da autoridade pontificia; perde-se a noção da disciplina, pela força dissolvente do cisma ocidental; diminue a influência civilizadora da Igreja, pela negligência do clero; acentua-se o desmoronamento da filosofia escolástica, pela multiplicidade das universidades, onde passam a ensinar professores sem a competência dos do século xiii; impõe-se o domínio das forças políticas, pelo triunfo do absolutismo; modificam-se as formas da actividade económica, social e mental, pelo conhecimento da bússola, da pólvora e da imprensa. E' então que, no meio desta efervescência extraordinária se começa esboçando uma vigorosa corrente de opinião, que, tentando modificar as concepções artísticas, literárias e científicas e as bases constitutivas da sociedade, pelo abandono das fontes espirituais e cavalharescas da Idade Média, procura na antiguidade greco-romana os princípios orientadores do pensamento e da vida.

«Faz-se o estudo da antiguidade pagã na sua arte e na sua literatura; imitam-se os modelos clássicos, fonte de toda a inspiração; espalha-se a afirmação de que o conhecimento das letras antigas fará a humanidade mais civilizada, mais ditosa e mais feliz; exalta-se o domínio exclusivo da razão. — Estavam lança-

das as bases de um movimento, que em breve se espalha por toda a Europa com o nome de Renascimento. As tradições nacionais da Idade Média substitue-se o gosto apaixonado pela antiguidade; a alma pagã, desordenada e insubmissa, procura vencer a noção cristã da vida; a ciência e a arte tentam emancipar-se da autoridade da Igreja; e o engenho humano, conduzido pelo pensamento clássico, desperta para novas concepções intelectuais, artísticas e científicas» ⁽¹⁾.

(1) A. G. Matoso: *ob. cit.*, pág. 227-229.

CAPÍTULO III

Ideologia do Liberalismo

A harmonia maravilhosa estabelecida por Deus em todas as coisas, e vivida, em grande parte, pela Cristandade sobretudo do século XIII, depende, nas suas linhas gerais, dos seguintes princípios:

Acima de tudo, Deus, Criador, Senhor e Governador de todas as coisas, tanto naturais como sobrenaturais; Deus, fim supremo do universo que, por isso mesmo se destina a glorificá-lo mediante as criaturas racionais que devem conhecê-lo, amá-lo, servi-lo e, por fim, possuí-lo na ditosa eternidade.

Depois de Deus, a Igreja Católica, sociedade externa, visível, juridicamente perfeita, depositária da revelação e de todos os meios de salvação, divina e sobrenatural, e inteiramente independente de todos os poderes do mundo.

Abaixo da Igreja, a Sociedade civil, de ordem natural, perfeita e independente na sua ordem, mas indirectamente subordinada

à Igreja, como a razão à revelação, como a filosofia à teologia, como toda a ordem natural à ordem sobrenatural (1).

Dentro da sociedade civil, a família, inferior ao Estado, imperfeita como sociedade, mas anterior ao Estado e dele independente na sua constituição essencial, nos seus direitos e deveres naturais, que têm como fonte o próprio Deus, Criador da família.

Dentro da família, o indivíduo, membro da família, e por ela membro da sociedade civil, e em todo o caso com os seus deveres para com Deus, com os seus direitos e deveres para consigo e para com os seus semelhantes.

No próprio indivíduo, há também uma espécie de hierarquia: a razão sujeita a Deus e aos seus legítimos representantes, a vontade conformada com a razão, e as faculdades sen-

(1) Como o veneno liberal chegou mais longe, e penetrou mais fundo do que muita gente supõe, é possível que a nossa expressão cause impressão desagradável nalguns espíritos. Ela é, porém, a expressão da verdade imutável. Esta subordinação indirecta não impede que a sociedade civil seja independente na sua ordem. Simplesmente a obriga a não desconhecer a Igreja, a não violar os seus direitos, a não criar dificuldades ao cumprimento da sua missão, a entender-se com ela nos assuntos chamados mixtos e a cumprir, para com ela, todos os deveres de justiça e caridade.

sitivas, de ordem inferior, servindo a inteligência ou obedecendo à vontade.

Abaixo do homem, os três reinos da natureza, que devem servir ao homem para êle servir a Deus, seu primeiro princípio e seu último fim.

Tal é a ordem estabelecida por Deus.

Da consciente e generosa conformidade da actividade humana com o plano concebido e ordenado por Deus, princípio e fim de todas as coisas, depende a harmonia e a felicidade do indivíduo, da família, da sociedade civil e da Igreja Católica.

No período áureo da Idade Média reinava notavelmente essa ordem estabelecida por Deus. Aceitava-se essa ordem, conformava-se com ela a vida social e individual, considerando-se os actos a ela contrários violações condenáveis de uma norma superior aos homens e naturalmente inviolável.

Desde os séculos xiv e xv, em virtude das circunstâncias apontadas, e devido particularmente ao humanismo pagão, a violação da ordem providencial tornou-se permanente, sistemática, universal. Os homens da renascença pagã começaram a levar uma vida contrária ao pensamento cristão. Mas quando se não vive nem se quer viver como se pensa, começa naturalmente a pensar-se como se

vive, para acabar com a incômoda contradição entre a vida e o pensamento.

Dáí, depois de uma vida não cristã, essa multiplicidade de doutrinas não cristãs, inventadas para combater e destruir a mentalidade cristã, para libertar os homens das leis do Cristianismo, emfim, para cohonestar todos os desmandos e desregramentos. Esta vida desordenada, acalentada pelas novas ideias, tornar-se-á sempre mais grave e inspirará novas doutrinas, as quais, por sua vez, levarão a novas licenças e imoralidades. Emfim, quando se deixa a estrada real traçada por Deus, cai-se fatalmente de abismo em abismo!

A multiforme ideologia libertária, filha de uma vida não cristã, foi um atentado contra a ordem estabelecida por Deus e constantemente anunciada aos homens pela própria consciência e pelo magistério infalível da Igreja.

Libertou-se o homem da obrigação de tender para o seu fim, e as coisas do mundo da condição de meios para êsse fim. Começa o homem a viver para as coisas mundanas: — É o materialismo da vida!

Libertaram-se os sentidos da servidão à rainha das faculdades humanas — a inteligência — e atribuíram-se-lhes funções intelectuais: — É o sensualismo, é o empirismo, é o sentimentalismo, é o positivismo, é o intuicio-

nismo, é o anti-intelectualismo, é o materialismo!

Libertaram-se os sentidos da sujeição à dor e à vontade esclarecida pela razão: — É o egoísmo, é o hedonismo, é o sensualismo, é o epicureismo, é o libertinismo!

Libertou-se a vontade da natural dependência da razão e atribuíram-se-lhe funções racionais: — É o activismo, é o moralismo, é o pragmatismo, é o voluntarismo!

Libertou-se a vontade da sua própria liberdade (amarga contradição e ironia!): — É o determinismo, é o criminalismo, é a justificação de todos os crimes e desmandos!

Libertou-se a Filosofia da Teologia e a razão dos primeiros princípios e da doutrina tradicional de grandes sábios de muitos séculos: — É o nominalismo, é o cartesianismo, é o kantismo, é o desnorteamento da filosofia moderna e contemporânea!

Libertou-se a razão individual de toda a autoridade externa, sem excepção da autoridade de Deus: — É o racionalismo, é o modernismo, é a tão decantada autonomia da razão humana!

Libertou-se o sujeito cognoscente da própria realidade do objecto do conhecimento: — É o fenomenismo, é o subjectivismo, é o idealismo, é o sincretismo, é o cepticismo, é

o relativismo, é o mobilismo universal, mesmo nas verdades religiosas!

Libertou-se o indivíduo de todos os seus deveres para com Deus, para consigo e para com o próximo: — É a proclamação dos direitos do homem dotado da máxima liberdade de pensamento, de consciência, de linguagem e de acção, com inteiro esquecimento dos seus próprios deveres e absoluto desprezo dos direitos alheios!

Libertou-se o matrimónio da dependência de Deus, das suas propriedades essenciais, da sua sujeição à Igreja, dos seus deveres e encargos e da sua finalidade natural: — É a comédia do casamento civil, é o maltusianismo, é o racismo, é o divórcio, é o amor livre!

Libertou-se a mulher dos seus naturais encargos de mulher, esposa e mãe: — É o nudismo, é a tirania da moda, é o impudor e a desvergonha, é o feminismo com a pseudo-emancipação da mulher sob todos os aspectos: fisiológico, económico e social.

Libertaram-se os filhos da natural dependência dos seus legítimos educadores (os pais e a Igreja: a missão do estado é supletiva): — É o totalitarismo do Estado, é o ilegítimo monopólio civil na educação da infância e da juventude!

Libertaram-se os operários da razoável dependência dos patrões, mesmo quando estes cumprirem os seus deveres de justiça e caridade: — É a luta de classes, é a condenação radical de qualquer regime de salário, é o socialismo e o comunismo!

Libertaram-se os cidadãos da sua natural sociabilidade e da dependência da autoridade pública, também exigida pela natureza das coisas: — É a teoria do contrato social, é a famigerada democracia, é, em última análise, a anarquia!

Libertou-se o Estado da natural subordinação à Igreja, e atribuíram-se à autoridade civil os próprios direitos e poderes da autoridade eclesiástica: — É o regalismo, é o absolutismo, é o liberalismo, é a separação sistemática, é a pretensão de escravizar ou aniquilar a Igreja de Deus!

Libertou-se o Cristianismo da Igreja Católica, da sua autoridade suprema indiscutível e do seu magistério autoritativo e infalível: — É o pseudo-Cristianismo, é o Protestantismo com o seu livre exame da Bíblia e com o seu não menos livre sistema de vida independente da fé que diz professar!

Libertou-se o Catolicismo, o verdadeiro Cristianismo, dos seus elementos sobrenaturais: — É o americanismo, é o cristianismo nacio-

nalizado, é o democratismo religioso, é o catolicismo reformado!

Libertou-se a religião da dependência do verdadeiro Deus: — É o pseudo-misticismo, é a religião da Humanidade ou da Ciência, é a Estatolatria, é a religião do Sangue e da Raça!

Libertou-se a humanidade dos seus deveres religiosos: — É o livre pensamento, é o indiferentismo religioso, é o liberalismo religioso, é o laicismo da vida, das leis, dos costumes, da educação e das instituições sociais!

Libertou-se a humanidade e o universo da Providência de Deus Conservador, Colaborador e Governador de tôdas as coisas: — É o deísmo, é o racionalismo, é o fatalismo, é o pessimismo!

Libertou-se a humanidade e o mundo até da existência de Deus Criador: — É o agnosticismo, é o ateísmo, é o panteísmo, é o materialismo, é o evolucionismo!

Libertou-se a moral dos seus fundamentos divinos, necessários e eternos: — É o egoísmo, é o hedonismo, é o utilitarismo individual ou social; é o eudemonismo, o racionalismo; é a moral independente, tendo como fonte exclusiva a matéria, ou a lei civil, ou a opinião pública, ou a evolução social, ou ainda as condições materiais de cada época da história!

Libertou-se o direito dos seus fundamentos

áticos, da sua dependência da moral: — É o liberalismo jurídico, é o positivismo jurídico, fazendo nascer todo o direito da autoridade civil, do contrato social, do espírito nacional, dos costumes dos povos, da evolução da sociedade, duma disposição psicológica, do instinto da harmonia, da ideia social ou duma forma «priorística»!

Libertou-se a economia da dependência de normas de justiça e moralidade: — É o liberalismo económico com a sua desenfreada concorrência e a anarquia na produção e distribuição das riquezas, tendo como conseqüências os excessos do capitalismo (não condenável em si mesmo) e a «miséria imerecida» do proletariado, e, como reacção, as violências e injustiças do socialismo e comunismo!

Libertou-se a arte das leis eternas da moral: — É a arte autónoma, é «a arte pela arte», é o realismo exagerado e escandaloso, é o impudor na literatura, na pintura, na escultura, no teatro e no cinema!

Libertou-se a humanidade da sujeição às leis divinas e humanas: — É a desordem, é a anarquia, é a confusão e o caos da vida contemporânea!

Libertou-se... libertou-se... emfim, saturou-se o mundo de liberdade, de subjectivismo, de egocentrismo, de autonomismo, de indivi-

dualismo... na religião e na filosofia, na moral e no direito, na literatura e na arte, na economia e na política, no indivíduo e na família, na vida particular e na vida social, no governo interno dos povos e nas relações internacionais.

CAPÍTULO IV

Corifeus do Liberalismo

Seria preciso longo tempo e muito espaço para fazer passar diante de nós o longo cortejo de todos os corifeus do Liberalismo. Temos de contentar-nos com lembrar os mais notáveis.

O ambiente indispensável para o triunfo de ideias e insurreições libertárias, preparado pelo humanismo e pelas outras realidades e acontecimentos dos séculos xiv e xv, ofereceu-se mais rapidamente na Alemanha e nos Países Baixos. Era ali mais intensa a relaxação dos costumes, a ambição dos príncipes seculares, a sede de independência das cidades, a miséria dos artistas e camponeses. Acrescia a tudo isto, o eterno antagonismo entre os povos latinos e germânicos, bem como a maior ousadia anti-católica por parte dos humanistas, entre os quais ficaram mais célebres *Reuchlin*, *Hutten* e *Erasmus*.

Tudo isto contribuiu para acelerar o movimento libertário da Pseudo-Reforma protes-

tante, que teve como precursores, nalgumas coisas, *Pedro Valdo* no século XII, *Wiclef* no século XIV, *João Huss* e *Jerónimo de Praga* no século XV, e como ousado realizador *Martinho Lutero* no princípio do século XVI. O licenciado apóstata atacou, com fúria satânica, o Papa, a Igreja e as doutrinas da tradição cristã, proclamou o livre exame da Bíblia, e libertou-se a si próprio e às multidões, que iludiu, da obediência à Igreja Católica e da obrigação de conformar a vida com as leis da moral cristã. Seguiram-lhe o exemplo *Calvino* em França, *Zuinglio* na Suíça, *Henrique VIII* e *Isabel* na Inglaterra.

Aproveitando a reacção antifeudal, os princípios da *Reforma* e as doutrinas de *Marsílio de Pádua* e seus discípulos, fortalecem os monarcas o seu poder até aos triunfos do regalismo e absolutismo (pelo qual se desligavam da sujeição à Igreja até ao ponto de pretendem subordiná-la à sua autoridade). Na Inglaterra ficaram célebres *Jaime I* e *Carlos I*; na França *Luiz XIII*, *Ana de Áustria* e *Luiz XIV*. Seguiram-lhes o exemplo os monarcas de outras nações.

Mas também os reis vieram a ser alvejados pela reacção liberal dos seus súbditos. Na Inglaterra, a *Magna Carta*, de que já falamos, depois a *Petição dos Direitos* (1628) e, final-

mente, a *Declaração dos Direitos* (1689) levaram ao triunfo definitivo do *Constitucionalismo* que mais tarde veio a passar para o continente europeu.

Os acontecimentos religiosos e políticos eram acompanhados e, muitas vezes, preparados pela nova filosofia a que abriram o caminho a decadência da escolástica e o nominalismo de *Occam* († 1308), e deram muito alento as tendências libertárias do humanismo pagão.

No campo filosófico, o primeiro efeito do Humanismo, foi o regresso aos sistemas da antiguidade greco-pagã.

Alguns, como *Marsílio Ficino*, *Reuchlin* e *Nellesheim*, seguem Platão que expusera a sua doutrina com mais elegância literária; outros seguem Aristóteles, mas pelos seus antigos comentadores gregos, e caem no materialismo ou no panteísmo; outros caem no estoicismo, no epicureísmo ou no cepticismo, em que, respectivamente, se distinguiram *Justo Lípsio*, *Gassendi* e *Montaigne*.

Simultaneamente ensaiam-se os primeiros vãos para os novos campos da nova filosofia. *Campanella* torna-se excelente precursor de *Décartes*; *Macchiavelli* ensina o absolutismo ou totalitarismo político; *Bodin* defende a supremacia do povo; *Giordano Bruno* nega a

liberdade e imortalidade da alma, e cai no panteísmo. Tudo isto desde a segunda metade do século xv até aos princípios do século xvi, em que aparecem os primeiros *sistemas* pròpriamente ditos no campo das novas ideias. Os grandes progressos das ciências naturais levam os pensadores a tentar explicar tudo naturalmente. *Francisco Bacon* liberta a ciência, de Deus e dos princípios da metafísica; *Hobbes* procede de igual modo no campo social e jurídico, mas preconiza o absolutismo do poder civil. *Cherbury* defende o naturalismo religioso, desembaraçando a religião de todos os elementos sobrenaturais e abrindo o caminho à liberdade de pensamento em matéria religiosa.

Estava preparado o campo para a plena independência da filosofia, proclamada por *Déscartes* na primeira metade do século xvii.

O seu novo método, o novo critério de verdade, o novo argumento da existência de Deus, a nova teoria sôbre a essência da alma e do corpo e sôbre a natureza dos animais—tudo isto deu plena autonomia à filosofia. Com êste individualismo filosófico abriu *Déscartes* o caminho aos diversos sistemas avariados que apareceram até ao fim do século xviii. As doutrinas tradicionais da filosofia e da Teologia foram postas de lado e não tardaram

a ser violentamente atacadas pela nova filosofia individualista.

Do sistema de *Déscartes* nascem em primeiro lugar o Ocasionalismo de *Geulincx* e o Ontologismo de *Malebranche*. Continua a evoluir a doutrina cartesiana e aparecem, no campo racionalista, o panteísmo de *Spinoza* e a monadologia de *Leibnütz*; nas regiões do empirismo, surgem três filósofos ingleses cujas doutrinas insuflam grande entusiasmo nas fações libertárias: *Lock*, «pai do liberalismo moderno», defende em Psicologia o empirismo; na Ética o utilitarismo; em religião o semi-racionalismo; em tudo a liberdade absoluta. *Berkeley* admite uma espécie de empirismo interno, e cai no idealismo, negando a existência real do mundo. *Hume* em Psicologia segue e aperfeiçoa os sistemas de *Lock* e *Berkeley*; na Ética é também utilitarista; no campo social e político é o precursor de *Rousseau*; em religião rejeita os elementos sobrenaturais e abre o caminho ao deísmo com as suas dúvidas sôbre a Providência e a vida futura.

Sob o influxo das ideias de *Hume*, ensinam abertamente o deísmo *Tindal*, *Chubb* e *Collins* o primeiro a entitular-se «livre pensador». *Shaftesbury* e *Cumberland* defendem o utilitarismo e a moral independente; *Hartley* e *Priestley* caem no materialismo psicológico.

que chegaram a fazer-se para a fundação de igrejas nacionais.

Emquanto a filosofia empirista, racionalista e materialista dos séculos xvii e xviii se afo-gava na lama e na sangueira da Revolução Francesa, começou a pensar-se em dar novo rumo aos caminhos do pensamento. Nasceu assim a nova teoria, o célebre Criticismo de *Kant*.

O famoso filósofo de Königsberg parte do completo desprezo de toda a filosofia do passado e propõe-se construir pela base um novo edifício intelectual. Nas regiões da especulação naufragou irremediavelmente, negando a possibilidade da certeza objectiva. Procurou firmar-se depois no campo da razão prática, partindo do célebre «imperativo categórico» para a liberdade, para a imortalidade, para a existência de Deus. *Kant* veio a cair, afinal, no individualismo moral, e a sua filosofia originou tal confusão que, partindo do seu sistema, vemos os filósofos do século xix a vaguear pelas mais variadas regiões.

Ficht, *Schelling* e *Hegel* sobem às alturas de um idealismo... lunático; outros, como *Schopenhauer*, *Wundt* e *Hartmann* perdem-se no voluntarismo e no pessimismo. Reagindo contra o idealismo e toda a metafísica, surge o positivismo moderno com formas variadas: o

positivismo histórico de *Augusto Comte*, com a religião da Humanidade; o positivismo utilitarista de *Bentham*; o inductivo de *Stuart Mill*; o evolucionista de *Darwin* e *Spencer*; o pragmatista de *William James*; o vitalístico de *Guyon* e *Nietzsche*.

Com as mesmas tendências anti-metafísicas aparece também o intuicionismo — de *Bergson* e *Le Roy* — que é depois aplicado aos diversos campos da actividade humana.

Reagindo no mesmo sentido, foram mais longe, os filósofos materialistas. No campo científico: *Feuerbach*, *Büchner*, *Moleschott* e *Lombroso*; no campo da moral e da pseudo-religião: *Haeckel*; no campo da economia, primeiro *Saint-Simon*, *Fourier* e *Proudhon*, depois *Marx* e *Engels*, os doutrinadores do materialismo histórico que está na base dos actuais sistemas socialistas e comunistas.

No campo da política ficaram célebres, no século passado, *Mazzini* e *Cavour* que prepararam a unificação da Itália e o roubo dos Estados Pontifícios, que veio a consumir-se em 1870.

No ataque aos fundamentos do Catolicismo e, nomeadamente, aos Livros Santos que sob o aspecto apologético têm importância mais decisiva, distinguiram-se, depois de Baruch Spinoza, Voltaire, Diderot, os racionalistas *Rei-*

Entre os sequazes e aperfeiçoadores das doutrinas de Hume, tornou-se particularmente célebre *Adão Smith* que, preconizando a plena autonomia e absoluto individualismo na economia, se tornou o verdadeiro fundador do moderno liberalismo económico. Êste sistema teve muitos sequazes. Daí os desmandos do capitalismo, a «questão social» e a reacção socialista e comunista.

As novas doutrinas filosóficas, políticas e religiosas ensinadas na Inglaterra não tardaram a chegar à América do Norte e a divulgar-se na Europa continental. Na Alemanha, *Leibnitz* espalhara os primeiros gérmes do racionalismo; *Pufendorf* e *Tomásio*, sob o influxo de *Hobbes* e de *Lock*, libertam as suas doutrinas da teologia tradicional e da filosofia escolástica; *Wolff* torna-se o grande apóstolo do racionalismo; *Reimaro* e *Lessing*, entrincheirados no campo racionalista, atacam violentamente a religião cristã.

As ideias libertárias passaram rapidamente à França. *Montaigne*, *Gassendi*, *Déscartes* e sobretudo *Bayle* haviam preparado o terreno; a corrupção dos costumes e as condições políticas e religiosas ofereciam ocasião propícia para a sementeira das novas doutrinas; a proximidade e a facilidade de comunicações com a Inglaterra aceleraram a divulgação da ideolo-

gia libertária que chegou brevemente às últimas conclusões na teoria e na prática.

Entre os campeões do liberalismo ou libertinismo racionalista, ateu e materialista sobressaíram *Montesquieu*, *Voltaire*, *Rousseau*, *Lametrie*, *Holbach*, *Diderot*, *D'Alembert* e, em geral, os *Enciclopedistas*, quasi todos filiados na *Maçonaria*, fundada na Inglaterra em 1717 e rapidamente propagada noutras nações, particularmente na Alemanha e na França. Entre eles distinguiremos ainda *Voltaire* que primou pela incredulidade, pelo ateísmo e pela fúria anti-católica; e *Rousseau* cujas doutrinas sob a educação e a família, sobre a moral e a política tiveram notável e pernicioso influxo na sociedade contemporânea.

Na execução revolucionária das ideias libertárias notabilizaram-se *Marat*, *Robespierre* e *Danton*. Diante do vendaval revolucionário baqueou a Monarquia e foi assolada a Igreja, chegando a fúria anti-cristã até ao ponto de inaugurar o culto da *Deusa Razão*!

Infelizmente a epidemia libertária contagiou também alguns filhos da Igreja. Daí o *Galicanismo*, o *Regalismo*, o *Jansenismo*, o *Febronianismo* e o *Josefinismo*; daí também as tentativas teológico-racionalistas de *Berg* e *Oberthür*; daí ainda a fobia anti-jesuítica de muitos monarcas da Europa; daí, finalmente, os esforços

maro, David Strauss, Cristiano Baur, Bruno Bauer, Renan Wellhausen, Bretschneider, Harnack e Loisy.

Mais recentemente surgiu o movimento modernista que astuciosamente trazia no seio quási todos os erros do passado. Notabilizaram-se, nesse campo, Schell, Müller, Tyrrel, Laberthomière, Semeria, Bartoli, Fogazzaro e sobretudo Loisy.

E basta isto para fazermos uma ideia da confusão e desordem a que levou a epidemia libertária em todos os sectores do pensamento e da vida humana.

CAPÍTULO V

Consequências do Liberalismo

Para mostrar os gravíssimos resultados a que levou a peste do liberalismo, seria necessário fazer tôda a história dos últimos séculos quanto à vida intelectual e moral, quanto à vida pública e particular, quanto aos acontecimentos da política e da Religião.

Não podendo descer a tantos particulares, limitamo-nos a dizer que são fruto da peste do liberalismo: a *pseudo-reforma* protestante que perturbou, por muito tempo, a maior parte da Europa, fez correr muito sangue e roubou milhões de almas à Igreja e a Deus; a sanguinária Revolução Francesa com as suas violências inauditas e com o cortejo de revoluções semelhantes que originou em outros países; a dissolução das velhas organizações corporativas, os excessos do capitalismo e a tão falada questão social que deu a vida ao socialismo e ao comunismo; tôdas as violências, expoliações e ultrajes de que a Igreja foi alvo na Alemanha, na Inglaterra, na França,

na Itália, na Espanha e noutras nações — todo êsse cortejo de calamidades que afligem a Humanidade dos nossos dias são fruto da mania liberal dos que não quiseram submeter-se dócilmente à ordem admirável estabelecida, para bem de todos, pela divina Providência.

Convidamos o leitor a recordar a história da Igreja e dos povos, nos últimos tempos, e lançar um olhar perscrutador sôbre o panorama do mundo actual.

As conclusões tiradas dêsse estudo e observação não poderão ser senão as seguintes:

a) O homem foi criado para Deus e só para Deus. É Êle o seu fim. Só na posse de Deus está a sua última perfeição. Só tendendo constantemente para Deus vai progredindo em perfeição e caminha para a última perfeição. A liberdade não está em fazer o mal, em satisfazer as paixões, em nos libertar-nos de Deus. Isso é degradação, isso é escravidão! Quando a razão pretende libertar-se de Deus, sujeita-se à vontade (que só por si é uma faculdade cega), pela vontade às paixões, pelas paixões a qualquer criatura! É a suprema abjecção! É converter o homem de rei em escravo da criação!

A verdadeira liberdade está em poder escolher o bem que nos rodeia para poder conseguir o último Bem que nos espera. A lei que

Deus, Criador e Senhor nosso, nos impõe, por si ou pelos legítimos representantes, é como os raíles para o combóio, como a boa estrada para o automóvel, como as asas para a águia ou para o avião, como a mão carinhosa dos pais a guiar os seus filhos pequeninos.

«É essa lei que nos liberta, que nos faz fiéis à nossa dignidade, nos levanta sôbre a terra como triunfadores e como vencedores» (1). Conseqüentemente, pretender libertar-se da lei de Deus (pretensão, aliás, inútil, quanto à lei da justiça) é renunciar à própria dignidade, é perder a própria liberdade, é rastejar pelo pó ou pela lama, é imitar a criancinha que orgulhosamente rejeitasse o amparo materno, é proceder muito pior do que a ave que cortasse as próprias asas, do que o aviador que arrancasse as asas do seu avião, do que o motorista que desejasse libertar-se da estrada, ou do que o maquinista que não quisesse depender do traçado da linha férrea! A pretensa libertação da lei divina é o pior dos descarrilamentos!

b) Na vida social «a verdadeira liberdade é a que não colide com a liberdade alheia. E são os povos que maiores anseios tinham de liberdade os que entendem no momento

(1) Em.o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa: Discurso à J. I. C. F. em 19-III-1934.

que passa, necessário restringi-la, em benefício da colectividade» (1). É que o pretenso triunfo da liberdade, nos últimos tempos, foi uma burla, uma mentira! A Revolução que se preparou e levou a efeito foi uma decepção muito amarga para a humanidade: «A revolução destrói e não edifica. Proclama *igualdade* e faz leis de excepção, expulsando uns e privando outros da liberdade; dá vivas à *liberdade* e tiraniza os que não comungam nas ideias dela; em nome da liberdade trucidada, mata, prende e vexe. Tem na bôca a palavra *fraternidade*, e vilipendia e cobre de insultos os que não pensam como ela» (2).

É por isso que da nação onde mais reinou e donde irradiou para o mundo essa liberdade, essa igualdade, essa fraternidade, chegam agora a Portugal, que se ergue das ruínas da revolução, palavras como aquelas que nos disse o Em.^o Cardeal Verdier na sua Mensagem de 10 de Dezembro de 1938:

«... Portugal dá, neste momento, ao mundo um espectáculo altamente instrutivo. Êle soube realizar com felicidade a união da liberdade com a autoridade.»

(1) Do Ex.^{mo} Senhor General Carmona: Discurso em Alemquer (julho de 1931).

(2) Esp. 103.

c) Com a corrupção dos costumes na era da renascença pagã, entrou nos espíritos a tendência para se libertarem da vélha tradição cristã. Mas também aqui foi bem amarga a decepção!

«Quanto mais a mentalidade moderna se afastou da doutrina cristã — que é, não obstante, a mãe e nutriz de toda a cultura — tanto mais foi perdendo aquela luz da verdade que, embora imperfeitamente, tiveram a guiá-los os filósofos da antiguidade grega. Tanto assim que os próprios modernos confessam espontâneamente que a filosofia recente não tem aquela importância e consideração de que gozava na antiguidade e através da Idade Média, em que era tida na conta de verdadeira sabedoria da vida.

«De amor da sabedoria em sentido pleno e universal — tal é o significado próprio da palavra — a filosofia degenerou em questiúnculas ou em ficções subjectivas e arbitrárias; e tendo rejeitado como escravidão indigna a servidão à Revelação e à Teologia, viu-se depois obrigada (ela a rainha das ciências naturais) a ser realmente escrava das ciências positivas e até das tenebrosas maquinações da política e da demagogia» (1).

(1) F. Klimke: *Inst. Hist. Philosophiae*, II, pág. 226.

Uma prova da desilusão que vai alastrando pelos labirintos da filosofia ou pseudo-filosofia moderna é o regresso cada vez mais acentuado dos intelectuais contemporâneos ao ambiente iluminado da filosofia perene que, após alguns séculos de sonolência e letargia, devidas à escassez de génios filosóficos equilibrados — devemos exceptuar o século xvi em que a escolástica floresceu admiravelmente em Portugal e na Espanha — e sobretudo às violentas tempestades do inverno libertário, ressurge agora com renovada pujança de vida desde a hora em que no céu da Igreja e do mundo brilhou êsse astro esplendoroso — *lumen in coelo* — que foi o Sumo Pontífice Leão XIII, cuja obra vai sendo continuada com admirável persistência pelos seus condignos sucessores na pastoreação da Grei de Cristo.

d) O movimento liberal dos últimos séculos foi sempre mais ou menos anti-católico, não só por ensinar doutrinas incompatíveis com os ensinamentos da Igreja, mas também por desejar sepultar para sempre o Cristianismo e a Igreja Católica. Todos os liberais cerraram fileiras, mais ou menos revôltas, em volta de uma bandeira onde se lia a palavra de ordem do patriarca do ateísmo: «*écrasez l'infâme*» (esmagai a infame, isto é, a Igreja).

E porque êste ódio de morte, esta guerra

de extermínio à Igreja Católica? Não era ela a grande benemérita da humanidade, a grande benemérita das nações, a começar pela pátria de Voltaire?

É verdade tudo isto — e a história imparcial aí está a proclamar bem alto as incalculáveis benemerências da Igreja para com o indivíduo, a família e a sociedade. Mas nada disto impressionou a consciência desvairada dos corifeus do liberalismo, *porque* sendo êste movimento um atentado contra a ordem estabelecida por Deus, não podia deixar de investir também contra a doutrina, a liberdade e a vida da Igreja Católica. A voz da Igreja incomodou e exasperou sempre todos aquêles que não querem conformar a sua vida com as leis eternas promulgadas por Deus.

É que a Igreja é uma espécie de Consciência do mundo a ditar constantemente à humanidade a ordem inviolável que importa observar, em todos os sectores da vida e actividade do indivíduo e da sociedade.

Mas foi, positivamente, um contra-senso, uma loucura, essa explosão de ódio mortal, com que alvejaram a Igreja: primeiro, porque a Igreja tem promessas de vida eterna e nem todo o inferno pode conseguir subvertê-la; segundo, porque, na realidade, a revolução demo-liberal desencadeada contra a Igreja era um movi-

mento escravizador desencadeado contra a verdadeira conquistadora e defensora da verdadeira liberdade.

« Os revolucionários franceses de 89 (bem como os seus predecessores, sucessores e imitadores) pretenderam reformar o mundo, banindo o Cristianismo da face da terra. Inflamados de orgulho e prepotência estamparam nos muros das Igrejas e em seus frontões, como um opróbrio, o lema das suas novas crenças: *liberté, égalité e fraternité* (liberdade, igualdade e fraternidade).

« O tempo ainda não apagou estas palavras que, em caracteres negros, relembram a tormentosa época.

« Aquêles homens, sem o querer e sem saber, proclamavam, no entanto, uma grande verdade: — era ali na casa de Deus que se encontravam a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Na verdade, não há liberdade senão sob o jugo de Cristo; não há igualdade senão na doutrina de Cristo; não há fraternidade senão por amor de Cristo.»

Assim falou, em 1931, o Ministro da Fazenda, do Brazil, por ocasião da inauguração da Estátua de Cristo-Rei, no Corcovado. E o mundo começa a dar razão a estas afirmações.

Em 1938, na *Semana Social* de Rouen, disse, em resumo, um dos oradores: « Num mundo

votado à violência e à tirania, a Igreja, no seu Chefe e nos seus fiéis, ergue-se como o baluarte da justa liberdade; àqueles mesmos que não partilham a nossa fé, a doutrina e a vida cristã se vão impondo como a garantia e a regra das justas liberdades sociais.»

Tinha razão Lacordaire quando, em resposta às vociferações do liberalismo triunfante, proclamava com entusiasmo e desassombro: « Nunca na terra foi ouvido um grito de liberdade semelhante a êste: Creio na Santa Igreja Católica »!...

CAPÍTULO VI

O Liberalismo anti-patriótico em Portugal

Os monarcas portugueses, influenciados pelos exemplos estrangeiros perfeitamente conformes com o orgulho inato da natureza humana, apaixonaram-se, bem depressa, pelas teorias absolutistas e regalistas, procurando assim desembaraçar a sua acção governativa do salutar contrapêso oferecido pela representação das classes da nação junto da autoridade real, e pela superioridade da autoridade divina e sobrenatural da Igreja à qual, segundo a ordem estabelecida por Deus, deve estar *subordinado* o poder temporal da sociedade civil.

Deu-se assim a primeira grande invasão de ideias estrangeiras contra a independência tradicional da mentalidade portuguesa.

O absolutismo e regalismo atingiram, em Portugal, o seu ponto culminante no reinado de D. José, cujo primeiro ministro — o Marquês de Pombal — attribua ao soberano um poder ilimitado que elle próprio exercia arbi-

trariamente, submetendo à sua tirania tôdas as classes da nação.

A verdadeira escravidão a que Pombal reduzia o clero, a nobreza e o povo era, naturalmente, insustentável.

Logo que morreu D. José e o Marquês foi arredado do seu pôsto de comando, tentou voltar-se, no reinado de D. Maria I, ao govêrno moderado da tradição de Portugal.

Mas a justa reacção que se iniciara no espírito do povo, ao mesmo tempo que se humanizava o govêrno do país, não tardou a ultrapassar os confins do razoável e a entrar no campo do sistema diametralmente oposto e não menos injusto, perigoso e funesto do que o extremo que se tentava combater. Quis-se aniquilar os excessos do absolutismo, mas caíu-se estrondosamente nos desmandos do liberalismo constitucional.

O constitucionalismo avassalou rapidamente as massas da nação, não só em consequência da tirania pombalina, mas também como resultado da intensa propaganda liberal feita, entre nós, pelos espíritos apaixonados da filosofia que dominava na Europa do século XVIII. Aos esforços dos portugueses que abraçaram e divulgaram a ideologia liberal — entre os quais se distinguiu Silvestre Pinheiro Ferreira — juntou-se também a propaganda

libertária feita, entre nós, pelos soldados da Inglaterra e da França, na era conturbada das invasões francesas. E assim, com a invasão de exércitos estrangeiros, consumou-se a segunda grande invasão de ideias vindas de fora para ruína da nossa mentalidade e do sossêgo da nação.

Para acelerar o triunfo do constitucionalismo liberal contribuíram bastante as exigências de Beresford, a ausência da família real no tempo das invasões e os manejos da maçonaria que começava a intensificar a sua acção e interferência na vida pública de Portugal.

Em 20 de Setembro de 1820 triunfou, contra o absolutismo, o liberalismo constitucional, vindo a reunir-se as primeiras Côrtes em 1822. Como eram constituídas por elementos de tôdas as côres, viu-se bem depressa esquecido o interêsse nacional para se defenderem, na desordem e confusão, os interêsses partidários.

Contra o liberalismo triunfante não tardou a reagir o absolutismo abatido. Os constitucionais defenderam-se obstinadamente, e daí as famosas lutas liberais que perturbaram o país durante muitos anos.

No entretanto evolucionava a ideologia libertária.

Pelos meados do século XIX ou pouco depois começa a propaganda das chamadas

ideias democráticas. Em 1873 organiza-se o primeiro partido republicano que leva, cinco anos depois, o primeiro deputado ao parlamento e realiza, em 1883, o primeiro congresso em Lisboa.

É sobretudo desde essa altura que se intensifica extraordinariamente a propaganda demorepublicana, na qual se notabilizaram, entre outros, Latino Coelho, João Chagas, Elias Garcia, Rodrigues de Freitas, Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Magalhães Lima, Guerra Junqueiro, António José de Almeida, Afonso Costa, etc., etc.

Essa propaganda violenta fazia-se por todos os meios e a propósito de todos os acontecimentos. Os centenários de Camões, de Pombal e da tomada da Bastilha; o *ultimatum* inglês, a ditadura de João Franco, os adiantamentos à coroa, as discórdias partidárias — tudo servia de pretexto para essa campanha ignóbil que chegou ao extremo de fazer publicamente a apologia do regicídio.

«Quando a situação delicadíssima que a Pátria atravessava exigia que todos se unissem em volta do Governo, os republicanos num sectarismo condenável, trabalharam apenas para aumentar a força do partido, por meio dos seus ataques contra a Monarquia e o Rei. Lançaram o alarme nas massas popu-

lares, amotinaram os meios académicos e operários, conseguiram com as suas diatribes violentas lançar o descrédito sobre as instituições que haviam feito a grandeza da Nação Portuguesa » ⁽¹⁾

Sentindo-se já bastante fortes e aproveitando a dolorosa impressão causada no país pelo afrontoso *ultimatum* britânico, os republicanos prepararam a revolta do Pôrto de 31 de Janeiro de 1891 com o fim de proclamarem a Republica em Portugal.

A tentativa não surtiu o efeito desejado. Longe de afrouxar, a propaganda republicana redobrou de violência contra as pessoas, contra tôdas as medidas do governo e contra tôdas as instituições tradicionais do País.

Emquanto o partido republicano trabalhava febrilmente para a consecução do seu ideal, os partidos monárquicos, vítimas de uma cegueira pavorosa e de uma desmedida ambição de mandar para sobrepor a tudo o seu interesse partidário, dividiam-se e subdividiam-se cada vez mais, e cada partido combatia sistematicamente o governo que saíra de qualquer partido contrário. A oposição violenta às me-

(1) António G. Matoso: *Compêndio de História de Portugal*, pág. 727 (Lisboa, 1938).

didadas tomadas pelo govêrno, mesmo quando aproveitavam sobremaneira ao interesse da Nação, chegava a reunir no mesmo campo monárquicos e republicanos! «Os partidários republicanos cultivavam o que de pior existia no instinto popular, e os monárquicos da opposição preferiam ser cúmplices dos agitadores anti-dinásticos a pactuar com o partido que occupava o poder» (1).

Esta vergonha e traição verificaram-se principalmente quando D. Carlos e João Franco enfrentaram a situação, dispostos a dominar os bandos partidários para salvar a Monarquia e a Nação.

As medidas sensatas que então foram tomadas «serviram para os ataques mais vergonhosos contra João Franco e o Rei, por parte dos partidos dinásticos e do partido republicano, que usavam dos mesmos insultos e dos mesmos processos. Baralhavam-se tôdas as situações, envenenavam-se os actos mais sérios, deturpavam-se as intenções mais puras...

«Conspiravam monárquicos e republicanos, por vezes unidos no mesmo ódio. Provocavam-se motins e manifestações de desagrado.

(1) Luiz Vieira de Castro: V. Ant. G. Matoso, *ob. cit.*, pág. 751.

Faziam-se comícios, nos quais oradores fogosos acenavam às massas com miríficas promessas de felicidades futuras. Nos jornais descia-se aos insultos baixos, às grosserias descorteses para com o Rei e a Família Real, às insinuações malévolas, aos incentivos à revolta e à chacina. Fabricavam-se bombas, agitavam-se as lojas, organizavam-se sociedades secretas» (1), enfim, caminhava-se, em marcha acelerada, para o triunfo da demagogia, inimiga da ordem, do govêrno, da monarquia e da própria Nação.

A serenidade e energia com que, apesar da opposição e das intrigas, D. Carlos e João Franco continuavam a sua obra de salvação nacional, causaram forte irritação nos arraiais dos inimigos do regime, que não tardaram a activar intensamente os seus manejos revolucionários e a preparar uma revolta que devia estalar na noite de 28 de Janeiro de 1908. Mas o movimento descobriu-se a tempo e alguns chefes revolucionários foram parar à prisão. Sentindo comprometida a sua causa, os republicanos resolvem recorrer aos meios mais violentos.

Premeditam e preparam o regicídio. Em

(1) A. G. Matoso: *ob. cit.*, pág. 753.

1 de Fevereiro de 1908, quando a Família Real regressava de Vila Viçosa e chegava a Lisboa, atacam-na, com furor louco, e assassinam cobardemente el-rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luiz Filipe.

Pouco depois subiu ao trono D. Manuel II, último rei de Portugal. João Franco teve de exilar-se, e a monarquia constitucional voltou à anarquia dissolvente anterior à ditadura franquista.

«Um facto sumamente grave preocupava no entanto a atenção dos que isoladamente contemplavam a integral posição da sociedade, lentamente, surdamente, progressivamente contaminada pela mansa e sinuosa corrupção política. Quantos sintomas inquietantes! a indisciplina geral, o progressivo rebaixamento dos caracteres, a desqualificação do mérito, o descomedimento das ambições, o espírito de insubordinação, a decadência mental da imprensa, a pusilanimidade da opinião, o rareamento dos homens modelares, o abastardamento das letras, a anarquia da arte, o desgosto do trabalho, a irreligião, e, finalmente, a pavorosa inconsciência do povo» (1).

(1) Ramalho Ortigão: *El-rei D. Carlos, o Martirizado*: V. A. G. Matoso, *ob. cit.*, pág. 749.

Este gravíssimo estado de coisas facilitou consideravelmente a realização do plano dos inimigos do regime. A Monarquia, profundamente abalada desde a hora trágica do regicídio, caía, finalmente, em Outubro de 1910, ficando desde então implantada a República em Portugal.

«Umas dezenas de anos de Monarquia liberal e parlamentarista haviam preparado o caminho para o que sucedera. Os partidos tinham desagregado as forças construtivas da Nação. O regime monárquico, tal como se mantinha em Portugal, só de monárquico tinha o nome. Isto explica a facilidade com que a República se implantou» (1).

Aquêles que, de boa fé, se deixaram seduzir pelo canto da sereia demo-republicana sofreram bem depressa a mais cruel desilusão; e os que, desde a primeira hora, apreciaram justamente as tendências e o carácter do novo regime viram também plenamente justificados os seus legítimos receios.

Em contradição flagrante com as promessas sedutoras feitas nos discursos inflamados dos corifeus da demagogia republicana, e com indizível prazer das potências estrangeiras que nos

(1) A. G. Matoso: *ob. cit.*, pág. 766.

cobiçavam a metrópole e as colónias, a República triunfante veio implantar (ou consumir), entre nós, um regime não de fraternidade, mas de ódio; não de harmonia, mas de discórdia; não de paz, mas de guerra; não de liberdade, mas de violência; não de justiça, mas de injustiças de toda a ordem; não de ventura, mas de desgraça; não de ordem, mas de completa desordem; não de progresso, mas de decadência; não de vida, mas de morte!

Como diria mais tarde Oliveira Salazar, reinava em tudo a maior anarquia: governo sem força, vida pública sem directriz, burocracia sem estímulo e muitas vezes sem competência, serviços sem meios nem preparação técnica, política sem seriedade, administração sem administração, enfim, «a desordem que não era simplesmente falta de ordem, mas o conjunto de todos os elementos positivos de desagregação, de ruína, de dissolução nacional» (1).

Os verdadeiros portugueses sofriam imensamente com esta dolorosa situação que arrasava para a morte a Pátria que estremeciam.

Pimenta de Castro esboça uma reacção,

(1) Oliveira Salazar: *Discursos*, II, pág. 24 (Coimbra, 1937).

que dura poucos meses. Sidónio Pais reage com mais energia, mas é assassinado ao cabo de um ano de governo. Com o triunfo das democracias, volta a reinar a desordem, de que é amostra vergonhosa a tragédia do 19 de Outubro.

Caminhava-se para o comunismo, caminhava-se para a morte!... Salvou-nos, porém, a divina Providência.

CAPÍTULO VII

O Liberalismo anti-católico em Portugal

Por especial favor de Deus e graças à mentalidade católica do povo português, à ortodoxia dos nossos reis e à vigilância da Inquisição (quem lhe negará êste bom serviço?), não chegou a ecoar em Portugal o grito do orgulho e rebeldia de Lutero.

Infelizmente não succedeu o mesmo com outros movimentos libertários nascidos da mesma fonte, que originou o protestantismo, e por êle fortemente inspirados e vibrantemente aplaudidos.

Desde o tempo de D. João II começaram os monarcas portugueses a enveredar para o caminho do absolutismo que triunfou plenamente no reinado de D. João III e chegou ao ponto culminante no tempo de el-rei D. José com o govêrno despótico do Marquês de Pombal. Sob o influxo do absolutismo e à imitação do que sucedia na Alemanha febroniana e na Austria josefinista, apareceram também em Portugal as teorias do regalismo que entre nós,

teve como doutrinador a Gabriel Pereira de Castro, e começou a ser adoptado sob o domínio dos Filipes, e atingiu proporções máximas também no reinado de D. José e do seu cruel primeiro ministro.

À maneira dos mais atrevidos regalistas do estrangeiro, «Pombal diviniza a pessoa do rei, no qual concentra todos os poderes, sem limitação alguma. Perante o rei desaparecem os súbditos, as classes, a religião, as corporações. Fica só a majestade ditando ordens, que não podem ser contestadas, porque o rei é um representante de Deus que lhe transmitiu directamente os seus poderes»...

Desta maneira, o enfatuado ministro de D. José «trocou o sistema paternal da Realeza pela autocracia intolerante; deu ao monarca o carácter de um Deus despótico, convertendo-o, de chefe e primeiro português, em tirano onipotente; aniquilou a força das classes sob as quais se apoiava o governo da Nação; fêz «o nivelamento geral ante a rasoura da majestade» (1).

Aplicando as suas teorias em ordem à Igreja, Pombal desconsiderou e obrigou a sair do país o Nuncio Apostólico, rompeu as

(1) António G. Matoso: *História de Portugal*, pág. 595-597.

relações com a Santa Sé, cometeu injustiças e violências contra bispos e outros eclesiásticos, sobretudo os mais zelosos e, com o apoio de alguns membros do clero, particularmente o do P.^o A. Pereira de Figueiredo, tentou criar uma igreja nacional com as suas liberdades e direitos especiais. Contagiado pela peste jansenista e querendo desembaraçar-se de quantos podiam embargar o caminho do seu despotismo, Pombal votava um ódio mortal aos jesuítas. Por isso, fez-lhes tão infames como infundadas acusações, perseguiu-os, vexou-os, roubou-lhes os bens e, por fim, promulgou a lei de 3 de Setembro de 1759, que dava os jesuítas por «desnaturalizados, proscritos e exterminados» em Portugal e seus domínios. A essa lei deshumana seguiram-se deportações, aprisionamentos e execuções cruéis, que são a vergonha dum povo!

Não satisfeito com isso, colaborou com outros tiranos estrangeiros, não cessando esta campanha diabólica enquanto não conseguiram a supressão geral da Companhia de Jesus.

Foram estas façanhas que grangearam ao Marquês o *glorioso* título (!) de *herói da liberdade* e contribuíram não pouco para lhe darem a presidência... na Avenida da *Liberdade*...

Não havia motivo para tanto... Por um

lado, não faltam a Portugal *verdadeiros* heróis votados ainda ao esquecimento. Por outro, o Marquês de Pombal foi, não um corifeu da liberdade, mas um tirano consumado em ordem a tôdas as classes sociais.

«A acção política de Pombal não se impõe unicamente à nobreza, à Santa Sé e à Igreja. Não lhe escapa o próprio povo, a quem faz sentir, com a mesma dureza, o seu poder onipotente» (1). «Do mais alto ao ínfimo degrau da escala social ninguém estava seguro da sua liberdade. Respirava-se a medo, no perpétuo temor dos esbirros, como em Veneza ou, séculos atrás, em Roma, na era sombria das perseguições.» Foi esta a realidade. Mais tarde, nos dias do liberalismo triunfante, «Pombal ressuscitou na lenda, em tôda a grandeza que os lisonjeiros lhe atribuíram durante o poder. Deformado o seu génio, transfigurou-se o tórvo déspota em corifeu da liberdade» (2).

Se, por hipótese, o Marquês de Pombal voltasse à vida e ao mando, dar-lhe-iam, por certo, «morras» os que, sabendo-o morto, lhe dão «vivas» e... o convidam a descer do pe-

(1) A. G. Matoso : *ob. cit.*, pág. 601.

(2) J. Lúcio de Azevedo : *O Marquês de Pombal e a sua época*, págs. 193 e 390 (2.^a edição).

destal de glória a que o guindaram imerecidamente...

No tempo de D. Maria I repararam-se, em grande parte, os abusos e desmandos do despotismo pombalino. O seu reinado foi, em verdade, «o reatar, suave e benéfico, das tradições, que a política violenta de Pombal havia tentado apagar na alma da Nação» (1). Mas o espírito de reacção contra os excessos do absolutismo avassalara demais as massas da Nação, que já não ficavam plenamente satisfeitas com as justas medidas da piedosa Raíña. As aspirações libertárias começavam a alvejar os princípios e instituições tradicionais do país cada vez mais invadido por doutrinas e tendências importadas do estrangeiro. Os dolorosos acontecimentos que perturbaram a Nação ainda no tempo de D. Maria I e sobretudo na regência e no reinado de seu filho D. João VI, a propaganda efectivada pelas tropas da Inglaterra e da França, a rápida difusão das obras sectárias dos pseudo-filósofos do século XVIII, a natural repercussão da desordem que campeava no estrangeiro, os manejos tenebrosos da maçonaria — tudo contribuiu para apressar o triunfo da ideologia revolucionária.

(1) A. G. Matoso : *ob. cit.*, pág. 626.

Em 1820 é abolido o absolutismo e implantado o regime constitucional. Reagiu o absolutismo e seguiram as lutas liberais.

Portugal sofreu bastante, e muito mais a Igreja em Portugal.

Para tornar a situação mais dolorosa para a Igreja contribuíram não só as mentiras, os erros e preconceitos que o liberalismo trazia no bojo, mas ainda a conduta de muitos membros do clero, que se imiscuíram nas lutas partidárias, e sobretudo a confusão que o miguelismo procurou estabelecer entre o seu ideal político e a causa sagrada da Igreja — confusão que o liberalismo, de mãos dadas com a maçonaria, aproveitou imediatamente para iniciar a campanha anti-religiosa.

De acôrdo com D. Pedro IV — não esquecido «de que era maçã e do que devia à maçonaria internacional, que o levara a triunfar do partido de D. Miguel» ⁽¹⁾ — expulsou-se o Núncio Apostólico e, com o pretexto de proteger e reformar a Igreja, entrou-se no caminho da sua perseguição e espoliação. Com a traidora colaboração de alguns sacerdotes apaniguados, o liberalismo foi prosseguindo implacavelmente a sua obra demolidora que teve o

(1) A. G. Matoso: *ob. cit.*, pág. 687.

seu epílogo no decreto de 28 de Maio de 1834, referendado pelo ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar, que extinguiu «em Portugal, Algarve e Ilhas adjacentes e domínios portugueses, todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de tôdas as ordens regulares», ficando os seus bens «encorporados nos próprios da Fazenda Nacional».

O que sobretudo se tinha em vista era roubar os bens da Igreja e dos Religiosos, que vieram a servir para «satisfazer a cobiça de clientelas partidárias» ⁽¹⁾.

Portugal ofereceu então um espectáculo vergonhoso. Como escreveu Oliveira Martins, «fervia o roubo, o assassinato, a desordem, a vingança por todo o Reino...»

«Era positivamente uma conquista à maneira das conquistas históricas. Sucedia o que sucedera no tempo dos godos: uma expropriação dos vencidos pelos vencedores, salvo a franqueza da confissão, outrora manifesta sem reboço, agora encoberta sob fórmulas e sofismas de legalidade liberal.»

«De 1834 a 1910, os monarcas com a grande

(1) P. Miguel de Oliveira: *Hist. da Igreja*, pág. 253 (Lisboa, 1938).

maioria do povo português eram sinceramente católicos, mas os governos manifestavam-se «quási todos zelosos dum liberalismo anti-nacional, influenciados pela maçonaria ou receosos de desagradar a uma minoria sempre revolucionária» (1).

Um dos frutos das campanhas liberais foi a expulsão das Irmãs da Caridade em 1862.

«No reinado de D. Luiz I (1861-1889) começou a propaganda das ideias chamadas democráticas, em conferências, opúsculos e artigos da imprensa periódica. Os ataques à Igreja Católica faziam-se já com o propósito claro de a destruir em Portugal, e não com a aparência de a proteger como na primeira fase do liberalismo» (2).

Em 1873, organizou-se o primeiro partido republicano que, bem unido à maçonaria, envolvia no mesmo ódio a Monarquia e a Igreja.

«Como se fizera a propaganda liberal, confundindo a causa da Igreja com a do absolutismo, fazia-se agora a da República, identificando os interesses religiosos com os da Monarquia» (3).

(1) P. Miguel de Oliveira: *ob. cit.*, págs. 254-256.

(2) *Idem.*

(3) *Idem.*

As forças do mal começaram a obter triunfos ainda na vigência do antigo regime.

Em 1901 foram encerradas muitas casas religiosas. Quando o trono se sentiu mais abalado, com a tragédia do regicídio, os governos chegaram a pensar que salvariam a Monarquia, bandeando-se com as hordas anti-católicas. Neste sentido, Teixeira de Sousa declarava a D. Manuel II que era necessário «fazer alguma coisa liberal por causa dos republicanos, para lhes tirar a bandeira».

Entrava-se já no caminho das realizações «liberais»... quando estalou a revolução republicana que... vinha dar a Portugal inteiro um banho completo de «liberdade» consumada!

O novo regime triunfou em 5 de Outubro de 1910. Dois dias depois proclamava-se ao país: «Entramos agora num período de paz laboriosa para, de harmonia com todos os portugueses, fundarmos o regime da liberdade, pelo qual tanto sangue correu, tanto martírio foi sofrido e tanta esperança foi fundada.»

O que foi essa «paz laboriosa» no «regime de liberdade» demo-republicana, implantado a preço de «tanto sangue» e «tanto martírio» di-lo eloquentemente a vergonhosa história dos longos quinze anos da vigência da República demagógica.

Já nos referimos à sua obra anti-nacional. Lembremos também a sua obra anti-católica (1).

Para a Igreja a «paz laboriosa» e a «liberdade» do jacobinismo sectário foram isto: — Assalta conventos e casas religiosas, enxovalha e assassina sacerdotes (como o P.^e Barros Gomes), destrói colecções científicas, queima livros e memórias, inutiliza laboratórios; põe em vigor as leis de Pombal e Aguiar contra os jesuítas e as outras ordens religiosas que haviam começado a regressar ao país desde os meados do século passado; rouba todos os bens às Ordens Religiosas; prende o Patriarca de Lisboa (D. António Mendes Belo); persegue especialmente os Prelados de Beja e da Guarda (D. Sebastião L. de Vasconcelos e D. Manuel Vieira de Matos); enxovalha, insulta e apedreja o Ven.^o Bispo do Porto (D. António Barroso); desterra os Prelados das suas dioceses; pratica tãda a sorte de vexames e violências contra o clero; rouba à Igreja os seminários, os paços episcopais, as casas e arquivos paroquiais, os bens dos Cabidos e Dioceses, tudo quanto a Igreja possuía para

(1) Só por uma questão de método o fazemos agora, e não porque a obra anti-católica não seja também verdadeiramente anti-nacional.

sustentar o culto e as obras de formação eclesiástica, de instrução popular, de caridade e assistência; acaba com o repouso festivo (não com o dominical), com o juramento de carácter religioso, com o juramento do dogma da Imaculada Conceição, com o fôro académico e as faculdades de Teologia e Direito Eclesiástico; suprime o ensino da Doutrina Cristã nas escolas primárias e normais; proíbe que as forças do exército e da armada tomem parte em solenidades de carácter religioso; permite a dissolução e substituição por comissões, das mesas administrativas das irmandades e confrarias; promulga a lei do divórcio e outras pseudo-leis da família; cria essas «odiosas corporações» chamadas *cultuais*, em conformidade com o disposto na chamada *Lei da Separação*, ponto culminante da arrancada anti-católica do sectarismo jacobino, levada a efeito para «dar satisfação às aspirações liberais e democráticas», ao «espírito liberal e às aspirações dos sentimentos republicanos da Nação Portuguesa».

Como diz o autor da já citada *História da Igreja*, a famosa *Lei da Separação*, de 20 de Abril de 1911, ficou sendo «a expressão máxima dos ataques à Igreja Católica e às suas instituições».

Colocaram nela as melhores esperanças os

que pretendiam laicizar completamente a vida portuguesa.

Magalhães Lima profetizou: «Dentro de alguns anos não haverá quem queira ser padre em Portugal: os seminários ficarão desertos.»

Afonso Costa, autor da negregada *Lei da Separação* e profeta máximo do sectarismo demagógico, vaticinou em Braga depois de o ter feito em sessão magna da Maçonaria: «Está admiravelmente preparado o povo para receber esta lei; e a acção da medida será tão salutar, que em duas gerações Portugal terá eliminado completamente o catolicismo, que foi a maior causa da desgraçada situação em que caiu.» Nada menos!...

E foi êste espírito de mentira e sectarismo que animou o procedimento do Estado para com a Igreja nos primeiros anos do novo regime.

Em consequência disso, «pôde a cada momento sustentar-se, e com aparências de verdade (1), que a República portuguesa era por essência anti-católica e a sua neutralidade uma mentira, caso grave para a República e para a Igreja num país de tradições e população

(1) Se falarmos não da *essência* da República, mas da República vigente *de facto*, é indubitável que *realmente* era bem anti-católica.

católicas (1). O sectarismo dos governos abriu feridas profundas na consciência da Nação, e a simpatia com que por tôda a parte, fora dos centros políticos, foram recebidas as reacções de Pimenta de Castro e Sidónio Pais e a Ditadura Nacional tem aí boa parte da sua explicação » (2).

A outra parte da explicação está na falência estrondosa dos planos republicano-democráticos que conduziram Portugal à ruína.

A dura realidade encarregou-se de desmentir as afirmações e vaticínios dos mentores da demagogia e de mostrar iniludivelmente que a verdadeira causa da «desgraçada situação», em que a Nação veio a encontrar-se, era fruto do liberalismo ou libertinismo sectário, e não do Catolicismo, o qual, pelo contrário, foi sempre a verdadeira alma da verdadeira vida da Pátria, para bem da qual não morreu, como satânicamente se predisse, mas refloriu admiravelmente sob as bênçãos da Providência não esquecida de que Portugal era... a *Terra de Santa Maria*...

(1) O povo da minha terra, querendo afirmar que um sacerdote se «despadrou», que um indivíduo deixou de praticar a sua fé, que alguma criatura se entregou a tôda a sorte de desmandos, dizia simplesmente: «*F. virou-se para a República!*»

(2) O. Salazar: *Discursos*, 1, pág. 170.

PARTE II

A Obra da Padroeira Nacional

CAPÍTULO VIII

Lourdes, a Fátima de França

O divino Autor do universo concebeu e criou tôdas as coisas, enquadrando-as num plano sapientíssimo, admiravelmente ordenado, que o homem deve reconhecer e a que deve submeter-se amorosamente. Exigem-nos os invioláveis direitos de Deus, exige-o a própria natureza racional do homem. Só dentro desta ordem é que o homem é verdadeiramente racional, verdadeiramente livre, verdadeiramente homem.

Entrou, porém, o orgulho na alma humana, e logo a razão deixou de ver estas verdades e o coração deixou de amá-las e a vontade deixou de curvar-se perante a indiscutível autoridade de Deus e dos seus legítimos representantes.

Quando esta insubmissão se tornou sistemática e universal, apareceu na terra o *liberalismo*, que se reduz a um grito de revolta contra a ordem estabelecida por Deus. O seu tema poderia ser o *dirumpamus vincula* ou o

non serviam da satânica rebeldia, que podem bem traduzir-se pelo *Viva a Liberdade* que ressoou milhões de vezes nos arraiais do Liberalismo.

Como a Igreja é, no mundo, a voz de Deus a lembrar incessantemente aos homens a verdade e as leis eternas, daí o furor anti-católico que se revelou sempre, embora diversamente, no campo liberal quer teórico quer prático.

O movimento liberal afirmou-se movimento de «iluminados» em oposição ao suposto «obscurantismo» dos católicos, e da Igreja da Idade Média e de todos os tempos!

O chefe do protestantismo — liberalismo religioso pseudo-cristão — caído na rebeldia, insulta o Papa e a Igreja, da qual se afirma flagelo, em vida, e ruína, depois da morte!

O liberalismo régio (absolutismo e regalismo) não usava, em geral, de linguagem violenta contra a Igreja, mas na prática pretendia viver desembaraçado da obediência e submissão à mesma Igreja.

O liberalismo democrático e revolucionário, êsse declarou-se abertamente contra a Igreja que perseguiu com furor diabólico em muitas nações, profetizando muitas vezes a sua morte pela voz altissonante dos seus profetas maiores.

Voltaire — o patriarca da incredulidade — usava como lema e palavra de ordem o «*esma-*

gai a infame», de que já falamos, e vaticinou, em 30 de Maio de 1758, a morte da Igreja dentro de 20 anos. E embora a data vaticinada viesse a ser precisamente a data da morte do profeta de Ferney... e não da Igreja que continuou a viver, surgiram ainda novos profetas libertários que teimavam em dar à Igreja de Deus poucos anos de existência.

Depois do vendaval do protestantismo e da revolução francesa, depois da onda filosófico-libertária do século XVIII, que tentou mas não conseguiu derrubar a Igreja Católica, o racionalismo libertário julgou que seria mais bem sucedido procurando subverter os próprios fundamentos da Cidade de Deus.

Atacou-se a autenticidade e historicidade dos Livros Santos, sobretudo dos que têm maior importância no campo apologético, como o Pentateuco, a Profecia de Isaías e os quatro Evangelhos. Negou-se a existência e a possibilidade das profecias, declarando-se conjecturas as menos claras, e dizendo-se as mais claras narrações posteriores aos acontecimentos.

Negou-se a existência e a possibilidade dos milagres, afirmando-se que os dos Evangelhos ou eram factos naturais, ou hipérboles orientais, ou mentira dos evangelistas, ou inconsciência de fanáticos e alucinados.

A ousadia do racionalismo libertário foi

até ao ponto de negar a existência de Jesus Cristo.

Mas, pelo menos neste ponto, reconheceu que avançara demais, vindo a entrincheirar-se no campo da «escola liberal» que admitiu a existência do Cristo, homem genial, mas não de Cristo Homem-Deus — o que bastaria, segundo pensavam, para destruir a divindade do Cristianismo e da Igreja Católica.

Nesta atmosfera racionalística, saturada de dúvida e negativismo, a impiedade sorriu desdenhosamente quando, em 8 de Dezembro de 1854, S. S. Pio IX definiu solenemente o dogma da Imaculada Conceição da SS. Virgem Maria, Mãe de Deus. Era natural...

Mas a resposta do Céu não se fêz esperar.

Em 11 de Fevereiro de 1858 aparece em Lourdes a Mãe de Deus.

Dizendo-se realmente Imaculada, confirma solenemente os oráculos dos Profetas, a doutrina dos Evangelhos e a definição do Sumo Pontífice.

Inaugurando uma nova era de estupendos e inegáveis milagres que se iam realizando sobretudo à passagem de Jesus Sacramentado, confirma a divindade do seu Filho, as maravilhas da Sua vida pública, os autênticos milagres de que estão cheias as páginas dos Evangelhos.

As múltiplas manifestações do sobrenatural confirmam os dogmas e a missão divina da Igreja Católica e são uma resposta, sem réplica possível, aos corifeus do deísmo, do naturalismo, do racionalismo, enfim, do liberalismo anti-católico, dada pelo Céu em pleno século XIX, século de descrença, na pátria de Voltaire e Robespierre, nessa França libertária que tanto êrro tem espalhado e tanto sangue tem feito correr dento e fora das suas fronteiras.

Daí, para muitos, a razão do seu furor contra Lourdes. Os acontecimentos extraordinários da gruta de Massabielle «foram combatidos logo desde o seu início com um encarniçamento verdadeiramente providencial, não só pelos inimigos declarados da Religião e da Igreja, mas ainda por numerosos crentes, aliás bem intencionados.

«Os próprios representantes da autoridade civil, desde o prefeito barão de Massy até ao comissário de polícia Jacomet, promoveram a guerra mais formidável de que há memória a essas manifestações irrecusáveis do sobrenatural, julgando zelar dessa forma os interesses superiores da Religião do Estado. Houve momentos até durante as aparições, em que aquêles mesmos que já estavam convencidos da realidade delas, sentiram a sua fé ou com-

pletamente perdida ou, pelo menos, profundamente abalada nos seus fundamentos. E' que às vezes a Providência, nos seus desígnios insondáveis, compraz-se em envolver no véu do mistério as suas obras mais portentosas para castigo dos ímpios e provações dos crentes. A verdade impôs-se, porém, a breve trecho, com a fôrça indomável da evidência, enchendo de consolação os bons e de confusão os maus.»

No local bemdito das aparições da Imaculada «o fenómeno portentoso do milagre passava ao estado de permanência».

Contra a indiferença de uns e o ódio cego de outros, Lourdes triunfava «com os seus mudos que falam, os seus paralíticos que andam, numa palavra, com os seus portentosos milagres, cientificamente demonstrados e absolutamente incontestáveis, que são a admiração e o assombro do mundo inteiro...» (1).

Claro está que o liberalismo não podia ter morte súbita...; e, não muito depois, devia ainda atormentar a Igreja em muitas nações, particularmente na Espanha de Serrano, na Alemanha de Bismarck e na Itália de Mazzini,

Cavour e Vítor Manuel. Na própria França surgiriam ainda violentas perseguições que teriam o seu epílogo com a expulsão dos Religiosos, com a rotura da Concordata e a Lei da Separação.

Emílio Combes, autor dessa lei sacrílega, profetizou, em 1904, que dentro de dez anos não haveria um só religioso em França. Passados êsses dez anos... regressavam a França todos os religiosos, chamados pelo próprio governo que lhes pagava as viagens! Sete anos depois, morria Emílio Combes, no meio da indiferença dos franceses. Na mesma hora e por diligências de Briand a quem também se devia a Lei da Separação, partia Jonnart para a Cidade Eterna com a missão de reatar com a Santa Sé as relações diplomáticas!

De tôdas essas perseguições anti-católicas desencadeadas pela fúria libertária de quási tôdas as nações, resultou, para a Igreja Católica, não a morte que se quisera e tantas vezes se vaticinara, mas maior pujança de vida e maior prestígio internacional.

Conduzida por sábios e providenciais Pontífices, devotíssimos da Mãe de Deus, a Igreja Católica suportou tôdas as violências, condenou todos os erros, reanimou a sua vida interna, reorganizou a sua actividade apostólica,

(1) Visconde de Montelo: *As Grandes Maravilhas de Fátima*, págs. 23 e 44.

restaurou a filosofia escolástica, atraiu a si as nações arredias e deslumbrou o mundo com Encíclicas imortais que a humanidade, ávida de luz, saúda já como farol salvador nas horas incertas da vida contemporânea.

CAPÍTULO IX

Lourdes, Fátima e a Perseguição

O século XIX não foi somente um século de dúvida, descrença e negativismo. Foi também o século da Imaculada Conceição, definida pelo Sumo Pontífice e manifestada nas aparições de Lourdes — a Fátima Francesa — para começar a erguer a humanidade das ruínas do liberalismo.

Portugal, que é, por excelência, a Terra de Santa Maria, a Pátria da Imaculada Conceição, não podia ficar insensível aos triunfos da sua Padroeira celeste, nem Ela podia deixar de pensar em Portugal ao poisar os seus pés virginais na gruta de Massabielle.

De facto, Portugal pensou na Imaculada, e a Imaculada pensou em Portugal. Os portugueses, que havia já séculos defendiam e juravam defender o dogma da Imaculada Conceição, rejubilaram com a definição solene desse dogma encantador e também não tardaram a ir visitá-la na sua nova morada das margens do Gave.

Traduzindo os sentimentos da devoção que acalentavam, promoveram grandiosos festejos em louvor da Imaculada, dedicaram-lhe associações, exaltaram as suas prerogativas em discursos e poesias sublimes, e ergueram-lhe grandiosos monumentos como o do monte Sameiro que é, entre nós, a mais notável recordação da definição pontifícia da Imaculada Conceição, destinada, na intenção dos seus autores, a «testemunhar às gerações futuras a devoção dos portugueses pela Santíssima Padroeira» da Nação.

Por sua vez, a Imaculada Mãe de Deus não esqueceu «o povo seu protegido» de Portugal. Foi decerto com as suas bênçãos maternais que, desde o terceiro quartel do século passado, começou a operar-se, entre nós, um renascimento católico. Nos últimos anos do antigo regime viviam já em Portugal quasi tôdas as Ordens Religiosas e faziam-se já os primeiros ensaios de organização católica.

Dos esforços do Episcopado e do Clero, das Famílias Religiosas e do laicado católico, abençoados por Deus e pela desvelada Padroeira, resultou êsse revigoração interno da Igreja, que devia ser providencial nos dias de tribulação gravíssima que iam despontar com o triunfo demo-liberal.

Na verdade, ao lado do renascimento reli-

gioso que se operava lentamente, ia crescendo também a onda revolucionária do liberalismo maçónico.

Em 1910 triunfa a demagogia que prepara e realiza uma ofensiva de extermínio contra a Igreja Católica.

A legislação que então se promulga, a começar pela nova Constituição política, desprezando completamente as lições do passado e as realidades da vida portuguesa, «inspirada exclusivamente e directamente no individualismo e no liberalismo mais retintos», «feita à imagem e semelhança dos direitos do homem» e tôda impregnada de «extremado racionalismo» ⁽¹⁾ — tinha em vista destruir a mentalidade e as instituições tradicionais do país e erguer sobre as ruínas de Portugal católico um Portugal estrangeirado e laico.

A obra dos libertários portugueses, servilmente copiada da França, não podia deixar de ter como fim primordial «esmagar a infame»!...

Por isso se investiu logo contra a Igreja com tal sanha e furor que o profeta máximo do sectarismo demagógico pôde vaticinar que o Catolicismo morreria em Portugal, dentro de duas gerações.

⁽¹⁾ Do *Relatório da Constituição*, de 1933.

Humanamente falando assim devia acontecer, dada a violência da perseguição. Por outro lado, dada a necessidade da Religião para a vida da sociedade e o valioso auxílio prestado pela Igreja a Portugal em todos os séculos da sua história, atentar contra a Igreja era atentar também contra a vida e a independência da Nação.

E assim, humanamente falando, arrastou-se para o abismo, para a morte, não só a Igreja Católica mas também a nossa Pátria.

Ia adiantada, como vimos, a empresa anti-nacional e anti-católica, quando a SS. Virgem Maria se dignou «visitar a lusa gente» para salvar a Nação e a Igreja em Portugal.

A nova das aparições chegou rapidamente aos confins de Portugal; causou, por toda a parte, funda impressão nos espíritos; começou a trazer multidões à Cova da Iria e a operar nas almas uma renovação salutar, prenúncio feliz de dias de esplendor para o Catolicismo em Portugal.

Os inimigos da Igreja não podiam conformar-se com a ideia dum ressurgimento cristão e, por isso, não tardou a notar-se grande alvoroço e agitação nos arraiais da demagogia liberal, prenúncio da próxima perseguição.

Era de prever essa atitude hostil dos inimigos da Religião.

«É um facto assaz conhecido que, onde Maria aparece, logo surge também, como émulo, o demónio, opondo tôdas as fôrças do inferno para aniquilar a obra da graça. A história dos Santuários de Maria, tanto no passado como no presente, é disso prova irrefutável» (1).

As sensacionais aparições de Nossa Senhora de Fátima não devia faltar também, providencialmente, esta «prova irrefutável» da sua realidade.

A perseguição oficial não se fez esperar.

O concelho de Vila Nova de Ourém, nesse tempo «de política exaltada, sistematicamente contrária à Igreja Católica», encontrava-se «nas mãos de um homem atrevido que, chefiando um triângulo maçónico e o partido democrático, praticamente era o senhor do concelho.

«Quando começou a correr a notícia das aparições, o homem pôs-se alerta, a ver em que aquilo dava. Atrevido e jacobino, o *latoeiro*, ao tempo Administrador do concelho, resolveu abafar aquela manifestação reaccionária» (2).

(1) Luiz Fischer: *Fátima à luz da Autoridade Eclesiástica*, págs. 17-18 (Lisboa, 1932).

(2) *Jacinta*, Cap. «Até à morte...», pág. 51 e segs. (1.ª edição).

Nesse sentido, começou por intimar a comparecer na Administração os Videntes de Fátima com os seus pais.

Por vontade dos pais, foi com êles só a Lúcia. O «famoso» Administrador quis, a tôda a fôrça, obrigá-la a revelar o Segrêdo e a prometer que não voltaria ao local das aparições. Fêz promessas e ameaças, mas nada conseguiu.

Protestou então à Lúcia que, se fôsse preciso, lhe tiraria a vida para conseguir o que desejava, e censurou àsperamente o pai da Jacinta e do Francisco por não ter trazido os filhos consigo, como lhe fôra ordenado.

Certo dia aparecem três cavalheiros que pertenciam, decerto, à camarilha do *latoeiro* democrático. Depois de muitas perguntas indiscretas e desagradáveis para as três crianças, despedem-se dizendo: «Vejam se se resolvem a dizer êsse segrêdo, senão, o Sr. Administrador está disposto a acabar-lhes com a vida.»

Três meses após a primeira aparição (13 de Agôsto) aparece em Aljustrel o próprio Administrador. Repete aos três pastorinhos as perguntas, promessas e ameaças que já havia feito só à Lúcia. Como também agora nada conseguiu, resolveu levar as crianças para Vila Nova de Ourém, precisamente quando elas se prepa-

ravam para ir presenciar a quarta aparição da Mãe de Deus.

Durante os dias passados em Vila Nova de Ourém, ora na cadeia, ora na Administração, ora em casa do Administrador, «êste envolveu-as em capciosas perguntas e aliciantes promessas, de que não colheu o menor fruto; depois, apavorou-as com ameaças terríveis (fritá-las em azeite!), mas, por mais que fizesse, não conseguiu apanhá-las em contradição, obter a desejada denúncia de que tudo era mentira encomendada, nem a sombra de uma palavra a respeito do tal Segrêdo Divino...» (1).

«Desta sorte um abuso bastante censurável da autoridade administrativa, que tão profunda como justa inclinação provocou em todos os que dele tiveram conhecimento, constituiu um acto providencial que veio reforçar a convicção geral, nesse tempo já formada, de que as crianças não faltavam conscientemente à verdade» (2).

No mês seguinte, em serviço da mesma «causa» e em obediência à mesma «palavra de ordem», levou-se a cabo uma nova façanha

(1) A. de Figueiredo: *Fátima*, págs. 40-41 (7.ª edição) Cfr. *Jacinta*, Cap. cit.º

(2) Visconde de Montelo: *As grandes maravilhas de Fátima*, pág. 54.

contra o que os «iluminados» chamavam «comédia de Fátima», «especulação reaccionária» e manejos obscurantistas e clericais da Cova da Iria.

Na tarde de 22 de Setembro de 1917 saiu de Santarém, em automóvel, um grupo de indivíduos aos quais se juntou mais alguém em Vila Nova de Ourém. «A grei maçónica anunciava, ao mesmo tempo, grandes festas em honra da Senhora de Fátima, em Santarém, e convidava o povo a ir esperar os automóveis que mandara à Fátima buscar a carrasqueira».

Os energúmenos, que planearam e ordenaram esta paródia satânica, ficaram para sempre na «sombra». Os executantes foram António Ganto, Francisco do Cemitério e António Fialho, regedor da freguesia do Salvador.

Chegados à Cova da Iria, cortaram alguns ramos de algumas azinheiras, que mentirosamente fizeram passar por serem da azinheira das aparições (que já não existia), e, com êles, meteram no automóvel uma mesa, com a qual alguns fiéis haviam armado um altar, uma imagem de Nossa Senhora que sobre êle se encontrava, um arco de murta que a encimava, duas cruzes, duas lanternas de fôlha, e dois vasos com plantas.

Pelas nove horas do dia 23 davam entrada em Santarém. Os objectos trazidos de Fátima

ficaram em exposição, todo aquêlê dia, «num primeiro andar do largo do Seminário». À noite realizou-se, «no meio de alarido carnavalesco», uma... procissão sacrílega, pelas três principais ruas da cidade, na qual foram conduzidos os objectos vindos de Fátima e não faltaram nem «umbela» nem «campanhas», nem «pálio», nem «padres», nem «sermões», nem o «canto» das «ladaínhas»... nem «chufas e impropérios de tôda a ordem, cuspidos nos sentimentos piedosos das pessoas crentes...».

A imprensa da época, de que extraímos estas notícias, não receou afirmar que «todo o desacato fôra, se não fomentado, pelo menos permitido pelo administrador do concelho e governador civil, de acôrdo com as «chafaricas» da terra e talvez com a de Lisboa».

De tudo isto e do teor dum manifesto que um grupo de católicos de Santarém trouxe a público em 28 de Outubro seguinte — podemos concluir que «a perseguição à Fátima não era obra de meia dúzia de exaltados num momento de fanatismo, mas plano minuciosamente delineado e realizado sob os auspícios das próprias autoridades que, tantas vezes, eram apenas simples mandatárias das lojas» (1).

(1) *Voz da Fátima*, n.º 118, Julho de 1932. Reproduzimos em apêndice o *Protesto* dos Católicos de Santarém.

Assim procuravam os paladinos da «liberdade» — singular ideia da liberdade! — «jugar à nascença aquêlo combinado e bem ensaiado movimento de Fé».

«Ao mesmo tempo os jornais anti-católicos abriam campanha contra o que se estava passando em Fátima e escreviam que tudo aquilo deviam ser «manejos da Reacção» à qual era absolutamente necessário «quebrar os últimos dentes» — garrotar, de vez, o «clericalismo que estrebuchava ainda», etc., etc. As autoridades distritais e concelhias, no falso brio de bem servirem semelhantes ideias, às quais, com embófia, chamavam «avançadas», faziam todo o possível para embargar essas sinceras manifestações religiosas, em nome da ordem (pretextavam), pois «previam-se tumultos graves»... (1) ou em nome da República ameaçada... pois aquelas manifestações, segundo diziam, revelavam ou pelo menos significavam «o que quer que seja de hostil às instituições vigentes. Nada há mais absurdo nem mais pueril do que tão ridículo pretexto. Toda a gente sabe que essas manifestações são de índole puramente religiosa, não tendo havido jamais a mínima perturbação da ordem pública,

(1) A. de Figueiredo: *ob. cit.*, pág. 63.

a mais ligeira nota discordante, um acto menos correcto ou menos deferente, para quem quer que fôsse» (1).

Apesar das perseguições e até mesmo devido a elas, o entusiasmo, longe de afrouxar, foi crescendo sempre e atraindo multidões cada vez maiores à Cova da Iria.

O clarão de Fátima iluminou bem depressa Portugal e o mundo.

«A fama de curas assombrosas de vítimas de toda a sorte de enfermidades, de conversões admiráveis de ímpios e descrentes de todas as classes sociais, da morte trágica de criaturas desvairadas pelo sectarismo anti-religioso, que a pretexto das aparições ousaram blasfemar a Virgem bemdita, concorreu poderosamente para engrossar cada vez mais essa torrente (caudalosa das multidões), provocando manifestações de fé e piedade em nada inferiores às dos mais célebres santuários consagrados à Augusta Mãe de Deus e dos homens» (2).

O esplendor celeste dos acontecimentos de Fátima provocou nova ira das potências infernais e continuou a incomodar bastante a vista «doente» dos habitantes das regiões subterrâ-

(1) Visconde de Montelo: *ob. cit.*, pág. 18.

(2) Visconde de Montelo: *ob. cit.*, págs. 16-17.

neas..., que, de vez em quando, saíam cá fora a fazer das suas, sobretudo nas horas das trevas e do silêncio...

Um dos episódios mais retumbantes, nesta luta do inferno contra Fátima, deu-se em 13 de Maio de 1920.

«O governo tinha dado ordens terminantes aos administradores dos concelhos circunvizinhos para deterem todos os veículos que se dirigiam a Fátima; e como se isso não bastasse ainda, logo de madrugada, mandou colocar várias patrulhas de cavalaria e alguns batalhões de infantaria da guarda republicana em volta da Cova da Iria, para impedir o acesso dos peregrinos àquele local sagrado.

«Porém, a santa obstinação dos peregrinos triunfou de tudo. Detidos os carros, seguiam a pé, forçavam os cordões dos soldados, os quais, na sua maior parte, bons aldeões, bem depressa e de bom grado se declaravam vencidos; e até, no fim, alguns pediram e obtiveram dos seus oficiais licença para irem também rezar à capelinha» (1).

Mas não se acalmaram, de vez, as fúrias dos inimigos de Fátima.

(1) L. G. da Fonseca: *Nossa Senhora de Fátima*, págs. 80-81 (Pôrto, 1934).

«Numa escura e sombria noite» (6 de Março de 1922) foi à Fátima um grupo de malfeitores e com quatro bombas de dinamite fêz saltar pelos ares a Capelinha das Aparições, erguida e consagrada a Nossa Senhora pela piedade e generosidade dos devotos peregrinos.

«A notícia do hediondo e sacrílego atentado voou com a rapidez do relâmpago do norte ao sul do país e provocou em tôdas as almas bem formadas um sentimento unânime de indignação e de protesto, pondo mais uma vez em foco essa pitoresca aldeia, graciosamente alcandorada num dos contrafortes da Serra de Aire, onde há cinco anos se tinham dado acontecimentos maravilhosos, que jamais se apagarão da memória dos homens.

«Tôda a imprensa se referiu a êsse atentado com palavras de viva reprovação, cujo eco se repercutiu nas duas casas do parlamento, tendo o governo prometido pela voz do ministro das colónias castigar os seus autores com todo o rigor das leis e sem nenhuma espécie de contemplação» (1).

Longe de afrouxar, continua a intensificar-se o fervor e entusiasmo das multidões crentes, que, com a sua expontânea generosi-

(1) Visconde de Montelo: *ob. cit.*, pág. 140.

dade, tornaram a erguer depressa essa «nova Porciúncula — sementinha mínima, mas criadora que, no andar dos tempos, se tornaria arbusto forte, árvore frondosa, densa e intensa floresta de piedade e de graças em terras de Portugal e por êsse mundo fora» (1).

Por sua vez, continuava a ofensiva das potências infernais, repetindo-se os actos de sectarismo mesmo da parte das autoridades civis.

Em 1922, o governador civil de Santarém tentou impedir a peregrinação de 13 de Maio, que classificava de «parada das fôrças reaccionárias de todo o país».

Dessa vez o administrador do concelho houve por bem não cumprir as ordens do governador civil, e o presidente do ministério, entrevistado por um jornalista católico, afirmou que o govêrno não havia proibido a peregrinação (2).

Em 1923, também o governador civil de Santarém proibiu que se realizasse a peregrinação de 13 de Maio. E para mais eficazmente conseguir o que o seu facciosismo lhe aconselhava, enviou uma fôrça da guarda republicana para o local das aparições.

(1) A. de Figueiredo: *ob. cit.*, pág. 101.

(2) Visconde de Montelo: *ob. cit.*, pág. 145.

Mas triunfou a fôrça misteriosa de Fátima... Foi interessante observar que «no meio da massa enorme do bom povo crente, os soldados cristãos, tomados de respeito e contagiados pelo ardor da Fé ingente, colorida pelos cantos nascidos dos corações, se desmoralizaram piedosamente, e, cabeças descobertas, joelhos em terra, tomaram parte, em espírito, nesta romagem ostentada com liberdade e brilho» (1).

Em 1924, foi o próprio govêrno quem proibiu a peregrinação de 13 de Outubro. Mas, como se nada fôsse com êle, o povo crente «concorreu em aluvião devota e ordeira à «Cova» Santa e aí, piedoso, rezou na mesma as suas orações, queimou na mesma as suas velas votivas, cantou na mesma seus hinos de alma, em exuberâncias de Fé pura, no júbilo de seus corações inteiramente alçados à Virgem Santíssima» (2).

Os diversos episódios da perseguição movida pelo sectarismo demagógico contra os acontecimentos da Cova da Iria contribuíram providencialmente para acelerar e abrilhantar o triunfo de Nossa Senhora da Fátima, já

(1) A. de Figueiredo: *ob. cit.*, pág. 102.

(2) A. de Figueiredo: *ob. cit.*, pág. 102.

pelas imediatas conseqüências que tinham e circunstâncias que os acompanhavam, já pela prova segura (embora dispensável) que forneciam à Igreja docente e discente a favor da credibilidade das aparições atestadas pelos três pastorinhos privilegiados.

Em 1917, ergue-se a primeira capelinha das Aparições.

Em 1918, S. S. Bento XV aludia a Fátima, atribuindo a melhoria da situação da Igreja a «um extraordinário auxílio» de Nossa Senhora.

Em 13 de Outubro de 1921 celebra-se a primeira missa na Cova da Iria.

Em 3 de Maio de 1922 é nomeada a Comissão encarregada de estudar e organizar o processo canónico sobre o caso de Fátima. No mesmo ano há uma procissão de desagravo pelo atentado contra a Capelinha (13 de Maio) e aparece o jornalzinho do santuário (13 de Outubro).

Em 1926 é lançada a primeira pedra do Albergue dos doentes, que se inaugurou em 13 de Maio de 1929. Desde 1926 começam os Bispos Portugueses a visitar o santuário.

Em 1927 levanta-se a capela da Penitência; o Senhor Bispo de Leiria procede à Bênção dos cruzeiros da Via-Sacra na subida da estrada de Leiria a Fátima (26 de Junho),

preside com o Prelado de Beja à peregrinação de 13 de Outubro, e institue a capelanía da Cova da Iria, tornando-se, assim, o santuário da Virgem também santuário de Jesus Sacramentado, no coração de Portugal, Terra de Santa Maria e do SS. Sacramento.

Em 1928 (13 de Maio). O Senhor Arcebispo de Évora, assistido pelo Senhor Bispo de Leiria, lança a primeira pedra da Basílica da Cova da Iria, que vai continuando em construção.

Os acontecimentos dessa data de glória tiveram grande repercussão na imprensa mundial, salientando-se um notável artigo do *Osservatore Romano*, órgão officioso da Santa Sé Apostólica. Nesse ano teve uma concorrência extraordinária a peregrinação nacional de 13 de Outubro.

Em 1929 (9 de Janeiro), S. S. Pio XI — que já em 1927 autorizara que se celebrasse em Fátima a missa votiva de SS. Rosário «conforme as praxes e a concessão já feita a outros santuários — recebia em audiência os alunos do Colégio Português em Roma e fazia-lhes uma surpresa muito agradável. «O Santo Padre dignou-se oferecer a todos os alunos duas estampas de Nossa Senhora do Rosário da Fátima, uma para cada um deles e outra para as suas respectivas famílias para que estas oras-

sem também pelo Papa » (1). Foi uma « aprovação implícita » dos acontecimentos da Cova da Iria.

Em 6 de Dezembro do mesmo ano dignou-se Sua Santidade benzer a Imagem de Nossa Senhora de Fátima para a nova Capela do Colégio Português, onde se celebrou solenissimamente o 13.º aniversário da 1.ª aparição de Nossa Senhora (13-V-930). A Santa Sé autorizou que todos os sacerdotes que lá celebrassem nesse dia dissessem a missa de Nossa Senhora do Rosário com rito duplex de 1.ª classe. Na ante-véspera (11-V-930) realizou o Dr. Luiz Gonzaga da Fonseca, no Pontifício Instituto Bíblico, uma conferência notável que deu brado em Roma e no mundo católico.

Nesse mesmo ano concedeu a Santa Sé algumas indulgências aos peregrinos de Fátima (1-X-930) e publicou o Senhor Bispo de Leiria (13-X-930) a *Magna Carta de Fátima*, isto é, a Carta Pastoral que declarava definitivamente dignas de crédito as visões das crianças na Cova da Iria e permitia oficialmente o culto de Nossa Senhora da Fátima. Foi o epílogo condigno da primeira *trezena* de triunfo de Nossa Senhora da Fátima.

(1) Luiz Fischer: *Fátima à luz da Autoridade Eclesiástica*, pág. 69.

Em 25 de Março de 1931 celebrava em Fátima o primeiro Pontifical o Senhor Bispo de Portalegre com a assistência do Cabido, alguns sacerdotes e fiéis e todo o corpo docente e discente dos três Seminários da Sua Diocese.

Nesse mesmo ano — 13 de Maio — à frente da grande peregrinação nacional esteve em Fátima todo o Episcopado Português a agradecer oficialmente a Nossa Senhora a sua « visita à lusa gente » e a consagrar-lhe solenemente a Pátria de que Ela foi sempre carinhosa Padroeira e que se dignou agora *favorecer com benefícios especiais*, como disse SS. Santidade Pio XI na sua Carta de 10 de Novembro de 1933 a Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa.

Triunfou brilhantemente Nossa Senhora da Fátima. Como escreveu o Senhor Bispo de Leiria no Prefácio da *Jacinta* vindo à luz em Maio de 1938, « hoje, Nossa Senhora da Fátima é conhecida e amada em tôdas as terras de Portugal.

« Em Lisboa, devido ao zelo incansável de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, está a concluir-se um templo dedicado a Nossa Senhora da Fátima, o primeiro grande monumento, em estilo moderno, que se levanta em Portugal e que ficará a marcar uma data na

história da arte do nosso país ⁽¹⁾. Por todo o Império Português, vão surgindo igrejas, capelas e altares dedicados à Virgem da Fátima, não havendo cidade, vila ou aldeia, onde Ela não seja venerada, amada e invocada. Na Espanha, França, Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda, Lituânia, até junto da Rússia, está espalhado o seu culto.

«Na África, não só em terras portuguesas como estrangeiras, muitas missões estão colocadas debaixo da Sua Protecção.

«Na América do Norte, na Califórnia, nas Antilhas, na América do Sul, na Argentina e, sobretudo, no Brasil, constroem-se santuários em honra de Nossa Senhora da Fátima.

«Na Ásia, o culto da Santíssima Virgem da Fátima, irradiando principalmente de Macau, propaga-se pela Índia Inglesa, pela China onde há igrejas em Sua honra, pelo Japão, pelas ilhas holandesas, etc.

«Na Oceânia, ainda no ano passado, S. Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor Bispo de Macau benzeu em

(1) Foi inaugurada solenemente em 13 de Outubro de 1938.

— Em 2 de Fevereiro de 1939 inaugurou-se também a nova Capela do Seminário de Alcains, dedicada a Nossa Senhora da Fátima. É «uma jóia de arte» «em estilo românico de transição».

Timor uma bela igreja com a invocação da Fátima.

«Na Cova da Iria, levantam-se edifícios em honra de Nossa Senhora — hospital, Casas de Retiros e já surge, em linhas tão simples como esbeltas, a futura igreja que lhe será consagrada.

«Quem fez estes prodígios?

«No orçamento português, Fátima não pesa e ainda nada se pediu a ninguém, para o santuário.

«Repito: quem fez estes prodígios? — Nossa Senhora, realizando, mais uma vez, a predição de que tôdas as gerações a proclamarão bem-aventurada.»

Perante êste maravilhoso triunfo de Fátima e de outros triunfos que a Nossa Senhora da Fátima se devem também, o ódio do jacobinismo maçónico teve de refugiar-se nos antros subterrâneos... (tanto mais que está oficialmente proscrito no país).

Mas não morreu... nem pode morrer! De vez em quando transparece em certas campanhas de certos jornais — jornais vermelhos e jornais-camaleões... — como aquela que se urdiu em 1930 em volta do suposto roubo de não sabemos quantos milhões ao santuário de Fátima...

E não há ainda muito tempo (Dezembro

de 1938) que a imprensa séria da capital trouxe à luz da publicidade uma *prancha* maçónica, que ressumava ódio, veneno e lama, atirados a Deus, a Cristo, à Igreja, ao Clero e... aos «empresários de Fátimas milagreiras e quejandas!»...

Porque, afinal, *meditaram coisas vãs*, fre-miram de ódio e se agitaram tanto, contra Deus e a Sua Mãe Imaculada, os noctívagos das alfurjas, os arautos do livre-pensamento e da revolução demagógica?

É o eterno antagonismo entre a Luz e as Trevas, exacerbado pelas inegáveis e indestrutíveis realidades de Fátima, que constituem uma *resposta* providencial aos planos e realizações do liberalismo demagógico.

O movimento libertário, que de há séculos vinha atormentando a Igreja Católica e arruinando as nações, invadiu também, em horas de desgraça, a cristianíssima Nação Portuguesa, a ditosa Terra de Santa Maria. Alguns portugueses degenerados, em tenebroso conluio com a maçonaria internacional, procuraram aniquilar a Igreja e atraçoaram a Pátria arrastando-a para o abismo.

«Houve um momento na vida nacional em que tudo pareceu submergir-se: templos profanados, Bispos e padres presos ou expulsos, a religião vilipendiada e esquecida. Mas Nossa

Senhora não se esqueceu de que nós a havíamos um dia escolhido para Rainha...»

Compadecida de nós, apareceu em Fátima. Foi a salvação de Portugal e da Igreja em Portugal.

CAPÍTULO X

Ressurgimento nacional

A ideologia liberal, equivalendo a uma revolta contra Deus e contra a ordem por Êle estabelecida no universo, torna o homem escravo das suas paixões e maus instintos e, conseqüentemente, capaz de todos os vícios e desmandos na vida particular e na vida social.

« O *liberalismo*, levado às suas conseqüências últimas, proclama o homem absolutamente autónomo, arvorando-o em norma suprema de si mesmo no exercício da sua liberdade, como se não houvesse uma lei divina, à qual todos são obrigados a obedecer. Daí vem a chamada *moral independente* que na prática nada mais é que licença desenfreada. Daí a total rejeição da autoridade divina, quer na vida pública, quer na vida privada » ⁽¹⁾.

É certo que o liberalismo admite graus e a sua marcha progressiva durou alguns séculos.

(1) *Concílio Plenário Português*, D. 464.

Mas é também evidente que, num caminho tão resvaladiço, a força da lógica facilmente conduz às últimas conseqüências, fazendo cair os homens de abismo em abismo.

Quem procura libertar-se da ordem, divinamente estabelecida, num campo determinado, facilmente será tentado a fazê-lo em todos os campos da sua actividade. A história está cheia de factos que se encarregam de confirmar estas considerações.

A doutrina liberal desnorteia as inteligências, perverte os corações, envenena os espíritos, destrói nas almas as flores das virtudes cristãs, substituindo-as pelo escalracho de todos os vícios. Cria libertinos, inimigos de Deus e da Igreja, e traidores da sua Pátria. Sob a capa de um patriotismo hipócrita, alardeado em tôda a parte, procura a ruína da Nação, atribuindo depois êsse crime àqueles que, trabalhando na ordem estabelecida por Deus e confirmada pela legítima autoridade, são, na realidade, obreiros beneméritos do verdadeiro progresso e engrandecimento da Pátria. Haja em vista o que succedeu em Portugal.

O liberalismo régio levou os monarcas a desembaraçar-se de tudo quanto entravava o livre exercício da sua autoridade. Bem depressa o absolutismo degenerou em tirania. A reacção, que naturalmente surgiu, levou ao

triunfo o liberalismo constitucional, e êste não tardou a chamar-se liberalismo democrático e a converter-se em anarquia desenfreada.

Mas é de notar que mesmo os fautores da anarquia brava não deixavam por mãos alheias os seus créditos patrióticos, atribuíam aos outros, sobretudo ao Catolicismo (!), o mal-estar na Nação, e apresentavam-se perante o mundo como salvadores de Portugal.

Os factos, porém, vieram dar um desmentido formal à verborreia revolucionária. Não eram salvadores, mas traidores de Portugal!

Só um milagre da Providência nos poupou à ruína total e à morte!

Os portugueses de bom senso, ao verem engrossar a torrente do liberalismo, previram imediatamente uma «cheia» destruidora de tôdas as obras e belezas do passado.

Vendo enfraquecer e começar a morrer a Pátria que muito amavam, sentiram mais necessidade d'um auxílio extraordinário do Céu e intensificaram as súplicas à desvelada Padroeira da Terra de Santa Maria.

*... Volve a nós, ó Virgem pura,
Os teus olhos de piedade,
Aos males da nossa idade
Põe termo por compaixão.*

.....

*Ai! da Lusa Sociedade
Se o sol do mundo moral
Se apaga!... O' noite fatal!
O' noite de negro horror!*

.....

*És a nossa Padroeira,
Não largues o padroado
Do rebanho confiado
Ao teu poder protector.*

.....

*Portugal qual outra Fénix
Á vida torne outra vez... (1)*

.....

Assim rezava e cantava Portugal desde os meados do século passado.

Por mal dos nossos pecados, a onda revolucionária havia de continuar a subir e inundaria o país de sangue, de violências, de injustiças, de desordens, de anarquia e morte!

Mereceramos tão dura provação, mas o Céu não nos esquecia.

Maria pensava em Portugal e interviria,

(1) Dos hinos inspirados de Silveira Malhão.

com a sua bondade e poder, na hora marcada por Deus.

Chega o dia 13 de Maio de 1917.

« Misterioso dom do Céu! Na hora de Portugal... ante a perspectiva do naufrágio na treva, na anarquia, na dissolução, desce do Céu a boa salvadora... » (1) — aparece em Fátima a SS. Virgem Maria, a carinhosa Padroeira de Portugal.

A primeira grande amostra de melhores dias para Portugal veio ainda nesse ano com o triunfo de Sidónio Pais, consumado no dia 8 de Dezembro — festa da Imaculada Conceição — que, por êsse motivo, foi decretado feriado nacional.

Como o ambiente não estava ainda suficientemente preparado e era preciso que a democracia desse tudo o que tinha a dar e manifestasse mais claramente ainda a sua incapacidade governativa — o govêrno de Sidónio foi de curta duração.

Mas Portugal não desanimou, e continuou a pedir confiadamente na Cova da Iria:

Nossa Senhora da Fátima, salvai Portugal.

No fim de nove anos de instante e fervorosa prece e quando a *novena* de oração con-

(1) A. de Figueiredo: *ob. cit.*, 59-60.

fiança se encerrava solenemente com as Côrtes Nacionais de Maria (Congresso Mariano de Braga), surge, como por encanto, o movimento salvador da Nação, que alastra rapidamente do norte ao sul do país, com o decidido apoio e vibrante aplauso de todos os portugueses sinceramente amigos da sua Pátria.

E — coisa singular! — em flagrante contraste com o que, havia muito tempo, acontecia em Portugal, a Revolução Nacional do 28 de Maio surgiu e triunfou sem ser necessário recorrer à violência e provocar derramamentos de sangue.

O Estado Velho caiu «como madeira pôdre, ao primeiro choque»; o Estado Novo saiu espontâneamente, qual fruto amadurecido, da vélha Árvore Portuguesa que, depois de um inverno de tempestades devastadoras, ia entrar em florida primavera de vida exuberante.

Para evitar mal entendidos, não queremos deixar de frisar que tanto os peregrinos de Fátima como os congressistas de Braga estiveram sempre bem longe «de qualquer colaboração humana ou imediata no movimento deflagrado» pelo Exército. Como o Chefe a quem, mais tarde, entregaram o govêrno da Nação, êles nada sabiam, nada prepararam, em nada intervieram. Sentiam apenas no fundo da alma a tristeza do abatimento pá-

trio e a possibilidade de uma reacção salvadora (1).

«Era essa reacção que êles pediam ao Céu, ansiando por ver à frente dos destinos do país dirigentes que aliassem à fôrça o saber, a competência, a rectidão.»

Essas orações foram ouvidas, a reacção salvadora deu-se, os dirigentes idóneos apareceram e Portugal levantou-se e entrou resolutamente numa era de esplendor.

No 10.º aniversário do 28 de Maio solenemente comemorado em Braga, proferiu Oliveira Salazar um dos seus mais notáveis discursos — «as grandes certezas da Revolução Nacional» — e falaram também outros oradores que não quiseram esquecer-se «de frisar a ligação, aparentemente ocasional, entre as cerimónias religiosas, que em fins de Maio de 1926, enchiam as ruas da Roma Portuguesa, e a vibração nacional que deu comêço ao movimento de restauração política e social que... se comemorava» (2).

Assim, a autoridade suprema do distrito, depois de recordar a passagem da Imagem de

(1) Oliveira Salazar : *Discursos*, II, pág. 129 (Coimbra, 1937).

(2) *Novidades* : 27 de Maio de 1936.

Nossa Senhora junto dos oficiais que chefiavam o movimento, acrescentou com satisfação:

«E eu evoco êste episódio, na capital do meu cristianíssimo distrito, porque dele extrai a certeza de que uma fôrça misteriosa aplaudia o nosso esforço e havia de guiar a ânsia resgatadora e transfiguradora que retezava a nossa vontade de aço, posta totalmente ao serviço da Pátria. Por isso afirmo que a Revolução teve logo, no seu comêço, consagração nacional» (1).

Dois anos antes — 8 de Dezembro de 1934 — dissera aos Jocistas de Braga o Venerando Arcebispo Primaz:

«Ela vos proteja como sempre protegeu a Nação, em Elvas, na Restauração, e até, se assim o quiserem, na nova organização social sob a Sua égide iniciada» (2).

Começada com as bênçãos de Deus e com o auxílio da Padroeira da Nação, ¿que tem feito, que espera fazer e qual é o espírito da Revolução Nacional?

Demos a palavra ao genial orientador e realizador do Portugal renovado.

Até há pouco tempo «o nosso principal cuidado tem sido acudir ao que precisava de

mais pronto auxílio, impedir se desmoronasse o que ainda se encontrava em pé, não deixar tocar o zero da escala ao que ainda tinha algum valor. Nesta orientação se restauraram as finanças, a moeda, e o crédito; se repararam as estradas, os edifícios e os monumentos; se desassorearam os portos e os rios; se reconstruíram os muros e os cais; se melhoraram as linhas férreas, telegráficas e telefónicas; se encomendaram ou construíram novos barcos. Neste sentido se refez o prestígio do Estado, se restabeleceu a moral do govêrno e da administração, se repôs no espírito da função pública o ideal de servir a colectividade, se reconstituiu a disciplina, se reataram os laços da solidariedade afectiva e prática no mundo do trabalho e se tornaram a pôr em seu lugar ideias e sentimentos desterrados das inteligências e dos corações, sem os quais nem podemos compreender a nossa História nem me parece fácil continuá-la.

«Restauração material, restauração moral, restauração nacional...» (1).

«Não temos o encargo de salvar uma sociedade que apodrece, mas de lançar, aproveitando os sãos vigamentos antigos, a nova sociedade do futuro. Ela é ordeira e pacífica;

(1) *O Século*: 27 de Maio de 1936.

(2) *Diário do Minho*: 9 de Dezembro de 1935.

(1) O. Salazar: *Discursos*, II, pág. 146-147.

ela conhece as fronteiras da pátria, alargadas por êsse Mundo, a golpes de audácia, por antepassados ilustres; ela respeita a hierarquia e diferenciação de funções como facto natural e humano, necessário ao progresso geral; ela honra e defende o trabalho, como base da prosperidade e lei inelutável da vida, fonte de riqueza e de saúde física e moral; ela tomará a capacidade e o mérito como os critérios fundamentais de valorização social; ela compreenderá, na luta incessante pelo pão de cada dia, que o homem não vive só de pão e que uma vida, esmagada pelo anseio de materialidades sem o culto dos valores morais, seria humanamente inferior e indigna de viver-se» ⁽¹⁾.

«Mais do que nunca o Estado será um pensamento em acção, pelo que se hão-de fatalmente defrontar, mais hoje, mais amanhã, conceitos diversos do homem, de Estado, de Nação, de poder, de liberdade, de fins humanos, de riqueza, de interesses espirituais ou morais; e ninguém duvidará de que será tanto mais fácil a luta — e a vitória — quanto mais nítida fôr a sua posição.

«A fraqueza dos regimes liberais para esta grande batalha está essencialmente em que, por imposição da sua própria doutrina — por-

(1) O. Salazar: *ob. cit.*, pág. 44.

que também êles a têm — se vêem forçados em muitas circunstâncias a parecer que a não possuem. Sempre para se sustentar tem de se contradizer.»

A nós convinha-nos «ir limpando o terreno de todos os elementos cuja atitude doutrinal não fôsse de si defesa suficiente contra a invasão dos novos bárbaros.

«Com a clareza possível se formulou a doutrina e se foi pondo em execução; pacientemente se tem aguardado que à vista dos resultados, pela meditação e observação dos factos, os melhores espíritos ligados ou não ao passado, fôsem rectificando as suas posições. Muitos o têm feito...» ⁽¹⁾.

Com esta firmeza e clareza de ideias, defendeu-se sempre, «contra tôdas as desordens passadas e tôdas as desordens futuras, a *única revolução necessária*. Nem divisões, nem ódios, nem lutas, nem particularismos de pessoas ou de grupos, nem programas vazios de sentido ou destituídos de possibilidades práticas, nem reformas constitucionais, nem mesmo mudanças de regimes políticos: todo o receituário aconselhado ou imposto obraria quando muito à superfície, e deixaria no fundo intactas as causas da nossa enfermidade.

(1) O. Salazar: *ob. cit.*, pág. 32.

« Na desordem política e social que era um pouco a de toda a parte, e entre nós minava a coesão dos portugueses e submergia a consciência nacional, quere dizer a essência e a razão de ser da Nação, mudar os homens, substituir os partidos, experimentar sistemas já experimentados e já falidos, seria inútil para o futuro de Portugal.

« Na anarquia mental e moral do século a que aderíamos, criticando, negando, demolindo juntamente com os desfeamentos do tempo as paredes mestras das instituições sociais, invertendo as escalas dos valores humanos para apresentar novidades de doutrina, seria igualmente inútil toda a resolução que partisse desta base: o que importava era deixar de ser tudo movediço ou arbitrário e definir e assentar os pontos firmes sobre que edificar o futuro; o que importava era reconstruir o sentido perdido da vida humana e fazê-lo penetrar na família e na sociedade, na organização política, no funcionamento da administração, na economia particular e pública, na formação moral dos homens » (1).

Na realização desta empresa eminentemente humana e patriótica, « nós não tivemos, con-

(1) O. Salazar: *ob. cit.*, págs. 128-129.

tudo, a preocupação da originalidade, apesar de que o nosso sincero nacionalismo nos forçava a desprender-nos da imitação sistemática do que de mau se via pelo estrangeiro, para buscarmos, por nossos próprios meios, a solução dos problemas portugueses.

« Sempre que através da história, nos debruçamos sobre a nossa consciência e quise-mos viver, aproveitar as forças que nos vinham das profundezas das nossas raízes históricas; sempre que intentamos ser nós e não outros, fomos construtivos e criadores, não só dentro das fronteiras, mas no mundo. Agora, sem pretensões a povo eleito — povo guia de outros povos — aplicados a resolver as nossas dificuldades e a descobrir, por sucessivas experiências, algumas constantes entre as mil variáveis dos elementos políticos, não será maravilha que a olhos observadores realce a parte de humanidade da nossa obra, e nalguma coisa a considerem universal porque humana » (1).

Falando da falência da ideologia liberal levada entre nós ao ponto culminante pela demagogia demo-republicana, escreve um historiador actual, em conformidade com o pensamento de O. Salazar:

(1) O. Salazar: *ob. cit.*, págs. 26-27.

«A luta contra tudo o que representava a grandeza e a força da tradição havia de ser um dia fatal ao mesmo partido, quando chegasse, como chegou, a hora das realizações. Verificou-se então que a sua força se baseava apenas em princípios quiméricos, e ideologias enganadoras, e que se tornava necessário voltar às fontes puras das tradições, que, por mais que os homens queiram não podem ser impunemente desprezadas por êles. A ressurreição das grandezas do passado faz-se agora, neste momento de renovação, desde que preside aos destinos do país o espírito que gerou a Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926» (1).

Como pela invasão de ideologias estranhas perderamos a independência da mentalidade portuguesa e iamos perdendo também a independência nacional, o facto de nos *debruçarmos sobre a nossa consciência e sobre as fontes puras das tradições* pátrias, para retomarmos o fio antigo de uma vida genuinamente portuguesa, tornou eminentemente patriótico o movimento nacional em marcha, trabalhando pela reivindicação da nossa completa independência — «a independência política de país estrangeiro, a independência moral no interior, ou seja uma Nação livre que livremente se deter-

(1) A. G. Matoso: *Hist. de Portugal*, pág. 727.

mina para a realização dos seus fins no concerto dos povos» (1).

«Há alguns anos que a nossa política deixou felizmente de ser o simples reflexo de dois ou três outros países. E felizmente também a experiência feita tem demonstrado que a hora não é das direitas nem das esquerdas: a hora é de quem sabe o que quer e quer na verdade realizar o seu ideal político. Enquanto fomos traçando o nosso caminho, houve muitas eleições com vitórias das direitas e das esquerdas, houve muitos movimentos revolucionários mais ou menos profundos e mais ou menos extensos, e nada disso pôde desviar-nos das nossas concepções e da firme e serena realização dos nossos princípios. Não digo que não tenha de haver cuidados especiais e que os factos desenrolados à nossa volta nos não causem preocupações, sobretudo se algum país se esquecer do que deve à correcção internacional.

Nada disso pode ter qualquer influência na orientação a seguir, porque o nosso futuro não depende senão de nós, quer dizer da visão que tivermos dos problemas nacionais e da nossa força de vontade para servir o inte-

(1) O. Salazar: *ob. cit.*, pág. 176.

rêsse da Nação. Numa palavra: *a hora é ainda e sempre nossa!*» ⁽¹⁾.

«Devemos crer que o maior risco já passou e está vencida a maior dificuldade proveniente da crise ideológica...»

«A quem a observa de fora, sem nela intervir directamente, a vida governativa é dotada de grande serenidade e calma. Não há tropeções, nem solavancos, nem grande alarido ou confusão. Sucedem-se os actos uns aos outros, e actos graves—como transitar do liberalismo parlamentarista para o Estado autoritário e representativo, como a votação da Constituição Política, a eleição do Chefe do Estado, a passagem da Ditadura para a constitucionalidade, a constituição e funcionamento da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa—; sucedem-se os actos uns aos outros tão simplesmente e com tanta naturalidade como se a Providência assim os tivesse disposto para nosso sossêgo.

«O País, longa e duramente experimentado por estéreis lutas políticas, tem gozado, como o maior dom da Revolução, esta calma que lhe permite dedicar-se mais confiadamente à sua vida» ⁽²⁾.

(1) O. Salazar: *ob. cit.*, págs. 113-114.

(2) O. Salazar: *ob. cit.*, pág. 28.

Foi neste ambiente de paz, de tranqüilidade, de política de verdade, de ressurgimento do nosso passado genuinamente português, que se trabalhou pela *restauração* do país e se entrou já na era do seu *engrandecimento*. Tem-se feito muito, mas há ainda muito que fazer. A Revolução tem de continuar «quanto houver uma nuvem de perigo externo, um germe de desagregação interior, um português sem trabalho e sem pão» — pão que não há-de ser só o pão do corpo, mas também o pão do espírito, porque «uma vida, esmagada pelo anseio de materialidades sem o culto dos valores morais, seria humanamente inferior e indigna de viver-se» ⁽¹⁾.

Numa palavra: Como disse o Sr. Dr. Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional, no discurso proferido em Aljubarrota no dia 14 de Agôsto de 1936, nós queremos um «Portugal independente e cristão».

«As almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procuramos (e procuramos) restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos

(1) O. Salazar: *ob. cit.*, págs. 149 e 44.

a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever» (1).

Sôbre o alicerce firme desta doutrina eterna, queremos continuar a engrandecer a nossa Pátria que amamos estremecidamente e queremos em tudo e para sempre independente. Mas não nos inspiram orgulhos condenáveis nem alimentamos sentimentos de egoísmo, ambição ou inveja pela prosperidade alheia. Desejamos até, sincera e cristãmente, que os bens que desfrutamos se comuniquem a todos os povos.

«...Que a Providência se digne de inspirar os chefes e os governos de todo o mundo no sentido da justiça e no amor dos homens para que seja encontrada solução para os problemas que afligem as nações, sem ferir a paz e a dignidade de cada um.

«O ambiente de ordem e de paz que para nós ambicionamos, melhor, de que absolutamente precisamos para a nossa obra de restauração nacional, desejamo-lo sinceramente a todos os povos, especialmente àqueles a quem mais estreitamente nos prendem afinidades de raça, de língua, de cultura e de espírito, interesses materiais ou morais, recordações históricas e vínculos políticos.»

(1) O. Salazar: *ob. cit.*, pág. 130.

Assim falou o Venerando Chefe do Estado, ao microfone da Emissora Nacional, em 1 de Janeiro de 1939, terminando com êste voto a sua saudação aos portugueses:

«Que 1939 marque para nós e para êles (os outros povos) mais um passo no entendimento mútuo, na cordealidade de relações e na prosperidade comum.»

No mesmo dia, disse Sua Ex.^a na sua resposta à saudação do Corpo Diplomático:

«Procuramos em Portugal continuar, consoante as nossas forças, para que tal desejo (de paz completa e definitiva) seja uma realidade. Pelo nosso trabalho, pelo nosso exemplo de sinceridade nas nossas relações com as outras potências, desejaríamos transformar em uma força moral, no seio da comunidade dos povos, a nossa história de oito séculos. É neste espírito patriótico, mas não egoísta, que nos propomos celebrar o nosso oitavo centenário, e que para as suas festas convidamos as nações amigas.»

Na mesma ordem de ideias, fecharemos o capítulo, com estas palavras de Salazar:

«Por alto desígnio da Providência que rege o mundo, Portugal não precisa hoje de guerras, usurpações ou conquistas, e está fora do domínio das competições internacionais. Para a sua existência equilibrada e segura, em convívio

vio amigável com os outros Estados, precisa apenas de dar novo vigor às ideias e instituições que estão nos seus alicerces antigos. Eis o que a revolução se propõe» (1).

Como nos anos que já passaram, continuaremos a trabalhar «sob o olhar da Providência» e sempre «com a mesma fé nos destinos de Portugal» (2).

(1) O. Salazar: *Discursos*, I, pág. 327.

(2) O. Salazar: Discurso, na Assembleia Nacional, em 28 de Abril de 1938.

CAPÍTULO XI

Renovação Católica

O movimento liberal, que triunfou em Portugal em 1820, usurpou aos reis o poder absoluto que pretendiam exercer e herdou e ampliou os defeitos do regalismo, pretendendo imiscuir-se em tôda a vida e actividade da Santa Igreja.

A princípio, os liberais não se diziam anti-católicos nem como tais queriam ser considerados. Mas intrometendo-se em todos os negócios da vida interna e externa da Igreja, sob pretexto de a proteger e reformar, violavam todos os seus direitos, sujeitando-a a um regime de grave injustiça e de violência permanente.

Os abusos do liberalismo convertiam a união da Igreja com o Estado em escravidão da Igreja sob o Estado. Daí, em grande parte, a decadência da vida religiosa, do espírito de fé, na massa dos fiéis e nas fileiras do sacerdócio.

Bem depressa se previram os tristes resultados dêsse estado de coisas, principalmente

quando de entre os liberais, até então escondidos sob a máscara da hipocrisia, começaram a surgir os arautos da democracia republicana que se declaravam abertamente anti-cristãos e anti-católicos.

Começou então a sentir-se a necessidade da defesa contra a ofensiva anti-religiosa das hordas demo-liberais.

Com o regresso das Ordens Religiosas, provadas e purificadas pelo vendaval de 1834, reanimou-se por tódia a parte a vida de piedade, juntando-se a isto, dentro em pouco, os primeiros ensaios de organização das fôrças católicas. À luz dos ensinamentos de Leão XIII e dos bons exemplos de outras nações, surgiram entre nós os primeiros *Círculos Católicos de Operários*, o *Centro Académico da Democracia Cristã* e outras associações da *Juventude académica*, a *Liga da Acção Social Cristã* e as *Agremiações Populares Católicas* coordenadas depois pela *Obra dos Congressos*.

Assim se foi preparando a Igreja para a maré-cheia liberal dos anos conturbados da República demagógica. «A resistência de que a Igreja deu provas em 1910, seria impossível sem o revigoração interno operado nos vinte anos precedentes» (1).

(1) P. Miguel de Oliveira : *Hist. da Igreja*, pág. 256.

Pouco depois da implantação do novo regime, os Prelados portugueses reuniram-se em Lisboa e prepararam uma *Pastoral Colectiva* que apareceu datada de 26 de Dezembro de 1910 e veio a espalhar-se por todo o país em Fevereiro de 1911. Recrudescceu a perseguição contra a Igreja, contra o Clero e o Episcopado.

Os católicos sentiram então, mais que nunca, a necessidade imperiosa de se organizarem «para reconquistarem o livre exercício dos seus direitos e defenderem os interesses religiosos». Aperfeiçoou-se o funcionamento de algumas associações já existentes e criaram-se novos núcleos onde ainda não existiam, — tudo isto sob a direcção dos Bispos de Portugal, que, para maior eficiência do trabalho de todos, fizeram em 10 de Julho de 1913 um «Apêlo» aos fiéis sobre a necessidade da *União Católica*.

Em 1915 entrava no parlamento a primeira representação católica.

Tudo isto se fizera, como já dissemos, com as bênçãos e auxílio da Padroeira Nacional, sempre lembrada de Portugal e em Portugal, sobretudo após o triunfo da definição pontifícia da Imaculada Conceição e a irradiação esplendorosa das suas aparições em Lourdes.

Mas Portugal era e é, por excelência, a *Terra de Santa Maria*, a Pátria da Imaculada Conceição.

Quis, portanto, a nossa desvelada Padroeira fazer uma visita particular aos portugueses precisamente na hora grave em que o país caminhava para o abismo e os traidores da Nação ameaçavam arrastar consigo para o túmulo a Igreja em Portugal.

Com o seu auxílio maternal a Pátria ressurgiria e as hordas anti-católicas iam ouvir o desmentido dado pelo Céu às suas profecias diabólicas, e ver que as conseqüências providenciais das violentas perseguições seriam, contra os planos do sectarismo, novos triunfos e maiores glórias para o Catolicismo em Portugal.

A Igreja Católica, agora desembaraçada das cadeias com que o liberalismo a algemara, reage, com o auxílio de Deus, contra a onda do mal. Por entre as ruínas amontoadas pelo vendaval da perseguição, não tarda a esboçar-se um esperançoso movimento de restauração, logo acentuado numa primavera de vida que se desentranha por toda a parte sob uma chuva de bênçãos celestiais visivelmente oferecidas a Portugal pela carinhosa Mensageira de Fátima.

Uma das mais notáveis concretizações do movimento de restauração e defesa da vida católica em Portugal foi a organização e fundação do *Centro Católico Português*. Prolongamento

natural da *União Católica*, para actuar especialmente no campo social e político, embora sem carácter partidário, começou a organizar-se após a publicação da Pastoral Colectiva de Janeiro de 1917, ficando definitivamente constituído em Novembro de 1919.

A razão da sua existência e a sua alta finalidade podem deduzir-se do que fica dito e indicar-se brevemente por estas justas palavras do *Diário do Minho*:

«Evidentemente que a Igreja não tem no mundo finalidade política nem se serve da política como meio para realizar a sua missão. A sua vida passa-se fora e muito acima de toda a política humana.

«Mas quando as maiorias parlamentares democráticas, inspiradas pela maçonaria, se convertem em forjas de leis e decretos contra os seus direitos e as suas liberdades, quando os políticos dominados por um jacobinismo feroz se preocupam mais com perseguir a Igreja do que propriamente com os assuntos que interessam ao progresso da Nação, quando numa palavra, a política se aproxima do altar para o destruir e das consciências para as ofender, a Igreja exorta os seus filhos a que se organizem no terreno político para que, usando dos seus direitos de cidadãos, contenham em respeito os perseguidores.

«Foi isto que se deu em Portugal com a organização do Centro Católico. Apareceu ele na hora trépida em que tôdas as correntes políticas representadas no parlamento sancionavam automaticamente qualquer medida que visasse o aniquilamento da vida religiosa, sem terem a mínima consideração pela maioria que os católicos representavam no país, nem qualquer respeito pelo carácter divino da Igreja e pela sua nobilíssima acção civilizadora através de oito séculos de história portuguesa.

«O Centro representou então uma acção nobre e legítima contra o contínuo suceder-se de violências e atropêlos que nada justificava e um esforço tendente a reparar inúmeras ruínas causadas na terra católica de Portugal pelo vesgo sectarismo dos seus políticos» ⁽¹⁾.

Aprovado e recomendado pelo Episcopado português e até pelo Sumo Pontífice, promoveu a realização de dois congressos — Braga 1917 e Lisboa 1922 — e conseguiu levar alguns deputados ao Parlamento nas eleições que se fizeram até ao advento da Ditadura.

Sobre a actividade e resultados práticos do Centro Católico, escrevemos, há dois anos, o seguinte:

⁽¹⁾ *Diário do Minho*: 28-XI-1932; Cfr. *Novidades*: 29-XI-1932.

«Em obediência ao seu programa, trabalhou, desde o princípio e com algum resultado, na defesa da Igreja, dos seus ministros e dos seus direitos invioláveis; esforçou-se por grangear para a Igreja o respeito e a benevolência dos poderes públicos; pugnou pelo melhoramento das leis da Nação, especialmente quanto às nossas missões ultramarinas; promoveu a fundação de associações católicas, e procurou que o espírito do Cristianismo voltasse a informar cada vez mais a vida social do nosso país» ⁽¹⁾.

Emquanto o Centro Católico desenvolvia no campo legal a possível actividade, a Igreja restaurava e reanimava a sua vida interna, pelo esforço dos Prelados, do clero e dos fiéis, sempre com as bênçãos de Deus e de Nossa Senhora da Fátima.

Em consequência da boa vontade e esforços colectivos, foi possível sustentar o culto católico, erguer novas igrejas, criar novas freguesias, restaurar antigas dioceses (Leiria e Aveiro) ⁽²⁾, criar a diocese de Vila Real, dotar quasi tôdas as dioceses de novos paços epis-

⁽¹⁾ J. M. Félix: *A Acção Católica Portuguesa*, págs. 38-39.

⁽²⁾ Trabalha-se presentemente pela restauração da diocese de Elvas.

copais e muitas freguesias de novas residências paroquiais, e fundar novos seminários em tôdas as dioceses ora em casas adaptadas a êsse fim ora em edifícios construídos com o auxílio dos fiéis, e até levantados e oferecidos pela generosidade de pessoas particulares, como aconteceu com êste Seminário de Alcains.

A propósito da colaboração dos fiéis na efectivação das referidas obras escreveram, em 1926, os Bispos de Portugal:

« Os Prelados não querem deixar de testemunhar solenemente aqui a sua gratidão para com os fiéis, que pela sua liberalidade fizeram que a Igreja em Portugal, despojada de tudo o que possuía e lançada em extrema pobreza e reduzida à escravidão por leis iníquas, pudesse levantar-se mais pujante dessa calamidade e restaurar as antigas instituições ainda que não tôdas por enquanto. É mérito seu o podermos responder aqui àquela profecia de homens incrédulos e ímpios, que vaticinavam a extinção do nome cristão em Portugal, com aquela sentença do Salmista: *a iniquidade mentiu em seu dano* (Ps. 26,12). E enquanto implora para todos e para cada um as melhores bênçãos e prêmios celestes e terrenos da munificência paterna do sumo Doador de tôdas as coisas, o Concílio tem a esperança certíssima de que a Igreja em Por-

tugal nunca deixará, por falta de recursos materiais, de cumprir a sua missão » (1).

Ao lado dos seminários diocesanos, surgiram também novos colégios para preparação de missionários, alguns dos quais estão confiados às Ordens Religiosas.

Surgiram também alguns colégios e escolas católicas, voltou a alguns hospitais a enfermagem religiosa, intensificou-se, entre os fiéis, a vida de piedade, pelo ressurgimento do espírito litúrgico, pela freqüência dos Sacramentos, pelas missões e exercícios espirituais, pelas celebrações solenes de centenários de Santos portugueses (B. Nuno, Santo António e Rainha Santa Isabel), pelas consagrações nacionais e diocesanas a SS. Coroação e a Nossa Senhora, pelas peregrinações a Roma, Lourdes, Lisieux, Paray-le-Monial e Terra Santa e sobretudo pelas freqüentes e numerosíssimas peregrinações a Fátima que é verdadeiramente o centro providencial da renovação religiosa da terra portuguesa.

Na marcha ascensional a que nos vamos referindo, merecem também especial menção os solenes congressos que se realizaram em Lisboa (*Antoniano*), em Barcelos (*Missionário*), e sobretudo em Braga (*Eucarístico Mariano*,

(1) *Concílio Plenário Português*, D. 502.

Apostolado da Oração e Catequístico). Estas memorandas paradas católicas, se não podiam produzir efeitos práticos notáveis e permanentes, tiveram, no entanto, o grande mérito de despertar energias adormecidas, de suscitar entusiasmos no clero e nos fiéis, de proporcionar ocasião de se afirmarem, pública e solenemente, católicos alguns dos maiores talentos da nossa terra, e de mostrar aos pseudo-profetas do sectarismo demagógico e anti-cristão que mau espírito os inspirara quando predisseram, e para breve, a morte da Igreja em Portugal.

Simultâneamente, foi-se intensificando a propaganda católica, fundando alguns jornais diários e muitos semanários, criando algumas revistas ilustradas e de cultura geral ou especializada, e, finalmente, pondo a funcionar a Emissora Católica *Rádio-Renascença* que diariamente espalha pela nossa terra e pelo estrangeiro a semente da boa doutrina que pode salvar Portugal e o mundo.

Para coroar esta obra de renovação cristã e opor aos males causados pelo movimento liberal e seus derivados um remédio de efficacia garantida e permanente, deram os Venerandos Prelados Portugueses particular impulso à organização da Acção Católica.

As associações já mencionadas, vieram jun-

tar-se, depois das aparições de Fátima, as organizações do *Escutismo Católico* (1923), da *Juventude Católica Feminina* (1924), ao lado das quais funcionavam também as já mencionadas Associações de Senhoras Católicas, Juventude Católica Masculina, C. A. D. C. e Médicos e Jurisconsultos e Círculos Operários Católicos.

Para coordenar tôdas estas organizações e actualizar o movimento da reconquista cristã em Portugal, surgiu a actual organização da *Acção Católica Portuguesa* em Novembro de 1933, dedicando-se nos primeiros tempos, sobretudo a trabalhos de intensa propaganda e formação de *élites*, e abalanchando-se presentemente a emprêsas de que muito há a esperar para o triunfo da causa de Deus em Portugal ⁽¹⁾.

Numa palavra: Sob o comando de Pontífices e Bispos providenciais, a Igreja Católica, apesar das muitas dificuldades que tem encontrado, vai prosperando admiravelmente, intensificando e aperfeiçoando a sua vida interna, defendendo enèrgicamente os seus direitos invioláveis, e fazendo inegáveis progressos

(1) Remetemos para *A Acção Católica Portuguesa*, que publicamos há dois anos, os leitores que sôbre o assunto desejarem maiores esclarecimentos.

no prometedor caminho da Acção Católica, cuja organização definitiva ficou constituindo porventura o acontecimento mais notável da vida católica portuguesa no XIX Centenário da Paixão e Morte de N. S. Jesus Cristo.

Dissemos já e repetimos, com prazer, que êste ressurgimento da vida católica portuguesa se deve, em grande parte, a Nossa Senhora de Fátima.

No jornalzinho do santuário afirmava-se o seguinte, em Março de 1932:

«Três lustros vão passados depois que o relâmpago precursor das celestes aparições da Virgem bemdita inundou de caudais de luz suavíssima os páramos desertos e áridos da Lourdes Portuguesa.

«Desde então, a gloriosa Terra de Santa Maria, saindo do profundo letargo em que jazia havia quási cem anos, sem esperança de humano remédio, foi caminhando, com passos seguros e firmes, numa marcha verdadeiramente prodigiosa, até à fase presente de intensa vitalidade e pujança religiosa de que numerosos e consoladores episódios são ao mesmo tempo o sintoma e o expoente.

«Não foi debalde que a Rainha do Céu baixou à Cova da Iria e pousou os seus pés virginais na copa da azinheira sagrada. Aos humildes videntes, surpresos e embevecidos

perante a visão de celestial beleza, fêz avisos e deu conselhos, em colóquios divinos da mais encantadora simplicidade e do mais elevado alcance.

«A palavra da misteriosa Aparição, galgando os espaços, chegou, a breve trecho, aos confins de Portugal e o seu eco, doce como uma esperança, mavioso como uma promessa, foi ouvido com alegria e alvôroço nos quatro cantos do mundo.

«Basta volver um olhar retrospectivo sobre a situação religiosa do nosso país antes das aparições e cotejá-la com o seu estado actual para se conhecer desde logo a mudança profunda, radical, operada na sociedade portuguesa, em cujo seio existe hoje uma *élite* católica mais saturada de espírito cristão, mais esclarecida e fervorosa na sua piedade, mais unida entre si e mais sujeita a hierarquia.

«Apesar da tremenda crise religiosa, moral e económica em que o mundo presentemente se debate, provocando a instabilidade das instituições políticas e sociais e agitando e convulsionando os povos, Portugal, a Nação fidelíssima, Terra de Santa Maria, olha com serenidade o futuro, pondo uma confiança inabalável e ilimitada no poder e na bondade da sua excelsa Padroeira que, vindo a Fátima, mais uma vez o protegeu e salvou.»

CAPÍTULO XII

A Igreja e o Estado

Em 13 de Maio de 1917, «numa hora crítica para a Fé em Portugal — associações dissolvidas, Bispos e padres expulsos, culto ameaçado, consciências incertas, agnosticismo alastrante...» — desceu do Céu à Cova da Iria a Imaculada Mãe de Deus, desvelada Padroeira de Portugal.

«Como luz e som» a boa nova do extraordinário acontecimento chega rapidamente aos confins de Portugal. «E o instinto religioso das multidões alvoroça-se, e, em especial, o culto português à Virgem Santíssima, culto que vem do princípio da nacionalidade, ilumina-se com fulgor novo, firma-se na confiança nova da real presença de Nossa Senhora na terra, no ar, na luz de Portugal, onde vibra agora um timbre de privilégio: a sua providíssima estima por este povo» (1).

(1) A. de Figueiredo: *Fátima*, págs. 43, 44 e 49.

O inferno lá em baixo comoveu-se à sua chegada... e as maquinações da demagogia sectária e maçónica, traduzidas em campanhas blasfemas e violências estúpidas, tentaram sufocar imediatamente o mal esboçado movimento de renovação da vida nacional e da vida católica portuguesa.

Mas foi inútil e verdadeiramente quixotesco o esforço empregado para esconder êsse «raiar de aurora», precursor de melhores dias para a nossa Pátria, e para abafar o misterioso «toque de clarim» que convidava Portugal a erguer-se da miséria em que se encontrava e a iniciar a cruzada bemdita do seu ressurgimento patriótico e cristão.

... Maio de 1917. Portugal estava à beira do abismo... e a humanidade envolvida na guerra que «arrastava no seu torvelinho povos e nações»!...

Mas no mundo da criação era o mês de Maio e a plenitude da primavera em flor...

Nessa «hora de Portugal (e do mundo!)...» em que a Mãe de Deus desceu à Cova da Iria «para falar à nossa Pátria e daqui ao mundo...» (1), nesse histórico mês de Maio de 1917, promulgava o Vigário de Cristo o

(1) A. de Figueiredo: *Fátima*, págs. 18 e 59.

actual Código das leis da Igreja — anunciado em 1904, no 50.º aniversário das Aparições de Lourdes — que vinha inaugurar uma nova quadra de esplendor nos campos bemditos do Divino Agricultor...

Meses depois, os Prelados Portugueses, «dando testemunho da sua fé e da sua devoção para com a Sé Apostólica», manifestavam ao Sumo Pontífice a sua gratidão pela promulgação do Código de Direito Canónico e comunicavam a Sua Santidade que «a causa católica em Portugal começava a melhorar um pouco...».

O Santo Padre Bento XV respondeu aos Bispos de Portugal em 29 de Abril de 1918, dizendo que a carta do Episcopado Português «no meio das angústias presentes» lhe fôra «sumamente agradável» pelos sentimentos de fé, devoção à Santa Sé e reconhecimento que revelava, mas especialmente pelo que lhe comunicavam sobre a situação da Igreja, que começava a melhorar em Portugal.

E acrescentava que nunca perdera a esperança de melhores dias para a causa católica na nossa Nação por Êle tão amada. «Dava-Nos esta esperança — dizia o Augusto Pontífice —, em primeiro lugar, a devoção ardente para com a Virgem Imaculada, devoção com que tanto se nobilita essa porção do rebanho do

Senhor, e que bem merecia decerto uma singular protecção da divina Mãe» (1).

Que se passara, de facto, em Portugal? Havia começado «a primeira tentativa feita, depois da proclamação da República, para instaurar em Portugal a ordem e a autoridade» (2). Sidónio Pais organizara o movimento de reacção patriótica, que começara em Lisboa em 5 de Dezembro e triunfara completamente no dia 8, Festa da Imaculada Conceição.

«Venceu a República contra a demagogia» — anunciou Sidónio Pais nessa data de triunfo.

«Tornava-se necessário organizar um governo de força, que terminasse com o estado de agitação em que se encontrava o País desde a proclamação da República, pacificasse a família portuguesa, pusesse termo às perseguições religiosas, acabasse com a tirania do Parlamento e permitisse às forças vivas da Nação o livre desenvolvimento das suas capacidades produtivas» (3).

O governo de Sidónio orientou-se todo neste

(1) Reproduzimos, em apêndice, a Carta de S. S. Bento XV. As palavras acima citadas parecem já uma alusão aos acontecimentos de Fátima.

(2) A. G. Matoso: *Hist. de Portugal*, pág. 775.

(3) A. G. Matoso: *ob. cit.*, pág. 771.

sentido. Aqui lembraremos apenas a sua atitude para com a Igreja.

A República demagógica investira loucamente contra o Catolicismo, rompera as relações com a Santa Sé, praticamente desde 5 de Outubro e completamente desde 20 de Abril de 1911, data em que se promulgou para o País a Lei da Separação, que se estendeu às Colónias em 1913, onde, além dos males produzidos na metrópole, se vibrou um golpe fatal na obra dos missionários católicos e portugueses e se abriu o caminho à invasão de outros missionários que desencaminham as almas e são inimigos de Portugal.

Sidónio Pais compreendeu os inconvenientes de tal atitude para com a Igreja.

Apenas subiu ao poder, começou a realizar o seu programa. No dia 9 de Dezembro «consideraram-se nulos todos os castigos aplicados aos Prelados portugueses a pretexto do cumprimento da lei da separação...» No dia 22 declarou-se sem efeito a pena de interdição de residência aplicada a ministros da religião... Em 22 de Fevereiro (1918) foram modificados e revogados alguns artigos da lei da separação por se verificar que tal diploma «misturou o regime em contendas de crença» (1).

(1) A. G. Matoso: *ob. cit.*, págs. 771 e 772.

Começaram também depressa as negociações para o reatamento das relações com a Santa Sé. Em 9 de Julho de 1918 ficou restabelecida a legação de Portugal no Vaticano. Passado um mês era nomeado o primeiro Nuncio Apostólico depois da implantação da República.

Com a morte de Sidónio, reentrou no país a balbúrdia democrática. Mas em relação à Igreja, a situação não piorou, antes foi continuando a melhorar consideravelmente.

O inesperado fenómeno da vitalidade crescente com que a Igreja surgia triunfalmente de entre os escombros que a revolução amontoara, desconcertou os... deícidas portugueses; e, enquanto alguns persistiam obstinadamente em fechar os olhos à inegável realidade, outros mais bem intencionados e já bastante desiludidos em face dos vergonhosos fiascos da política demagógica, começaram a reconhecer o seu êrro e a confessar, mais ou menos explicitamente, que Jesus Cristo e a Sua Igreja não eram bem o que apregoaram, blasfemando, os arautos da revolução.

Referindo-se a êste momento histórico, afirmou o jornal *A Guarda*, num artigo sensacional, em Outubro de 1932:

«A experiência das perseguições que caracterizaram os primeiros anos da vida do

regime, deu aos seus mentores mais sensatos e mais dedicados, a certeza de que elas apenas prejudicaram, com os interesses do país, as conveniências da República.

«Apaziguadas as paixões, a serenidade tomou o lugar da vesânia e uma paz relativa desceu a envolver a Nação.

«Os católicos, que foram acusados de inimigos do regime, mostraram-se, pela sua doutrina e pela sua conseqüente atitude, devotados patriotas que, sem se imiscuir nas lutas políticas, serviam tôdas as iniciativas de interesse comum, e, por isso, tôda a política dos que viam na República não um sistema de casta, mas um regime nacional.»

Tornou-se, assim, cada vez mais evidente para todos que a doutrina da Igreja e a conduta dos católicos, longe de contrariar, favoreciam consideravelmente a prosperidade da Nação.

Sobretudo em ordem às Colónias começaram a reconhecer-se bem depressa as péssimas conseqüências da lei da separação, entre as quais sobressaía a invasão de missionários estrangeiros e protestantes, o que constituía uma grave ameaça para a soberania portuguesa nas possessões ultramarinas.

«Os coloniais republicanos, que são inteligentes, compreenderam o perigo político que

isso representava. Resolveram, por isso, dar a mão aos missionários católicos, únicos portugueses.»

Mas como proceder praticamente, se, por decisão da República..., a Igreja e o Estado se desconheciam?

Teve de viver-se então, «de 1913 a 1919, num regime de compromissos, de ensaios, de ilogismo e de apalpadelas». Ressentem-se disso os decretos de Almeida Ribeiro (22 de Novembro de 1913), de Carlos da Maia (8 de Março de 1919) e de João Soares (10 de Maio de 1919).

«Aos missionários católicos, iam-se aplicando, homeopaticamente, ordenados e regulamentos confeccionados para os *missionários-empregados públicos*, que eram os missionários laicos em vias de experiências.»

O primeiro decreto de Rodrigues Gaspar (24 de Dezembro de 1919), embora considerasse ainda os missionários divididos em três grupos (Seculares, Franciscanos e Padres do Espírito Santo) e sem ligação com a Igreja, teve, no entanto, o mérito de «assegurar sucessão à obra dos missionários, dando-lhes, na pessoa dos respectivos procuradores, a faculdade de recrutar e educar pessoal novo», para o que autorizava que se gastasse, na metrópole, 20 % da dotação das missões.

Foi ainda mais feliz o segundo decreto de

Rodrigues Gaspar (26 de Agosto de 1921) que «encarou os missionários católicos... na sua verdadeira posição, de utilizados pelo Estado para fins civilizadores, mas deixados à Igreja e à sua disciplina de organismo estranho ao Estado.»

O artigo 2.º dizia o seguinte:

«Em cada Colónia haverá um director de missões, que será o Superior hierárquico dos missionários, a quem compete a orientação geral e administração superior das missões, a nomeação, colocação, transferência e exoneração de todo o pessoal.»

A Igreja abençoou o famoso decreto, o país inteiro aplaudiu-o e o mundo católico apontou-o como lei modelar em matéria de Missões.

Em 22 de Abril de 1926 apareceu um decreto que, embora de boa fé, anulava em grande parte a obra já feita e enfeudava ao Estado os missionários católicos.

Os directores das missões protestaram contra o infeliz decreto. O Comandante Ochoa revogou-o sem demora. João Belo, uma das figuras mais notáveis do Estado Novo, confirmou essa revogação e chamou a Portugal os directores das Missões para elaborar com eles «um código ordenado e definitivo das leis missionárias.»

Dêse trabalho inteligente saiu em 13 de

Outubro — 13 de Outubro... — de 1926 «o Estatuto orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor, decreto n.º 12.486, que é um desenvolvimento claro, lógico, apodítico do decreto n.º 8.351 (segundo Rodrigues Gaspar) e que, como êste, define com precisão e nitidez a posição do missionário, cuja colaboração o Estado utiliza e retribue, cuja preparação em colégios adequados subsidia, cujo tempo de serviço paga, cuja acção favorece, a cujas obras estabelece dotações, mas sem de modo algum se imiscuir na sua subordinação hierárquica, nem na disciplina interna da sua Igreja» (1).

Depois de 1926, registaremos ainda a *Concordata com a Santa Sé* relativa ao Padroado do Oriente (15 de Abril de 1928); o *Acôrdo* sobre a Diocese de Meliapor (11 de Abril de 1929); e, por último, o *Acto Colonial*, novamente publicado em Abril de 1933, em harmonia com a nova «Constituição Política» da Nação, o qual veio confirmar o que, em matéria de missões, estava estabelecido.

Reza assim o art. 24.º do famoso documento:

(1) De *A União*: ano XI, Fev. de 1930, págs. 47 e segs.

«As missões religiosas do ultramar, instrumento de civilização e de influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português, terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino.»

Tal foi a evolução na atitude do Estado em ordem às missões ultramarinas.

No continente a situação não evolucioneu com tanta rapidez, mas desde o governo de Sidónio, as relações diplomáticas entre a Igreja e o Estado, oficialmente separados desde o advento do novo regime, tornaram-se cada vez mais amistosas.

Em 6 de Fevereiro de 1926, quarto aniversário da eleição de S. S. Pio XI, o Parlamento e o Senado votaram por unanimidade de todos os sectores políticos, uma moção de homenagem ao Sumo Pontífice, apresentada pelos *leaders* católicos, respectivamente Sr. Dr. Lino Neto e Mons. Dias de Andrade.

Dias depois, no aniversário da Coroação de Sua Santidade, realizou-se na Sociedade de Geografia a memoranda sessão de homenagem ao Vigário de Cristo, na qual foram oradores «dois expoentes bem marcados da democracia da República». Chamavam-se Bernardino Machado e Cunha Leal.

Bernardino Machado, homem dos mais fadados nos anais dos primeiros quinze anos do novo regime, era então nada menos que Presidente da República.

«Cunha Leal estava no pleno esplendor da sua oratória brilhantíssima, impressionante, e teve nessa hora um dos seus mais incontestáveis triunfos.» Da sua famosa oração recorramos as seguintes afirmações:

«Sou filho de pais católicos e fui educado catolicamente. O estúpido racionalismo do século passado, desvairando os cérebros da mocidade, desvairou o meu. Morreu a crença, mas ficou sempre no íntimo do meu próprio ser um fundo de religiosidade e de atavismo católico que o decorrer dos anos vai, cada vez mais, fixando em mim, como se, para me salvarem, tôdas as fôrças do passado se lançassem ao assalto da minha consciência. Quantas vezes, junto ao leito dos meus filhos doentes, eu tenho pensado que a Graça, êsse dom de Deus, poderá, com o seu clarão divino, iluminar de repente a negrura da minha dor!

«Nas mesmas condições em que me encontro estão tantos dos que à minha geração pertencem... À superfície dos meios citadinos sobrenadam estes naufragos da fé, de envolta com certos pilépticos de fúria anti-religiosa que são a ínfima minoria.

«Mas a quási totalidade do povo português é profundamente, poeticamente, religiosa, visceralmente católica. O campanário e a igreja dominam as nossas aldeias, e o bronze dos sinos, tangidos por mãos de fiéis, toca aos nossos filhos as mesmas melodias plangentes que ouviram nossos pais, e os pais dos nossos pais, e tantíssimas gerações dos que os antecederam.

«Registando êste facto, quero tirar a conclusão de que a República portuguesa não pode prosseguir na orientação que, em matéria de política religiosa, até hoje tem adoptado. Visto que o domínio temporal e espiritual tem processos diferentes de actuar, compreendo que o regime concordatário possa ser substituído pelo da separação. Mas já não compreendo que, dentro do regime de separação, as nossas leis ignorem que quási todos os portugueses são católicos, e que à República assiste o dever de não contrariar as naturais e dominantes tendências do povo, sobretudo quando, como no caso, essas tendências e inclinações não visam ao mal, mas ao bem.

«Se, como diz um alto espírito francês, o catolicismo inspira o respeito da propriedade e o culto da autoridade paterna e o amor da concórdia pública, como é que aquêles que sonharam particularmente na utilidade dêstes

bens seriam dignos de censura por manifestarem gratidão ao catolicismo?

«A Igreja perseguida diz à República portuguesa que está pronta a perdoar e que perdoa. Afastando os católicos da actividade política partidária põe-nos ao serviço da tranquillidade geral.

«Nesta atitude há magnanimidade. O padre espiritual dá tudo sem pedir nada.

«A República, por sua vez, impende o dever moral de não regatear aquelas concessões que a consciência católica e a consciência de todos os homens, liberta de preconceitos, exigem que lhes sejam dadas.»

Bernardino Machado, Chefe do Estado, encerrou a histórica sessão com estas involvidáveis palavras:

«Graças ao espírito de concórdia com que Sua Santidade tem concorrido para que se estabeleça a paz até entre os portugueses, nunca mais será possível em Portugal um conflito entre o poder religioso e o civil» ⁽¹⁾.

Assim falavam, com todo o peso da sua autoridade e responsabilidade, em Fevereiro de 1926, as duas notáveis figuras da Democracia em Portugal.

(1) *Das Novidades.*

Passados três meses, chegava o «28 de Maio». O movimento que, nessa hora, triunfava, afirmava-se defensor da ordem e da justiça e dizia-se destinado a restaurar toda a vida nacional, tão combalida pela errada política dos partidos que anteriormente tiveram nas mãos as rédeas do governo.

Dado o ambiente já criado nos últimos anos da «democracia» e as intenções que mostrava ter a Ditadura triunfante, era natural que se radicasse cada vez mais a convicção de que «a República não prosseguiria na orientação que, em matéria de política religiosa, até então tinha adoptado» e cumpriria honradamente «o dever moral de não regatear aquelas concessões que a consciência católica e a consciência de todos os homens, liberta de preconceitos, exigia que lhe fôsem dadas».

De facto, logo de entrada, se anunciaram medidas oportunas para reparar algumas injúrias feitas à Igreja pelo sectarismo apaixonado, mas — sem querermos entrar na explicação das razões da política adoptada nem deixarmos de reconhecer as apreciáveis «virtudes» da nova ordem de coisas — devemos confessar que a realidade dos acontecimentos não correspondeu inteiramente às justificadas esperanças e legítimas exigências da «consciência católica

e da consciência de todos os homens, liberta de preconceitos».

E é pena que se não tenha aproveitado a oportunidade daquele momento decisivo para a vida portuguesa. As necessárias medidas tomadas, nessa hora, para fazer justiça à Igreja Católica gravissimamente ofendida nos seus direitos invioláveis, teriam sido acolhidas com o mesmo entusiasmo com que, pouco depois, se receberam as patrióticas determinações do comandante João Belo, relativas às Missões Católicas no Ultramar. Assim nos parece.

Com o volver dos anos e a sucessão dos acontecimentos da vida nacional não melhorou o ambiente indispensável para encarar a sério, como é necessário, a solução de um problema de tão singular importância e gravidade.

Os antigos «políticos» arredados, pela Ditadura, do governo da Nação, planejaram e tentaram, realizar, repetidas vezes, a reconquista das posições perdidas. Os continuados insucessos levaram os inimigos do Estado Novo à persuasão de que seria inútil tentar derribar, pelas armas, os homens da situação actual.

Viu-se então recrudescer nos redutos da democracia demagógica uma «virulenta e insidiosa campanha de descrédito e de insulto

travada contra a Igreja Católica, as suas instituições, os seus Pastores e os seus fiéis», e essa desvairada campanha alimentavam-na não só os jornais a que dão o nome de avançados, mas também os chamados conservadores, desde «os grandes órgãos de informação, às minúsculas fôlhas da província», que se multiplicavam e viviam de modo aparentemente inexplicável.

Qual a razão desta mudança de atitude da parte daqueles que, pouco antes exaltavam, pela bôca dos seus mentores, as benemerências da Igreja para com a pátria?

Como a Igreja se não enfeudara à situação política vigente, nem mudara de doutrina, nem aconselhara ou permitira aos católicos uma conduta diferente da seguida até então, era forçoso atribuir a outras causas o fervilhar daquela conjura diabólica.

Temos presentes os vigorosos artigos publicados em *A Guarda* e na *Defesa*, os quais desmascararam, com energia e desassombro, os motivos e intuitos da tenebrosa campanha, e mereceram as honras da transcrição no diário católico da capital (1).

(1) *Novidades* de 24, 25 e 31 de Outubro e 15 de Novembro de 1932.

Entre outras coisas, escreveu o distinto semanário de Évora:

«Esta uniformidade de tática, este buzinar constante, este esvurmar permanente de toscos ódios denotam, à evidência, alguma coisa mais do que uma simples coincidência fortuita. Aqui há dedo oculto, aqui há cabeça pensante a mandar, aqui há forças misteriosas a puxar os cordelinhos e a repartir fundos... Evidentemente a Igreja é uma bandeira, um alvo fictício para iludir os ingénuos: por detrás desta bandeira outro alvo se esconde, fácil de descobrir».

A *Guarda* afirmava por sua vez:

«A campanha coincide com os primeiros receios do êxito das revoluções. A perseguição religiosa pode conseguir o que não obtiveram as armas e as bombas. Êles sabem, nós sabemos-lo também que não há nada capaz de abalar a ordem de um povo como as lutas religiosas.

«A campanha não pode manter-se sem recursos económicos. E há interesses de seitas anti-sociais, e há ideologias revolucionárias que só podem crescer e triunfar com a derrota das verdades cristãs que formam os grandes pilares da ordem social.

«Os dois objectivos conjugam-se admiravelmente, e tão unidos êles andam que alguns

dos órgãos da campanha se apresentam defensores do regime e propagandistas dos princípios moscovitas. Que indica tudo isto, senão que a campanha tem fins ocultos, de ordem política e social?

«Bate-se na Igreja porque ela é o grande defensor da ordem social, bate-se na Igreja para se atingirem outras instituições, a que se não pode chegar directamente. A Igreja sofre, inocentemente, não para pagar culpas que não tem, mas porque só assim se poderão conseguir fins, que urge alcançar.

«É uma covardia esta tática? É uma injustiça esta violência? Decerto, mas o que é mais lamentável é que aquêles mesmos a quem a campanha se dirige, parecem indiferentes a ela.»

E tanto mais lamentável era essa indiferença quanto era certo que a imprensa onde se fazia essa propaganda sectária era, em grande parte, sustentada pelas próprias classes conservadoras que se tinha em vista alvejar e destruir.

Dizia, a propósito, a *Defesa*:

«Para tal averiguar basta ver quais os jornais que êles comprem, qual a imprensa que lhes entra em casa: Isto para não falar de muitas somas que, por vias travessas e por detrás da cortina, chegam às redacções ou aos

redactores dos jornais incendiários... Com ciência e competência de primários, entendem aquelas boas almas que até lhes convém, como um derivativo, esta guerra à religião: enquanto vão batendo na Igreja e nos padres, pensam eles, descansamos nós... Como se enganam, e como se suicidam!»

Emfim, sob a acção destruidora dos tempestuosos ventos que sopravam do Oriente, estava-se pondo em prática a tática seguida na vizinha Espanha com tão excelentes resultados. Atacava-se a Igreja, a sua doutrina e o seu clero, para não indispor os burgueses que iam dormindo ou sorrindo e pagando a campanha, e para não provocar a resistência das autoridades da nação. Era de facto uma tática eficaz. O incêndio que atingisse a Igreja, facilmente alastraria por toda a Cidade...

Emquanto os inimigos da Ditadura iam procurando atingir os seus objectivos, primeiro pelas revoluções, depois pela campanha anti-católica, os homens do Estado Novo trabalhavam por consolidar a situação, dominando as revoltas, definindo os ideais que tinham em vista, marcando a orientação a seguir e estabelecendo uma base doutrinária para a nova organização da vida pública.

Para se não edificar sobre a areia, a ideologia do Estado Novo declarava-se contrária às

aberrações dos modernos sistemas adoptados por outras nações e disposta a seguir os eternos princípios do Cristianismo, de harmonia com as multi-seculares tradições da terra portuguesa.

Registamos com prazer e aplauso as afirmações que nesse sentido se têm feito repetidas vezes, e também reconhecemos tudo quanto o Estado Novo tem feito para reparar algumas das muitas e graves injustiças com que a Igreja foi tratada pela República demagógica.

Além do ambiente de paz em que temos vivido — e a que temos direito mesmo só como portugueses —, e do aperfeiçoamento da legislação relativa às Missões do Ultramar, a que já fizemos referência, recordaremos ainda o seguinte:

a) Decreto 11.887 (6 de Julho de 1926), pelo qual se «reconheceu *personalidade jurídica* às corporações do culto católico, permitiu o ensino religioso nas escolas particulares e concedeu o direito à aposentação dos ministros católicos que, à data da proclamação da República, exerciam funções religiosas por nomeação ou apresentação do Estado» (1).

b) Decreto 16.014 de 9 de Outubro de 1928

(1) P. Miguel d'Oliveira: *Hist. da Igreja*, pág. 283.

(sobre o *Ensino primário particular*). Permite o ensino religioso nas escolas particulares. — O mesmo se estabeleceu expressamente no *Estatuto do Ensino Particular*: Decreto 23.447, de 5 de Janeiro de 1934.

c) O novo *Código do Registo Civil* (Decreto n.º 22.018, de 22 de Dezembro de 1932).

Embora a «renovação» operada não tenha apagado todos os «pecados» em que este Código foi concebido — como, por exemplo a injuriosa precedência do registo civil em ordem ao sacramento do matrimónio (arts. 220 e 446) — é certo que o novo Código é notavelmente melhor que aquêle que foi reformado.

d) *Decreto-lei sobre a nova organização prisional* (1936).

Depois de se afirmar no relatório que «a religião foi e é considerada como uma grande força moral, meio poderoso de ressurgimento dos indivíduos» e que «a assistência religiosa e moral... sempre têm sido consideradas como grandes factores de uma formação honesta», — estabelece este decreto que os reclusos podem cumprir os seus deveres religiosos e ser visitados pelos ministros da religião, a que pertencerem, de harmonia com as prescrições regulamentares. Estes serão avisados em caso de doença dos reclusos, podendo então visitá-los em qualquer dia e a qualquer hora e perma-

necer junto deles o tempo que julgarem conveniente.

Todos os estabelecimentos prisionais terão instalações apropriadas para realizar os actos do culto e ministros dêsse culto, nomeados, conforme os casos, ou pelo Ministério da Justiça ou pelo Director da prisão, mas sempre «de harmonia com a respectiva autoridade eclesiástica».

e) A nova *Constituição Política da República Portuguesa*. Foi aprovada pelo plebiscito nacional de 19 de Março de 1933. O projecto definitivo (Decreto n.º 22.241, de 23 de Fevereiro de 1933), sofreu algumas modificações introduzidas pela Assembleia Nacional (leis n.º 1.885, de 23 de Março de 1935; e n.º 1.910, de 23 de Maio de 1935). Embora também aqui se não tenham corrigido alguns dos mais graves defeitos de origem, é certo que a nova Constituição «é um documento de incontestável valor social e político», incomparavelmente superior à primeira constituição da República.

Mantém as relações existentes entre a Igreja e o Estado no continente e nas colónias, defende a liberdade de crenças religiosas e reconhece personalidade jurídica às «associações ou organizações» de qualquer religião.

Entre as modificações introduzidas no texto

da Constituição, conta-se a do art. 43.º, § 3.º que ficou redigido do modo seguinte:

« O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de tôdas as virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País. »

De harmonia com esta letra da Constituição e por proposta do Sr. Dr. Carneiro Pacheco, recém-nomeado Ministro da Instrução, proposta que foi aprovada pela Assembleia Nacional em Fevereiro de 1936 — o Ministério da Instrução passou a denominar-se *Ministério da Educação Nacional*, fizeram-se várias modificações nos programas da instrução e educação, introduziu-se nêles o ensino da moral, e estabeleceu-se que *« em tôdas as escolas públicas de ensino primário infantil e elementar existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo de educação cristã, determinada pela constituição. »*

Só nos resta pedir a Deus, por intercessão de Nossa Senhora de Fátima, que sejam levados às últimas conclusões práticas os bons princípios afirmados na actual Constituição Portuguesa e noutros documentos oficiais, bem como em diversos discursos dos condutores e orientadores da « Revolução Nacional ».

CAPÍTULO XIII

Vitória da nova Ester

Uma das mais belas figuras de Nossa Senhora, no Antigo Testamento, é a rainha Ester, sobrinha de Mardoqueu e espôsa de Assuero, rei da Pérsia.

Em dado momento foi escolhido certo Aman para primeiro ministro de Assuero.

Ferido no seu orgulho pela atitude de Mardoqueu que não ajoelhava à sua passagem, Aman resolveu desfazer-se de Mardoqueu e de todos os filhos de Israel.

Para o conseguir, inventou uma conspiração dos israelitas contra o rei Assuero, conseguindo que o monarca promulgasse um edito pelo qual se condenavam à morte todos os compatriotas de Ester e Mardoqueu.

Quando a rainha teve conhecimento dos planos de Aman, foi apresentar-se ao soberano, descobriu-lhe a maquinação do seu primeiro ministro e conseguiu, com a morte de Aman no patíbulo que elle próprio preparara para Mardoqueu, a revogação do edito exter-

minador dos israelitas e a promulgação de outro edito pelo qual se condenavam à morte todos os amigos dos judeus, vindo a executar-se a sentença no mesmo dia (13 de Adar) que Aman e seus partidários haviam escolhido para o massacre dos israelitas.

Se é certo que a rainha Ester é uma esplêndida figura de Nossa Senhora que, dando ao mundo o Salvador, libertou a humanidade da escravidão de Satanás, não é menos verdade que a semelhança tem particular aplicação na história do «novo povo escolhido» da nova «Terra de Santa Maria.»

Tôdas as nações têm uma missão providencial a cumprir através da sua existência de maior ou menor duração e actividade.

A missão histórica e providencial da nossa querida Pátria é das mais nobres e gloriosas missões que a divina Providência pode confiar a um povo.

Sem ambições, egoísmos ou orgulhos desmedidos e afrontosos para outras nações, podemos dizer que Portugal é um povo de Deus, um povo escolhido pela divina Providência para executar uma boa parte do seu misericordioso plano de redenção da humanidade. Para comprovar tal asserção bastará recordar a epopeia dos descobrimentos marítimos e o ardor com que os portugueses se entregaram

à gloriosa empresa de «dilatar a Fé e o Império» através dos novos mundos que iam descobrindo e mostrando ao velho mundo europeu e oferecendo à Igreja Católica para novos campos de actividade missionária e de heroísmos apostólicos.

«Portugal não se fêz ou unificou nos tempos modernos nem tomou a sua forma com o ideal pagão e anti-humano de deificar uma raça ou um império. Constituiu-se com os limites que ainda hoje tem na Ibéria, já nos séculos XII e XIII, e com imensos domínios na África, na Ásia, na Oceânia e na América nos séculos XV e XVI, defendendo do islamismo a civilização romano-cristã e dilatando esta por novos mundos.

«Esta vitória transcendente para a humanidade, conseguimos-la quando os outros Estados da Europa se envolviam em lutas de dinastias, de cismas, de heresias, que a ensanguentavam.

«A universalidade de ideia e de acção no curso da evolução católica e europeia, dirigida à elevação material e moral da espécie, eis a característica da história da nossa Pátria. Foi com ela que firmamos baluartes admiráveis de defesa ocidental na Mauritània, povoamos os arquipélagos atlânticos, bordamos de fortalezas e feitorias os contornos da África e do

Ocidente, abrimos o caminho para as relações de todos os povos e fizemos o Brasil.

«Essa virtude ecuménica do nosso espírito histórico foi, é certo, eclipsada em curtas décadas — momentos breves da marcha humana. Mas nem morria na alma da Nação ou até mesmo na essência das instituições, nem deixou de se expandir com vitalidade logo que, isenta de influências estranhas, pôde de novo tomar plena consciência de si própria.

«Apesar dos erros e contradições anárquicas desde o meado do século XIX, foi revivendo no continente a virtualidade fecunda da civilização cristã e do progresso geral que está na essência da alma portuguesa. Além, nos restos ainda grandiosos das antigas descobertas e conquistas, por efeito do mesmo renascimento, foi-se alargando o novo trabalho da nossa ocupação política, da nossa evangelização, da nossa administração tutelar, da nossa colonização e das relações entre os domínios e a mãe-Pátria.

Por último, a Ditadura Nacional, atacando pela base todos os elementos doutrinários de desagregação e criando o equilíbrio financeiro que tem de estar nos fundamentos da restauração geral, veio dar condições de amplo desenvolvimento ao espírito imanente da tradição que fêz Portugal nascer, crescer, brilhar

e tem a virtude de lhe dar solidez e perpetuidade» (1).

«Agora sem pretensões a povo eleito — povo guia de outros povos — aplicados a resolver as nossas dificuldades e a descobrir por sucessivas experiências, algumas constantes entre as mil variáveis dos elementos políticos, não será maravilha que a olhos observadores realce a parte de humanidade da nossa obra, e nalguma coisa a considerem universal porque humana» (2).

«Nós somos filhos e agentes duma civilização milenária que tem vindo a elevar e converter os povos à concepção superior da própria vida, a fazer homens pelo domínio do espírito sobre a matéria, pelo domínio da razão sobre os instintos» (3).

«... Somos exemplo vivo de como o sentimento pátrio, pela acção exercida em todos os continentes, serviu o interesse da Humanidade. Vocação missionária se tem podido chamar a esta tendência universalista, profundamente humana do povo português, devido à sua espiritualidade e ao seu desinteresse» (4).

(1) O. Salazar: *Discursos*, I, págs. 324-326.

(2) O. Salazar: *Discursos*, II, págs. 26-27.

(3) O. Salazar: *Discursos*, II, pág. 178.

(4) O. Salazar: *Discursos*, II, pág. 132.

O espírito das trevas não podia deixar de votar, por isso mesmo, um ódio particular àqueles que fizeram de Portugal a gloriosa *Nação Missionária*.

Com grande prazer de Satanás, a figura de Aman tem revivido nalguns homens públicos de Portugal, que exerceram uma actividade contrária à divina vocação e alta missão da nossa Pátria, tentando perder êste nobre povo, directamente como povo de Deus, indirectamente (pelo menos) como nação independente.

Realizou-se essa emprêsa anti-católica e anti-nacional, deixando entrar e procurando aplicar à vida portuguesa a estrangeira a amaldiçoada ideologia do liberalismo racionalista e maçónico.

Nos três momentos históricos em que, entre nós, a doutrina liberal teve maior aplicação e o movimento libertário atingiu mais elevadas proporções, apareceram os inimigos do Portugal Católico e Missionário chefiados por três indivíduos tristemente célebres, nos quais se aninhou, cada vez mais fundamente, o negregado espírito do primeiro ministro de Assuero.

Êsses portugueses indignos, autêntica vergonha de Portugal, foram: Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), Joaquim António de Aguiar e Afonso Costa.

O primeiro decretou a expulsão dos Jesuí-

tas; o segundo a extinção das Ordens Religiosas; o terceiro a morte da Igreja em Portugal. E assim, o *Mata-Judeus* do tempo de Assuero reincarnou, entre nós, no *Mata-Jesuítas* do século XVIII, no *Mata-Frades* do século XIX, e no *Mata-Padres* do século XX. Aman, primeiro ministro de Assuero, reviveu no Marquês de Pombal, primeiro ministro do enigmático el-rei D. José; Aman e Pombal em Joaquim António de Aguiar, ministro da Justiça do magão D. Pedro IV; Aman, Pombal e Aguiar em Afonso Costa, primeiro ministro da Justiça da República demagógica e pai dessa monstruosidade jurídica a que chamaram Lei da Separação.

Aman inventou uma conjura dos judeus contra Assuero para exterminar os israelitas; Pombal implicou os Jesuítas no atentado contra D. José I, para acabar com êles em Portugal e seus domínios. Aguiar confirmou as leis de Pombal contra os Jesuítas e estendeu-as às outras Ordens Religiosas. Afonso Costa confirmou a legislação anti-religiosa de Pombal e Aguiar e estendeu-a a todo o clero e aos católicos, na esperança de eliminar, em duas gerações, a Igreja em Portugal.

Foi sob o domínio dêstes tiranos que se viu «eclipsada a virtude ecuménica do nosso espírito histórico».

Sob a pressão de «influências estranhas» — contra as quais a Nação está reagindo desde que «pôde de novo tomar plena consciência de si própria» — foi realizando uma campanha cada vez mais anti-católica e cada vez mais anti-nacional, de tal maneira que a Nação estava à beira do abismo quando se supunha iminente a morte da Igreja em Portugal.

A Igreja e a Nação na iminência da morte fatal!... Eis os resultados do vendaval demo-libertário que invadiu e assolou a nossa Pátria com a conivência e alta traição de alguns portugueses degenerados, à frente dos quais se encontraram sucessivamente, nas horas mais trágicas, Pombal, Aguiar e Afonso Costa.

Mas o Senhor das nações continuava a pensar com amor de predilecção na *Terra de Santa-Maria*...

E a nova Ester do novo povo de Deus aparece na hora decisiva para salvar mais uma vez, depois de o haver feito mil vezes, a Sua e nossa Terra de Portugal.

E as fúrias anti-cristãs e anti-patrióticas retrocederam!...

E Portugal não só não caiu no abismo, mas ressurgiu para uma vida nova e voltou a prosseguir a sua marcha de glória entre as outras nações do mundo!

E a Igreja não só não morreu, mas inau-

gurou uma nova era de esplendor. Em lugar da vaticinada morte do Catolicismo, hoje «por toda a parte, do norte ao sul de Portugal, é uma primavera maravilhosa de fé, de piedade, de vida cristã»!

... No entretanto caíram no esquecimento e na indiferença geral, e desapareceram da cena do mundo os grandes traidores da Pátria, os encarniçados perseguidores da Igreja em Portugal. E o último, o mais feroz, aquêle que sonhara com a morte da Igreja em Portugal dentro de duas gerações, quando ia apenas em meio a primeira geração morria no exílio e descia ao túmulo (11-12 de Maio de 1937) precisamente na hora em que milhares, dezenas de milhares, talvez centenas de milhares de peregrinos pejavam todos os caminhos do norte ao sul de Portugal em direcção à Cova da Iria — centro da restauração de Portugal — cantando agradecidamente os louvores da Mãe de Deus, «Padroeira bem amada da nossa Terra Portuguesa»:

Avè, Avè, Avè, Mãe Celestial:

Avè, Avè, Avè, canta Portugal!

Para avivar a nossa confiança na maravilhosa Providência de Deus e na maternal protecção da nossa Padroeira celestial, julgamos

oportuno recordar estes factos; mas não o fazemos sem compaixão por aquêles que tanto fizeram sofrer a Pátria e a Igreja, porque nos anima aquêlê generoso espírito cristão que inspirou a Montalembert estas palavras bem applicáveis ao nosso caso porque eterna e universalmente verdadeiras:

«*Para aquêles que a perseguem tem a Igreja uma vitória e uma vingança asseguradas: a vitória é sobreviver-lhes, a vingança é orar por eles...*»

Mas completemos o quadro que nos propuemos delinear neste capítulo do nosso despretencioso trabalho.

Aman, primeiro ministro de Assuero, ao planear a sua empresa sanguinária, escolheu à sorte o dia em que se propunha exterminar os israelitas.

A sorte caiu num dia *treze*... — dia aziago, segundo *crêem parvamente* certos espíritos que se dizem fortes por *não crerem na verdade*...

Na campanha anti-cristã e anti-nacional que assolou a Terra Portuguesa, foram dias *fatídicos* um dia *13 de Maio*, um dia *28 de Maio* e um dia *20 de Abril*.

Em *13 de Maio* (1699) nasceu o Marquês de Pombal, iniciador da perseguição. Em *28 de Maio* (1834) foi decretada por Aguiar a extinção

das Ordens Religiosas ⁽¹⁾. Em *20 de Abril* (1911) foi promulgada pelo terceiro Aman português a Lei da Separação, que se supunha conter veneno suficiente para matar em duas gerações a Igreja em Portugal.

No reino de Assuero, o dia 13 de Adar, que devia ser para os israelitas dia «de tristeza e pranto» converteu-se em «dia de alegria» e triunfo contra os seus inimigos, por disposição da divina Providência e por obra da rainha Ester.

Na Terra Portuguesa, os três dias *fatídicos* da revolução anti-cristã e anti-nacional converteram-se também em datas de alegria, de triunfo e de glória, por amorosa disposição da divina Providência e por intercessão da nova Ester, a Imaculada Rainha de Fátima.

Em 13 de Maio nasceu o primeiro grande perseguidor da Igreja em Portugal. Em 13 de Maio aparece Nossa Senhora em Fátima «não longe do solar do Marquês de Pombal».

«Não constituirá esta coincidência um aviso do Céu aos actuais adoradores do perseguidor

(1) Tal é a data do decreto na *Colecção Oficial*. Mas se a verdadeira data foi 30 de Maio, a ante-véspera deve ter sido decisiva na preparação do ímpio decreto. Isto com a data da *Colecção Oficial* é suficiente para as nossas considerações.

dos Jesuítas e do escravo da maçonaria?»⁽¹⁾. O dia do nascimento do Marquês de Pombal foi a alvorada da revolução anti-católica e anti-nacional. O dia da aparição de Nossa Senhora da Fátima foi, como temos visto, a alvorada do ressurgimento cristão e patriótico contra a devastação causada pela revolução desde os tempos do Marquês de Pombal.

Em 28 de Maio publicou Aguiar o anti-católico e anti-nacional decreto da extinção das Ordens Religiosas no continente e no ultramar, onde elas se tornaram e continuavam a ser credoras da gratidão de Portugal que ajudaram a fazer e a engrandecer com a oração, o estudo, o trabalho e o sacrifício.

Em 28 de Maio surgiu o movimento nacionalista que vinha erguer a Nação de entre as ruínas acumuladas por um século de liberalismo desenfreado. E, como dissemos noutro lugar, êsse movimento patriótico prolongado já por uma *trezena* de triunfos, surgiu como bênção da Padroeira Nacional, recém-aparecida em Fátima — em Fátima, nos domínios do Santo Condestável; em Fátima, não longe de Alcobça e da Batalha, antigos solares de flores-

(1) Dr. Luiz Fischer: *Fátima, a Lourdes Portuguesa*, pág. 45.

centes famílias religiosas, evocações grandiosas de horas solenes da Independência nacional e monumentos eternos da gratidão de Portugal à sua Padroeira Celeste, a SS. Virgem Maria.

E o dia 20 de Abril?

Na marcha da revolução demo-libertária foi uma data marcante; foi a data da promulgação dessa lei três vezes ímpia com que se esperou aniquilar para sempre a Igreja em Portugal.

Na marcha da Reconquista de Portugal para Cristo, o dia 20 de Abril é também uma data memorável.

Em todos os tempos da gloriosa história de Portugal, a Igreja, madrinha da Pátria, colaborou generosa e eficazmente com as Autoridades legitimamente constituídas para a independência, bem-estar e progresso da Nação. A sua actividade providencial foi sempre e continuará a ser a mais segura garantia da ordem, da estabilidade e da prosperidade das nações, e nomeadamente da nossa Pátria.

Para levantar o mundo das ruínas da revolução, organizou a Santa Igreja o movimento da Acção Católica. Com êsse fim surgiu também em Portugal essa Cruzada de salvação, graças à protecção especial de Nossa Senhora da Fátima. Foi Ela a solícita Precursora, como

é também agora a primeira Dirigente da Acção Católica Portuguesa (1).

Mas não bastava criar e dar ordem de marcha ao pacífico exército da Reconquista Cristã. Era preciso prover também às suas imperiosas necessidades materiais.

Ora foi ainda Nossa Senhora da Fátima que nos trouxe do Céu a inspirada solução do problema.

Ao mesmo tempo que organizavam as forças católicas do país, «os Prelados Portugueses também procuraram... encontrar as fontes de receita indispensáveis à consecução dos fins da Acção Católica.

«Para isso recorreram à celestial Padroeira da Acção Católica em Portugal, Nossa Senhora da Fátima...». Com as suas bênçãos e «protecção especial» organizaram e instituíram a «Pia União dos Cruzados de Fátima», cujos resultados têm sido admiráveis.

Os seus Estatutos foram oficialmente aprovados em *20 de Abril* de 1934.

E, assim, precisamente no dia em que, para matar a Igreja em Portugal, se promulgara a *negregada lei da ímpia separação* da Igreja e do Estado (para mal de ambos), veio também

(1) Veja-se o que a êsse respeito escrevemos em *A Acção Católica Portuguesa*, págs. 406 e segs. (1937).

a promulgar-se a *abençoada Lei da Pia União* de todos os portugueses, obra providencial que havia de tornar-se, bem depressa, com a «protecção especial de Nossa Senhora da Fátima» «uma realidade altamente consoladora, o esteio, a força, o manancial vivificante de toda a estrutura material do grandioso exército da Acção Católica, contribuindo poderosamente para o incremento da Religião e para o bem da sociedade» portuguesa.

Conta ainda o Livro de Ester que, tendo-se convertido, por obra daquela boa rainha, de dia de amargura em dia de triunfo o histórico dia 13 de Adar, aos israelitas «*parecia-lhes ter nascido uma nova luz, a alegria, a honra e o júbilo*» (1).

Também em Portugal, por obra da nova Ester, Nossa Senhora da Fátima, as infelizes datas da era da revolução destruidora da vida cristã e nacional do país vieram a converter-se em dias de alegria e triunfo na era do ressurgimento cristão e patriótico da Terra de Santa Maria. E como a Israel, também para Portugal parece ter nascido «uma nova luz, a alegria, a honra e o júbilo», na vida interna é no concerto das nações.

Aos israelitas vitoriosos juntaram-se todos os povos do vasto império de Assuero para

(1) Ester, 8, 16.

festejar o seu triunfo ⁽¹⁾. Nos dias do nosso triunfo, sobretudo em 13 e 28 de Maio, alegam-se e rejubilam os filhos de Portugal e já se associam a eles os povos de todo o mundo.

Por intercessão da rainha Ester escaparam ao extermínio os israelitas do império dos persas. Por intercessão da nova Ester, Nossa Senhora da Fátima, não morreu a Igreja entre nós e salvou-se também Portugal.

Fátima é, na verdade, a resposta dada pelo Céu, à revolução demo-liberal.

Em confirmação desta ideia, pensamento dominante do nosso trabalho, vamos concluir este capítulo com a palavra autorizada dos Rev.^{mos} Srs. Drs. Luiz Fischer e Luiz Gonzaga da Fonseca.

O primeiro num dos seus livros sobre Fátima, depois de recordar sumariamente as perseguições religiosas em Portugal e o atentado, à bomba, contra a capelinha de Nossa Senhora da Fátima em 6 de Março de 1922, afirma categoricamente:

Fátima é a resposta do Céu à revolução. Ao regressar da minha romagem não tinha, a este respeito, dúvidas absolutamente nenhuma. Isto compreendem-no também instintivamente os revolucionários e daí a sua fúria impotente.

(1) Ester, 16, 22-24.

«E o que teriam eles conseguido com o seu louco ataque? Nada, absolutamente nada, a não ser que o povo começasse desde então a afluir em maior número à serra de Aire e a transformar Fátima no centro de restauração religiosa de todo o país» ⁽¹⁾.

Até os sublinhados são do sábio professor da universidade de Bamberg.

Concorda com êle o não menos sábio professor do Pontifício Instituto Bíblico de Roma, Dr. Luiz Gonzaga da Fonseca, um dos mais incansáveis apóstolos das glórias de Nossa Senhora do Rosário da Fátima.

Numa conferência magistral proferida no salão nobre do referido Instituto Bíblico, diante de um selectíssimo auditório romano, no dia 11 de Maio de 1930, depois de ter falado das aparições e dos milagres de Fátima, proferiu estas palavras solenes:

«Mas o grande, o palpável, o eloqüentíssimo prodígio, o prodígio dos prodígios, é este: Por toda a parte, do norte a sul de Portugal, é uma primavera maravilhosa de fé, de piedade, de vida cristã.

«Em 26 de Março de 1911 (seis meses e meio depois da implantação do novo regime

(1) L. Fischer: *Fátima, a Lourdes Portuguesa*, págs. 44-45.

em Portugal), um homúnculo com pretensões a apagador das estrélas do firmamento, na sessão magna da maçonaria, em presença de um representante das lojas francesas, falando da sacrílega lei da separação das igrejas e do Estado, de que êle mesmo era o autor — e que Pio X marcou um dia com o ferrete de lei de expoliação, opressão e perseguição! — bolsava êste desafio ao bom senso e ao Céu: «Com esta lei, dentro de duas gerações, Portugal terá eliminado completamente o Catolicismo que é a maior causa da desgraçada situação em que se debate.» O Céu aceitou o desafio blasfemo, e eis a resposta: não passou ainda metade da primeira geração, e apesar de tôdas as perseguições e de tôdas as injustiças, o Catolicismo vive, o Catolicismo prospera — antes, nós verificamos um refflorescimento universal, como há dois séculos Portugal não tinha visto.

«A quem se deve isto? À Virgem Nossa Senhora do Rosário, que descendo do Céu à sua Terra de Santa Maria, na montanha bendita de Fátima, se foi depois — missionária de Deus — de terra em terra, batendo a todos os lares. E quási tôdas as portas se lhe abriram, e em quási todos os lares ocupa hoje o lugar de honra. E vós sabeis que onde entra a Mãe, entra Jesus, e *salus domui huic facta est.*» A obra de Maria foi a redenção de Portugal.

CAPÍTULO XIV

Restauração da ordem divina

O triunfo da nossa Pátria contra os profissionais da anarquia, o triunfo da Igreja Católica com os seus inimigos jurados, o triunfo das boas relações entre a Igreja e o Estado, o triunfo das ideias cristãs preconizadas ou já adoptadas por muitos elementos responsáveis na marcha da nossa vida nacional — todos estes triunfos são dignos de serem registados e devidamente apreciados por quem quer que se interesse pela vida da Igreja e da própria Nação.

Têm, decerto, o seu valor indiscutível, mas não constituem ainda a eliminação total da peste do Liberalismo.

A sua acção lenta mas persistente penetrou muito fundo na alma da Nação, da Família e dos indivíduos. Há ainda muitas instituições e costumes profundamente contaminados pela epidemia liberal. Estão ainda por terra muitas ruínas da sábia legislação, das virtudes nacionais e individuais, da mentalidade genuína-

mente portuguesa e cristã, que era o apanágio do Portugal de antanho, crimosamente desmoronado pelas fúrias anti-cristãs e anti-nacionais do Liberalismo.

A religião cristã que é o fundamento da ordem e prosperidade públicas, a alma da vida social, a mãe de tôdas as virtudes individuais e colectivas, a base de todo o direito e a verdadeira garantia da seriedade dos indivíduos e dos povos — essa religião é, infelizmente, ainda odiada por uns, ignorada por outros e sobretudo mal compreendida e mal vivida por muitos, para os quais a doutrina que dizem professar está longe de animar a vida que lhes vemos viver.

Na obra da restauração de Portugal *português e cristão* existem já realizações valiosas; mas resta ainda muito que fazer para restituir o antigo esplendor ao velho edifício nacional.

Nessa empresa eminentemente portuguesa e, por isso mesmo, eminentemente cristã, têm o seu papel a desempenhar os indivíduos e as famílias, as instituições públicas e as particulares, a Igreja e o Estado.

Referindo-nos particularmente à Igreja, diremos que ela tem em todos os tempos a mesma verdade a ensinar, a mesma missão a cumprir, a mesma finalidade a conseguir, mas

é actual em todos os séculos, porque acomoda sapientissimamente a sua actividade às necessidades particulares de cada momento histórico.

Aos gravíssimos males da actualidade oferece a Igreja o efficacíssimo remédio da Acção Católica para a qual convida insistentemente tôdas as pessoas de boa vontade, de qualquer sexo, idade ou condição social.

Trata-se de uma verdadeira cruzada de reconquista da humanidade para Deus, para a verdade, para a liberdade, enfim, para si mesma, porque os homens não são senhores nem de si próprios enquanto forem escravos de paixões cegas incompatíveis com a dignidade da criatura racional.

O providencial movimento da Acção Católica, iniciado em boa hora pela Santa Igreja, e já organizado em diversas nações, é também já em Portugal uma realidade consoladora no presente e um motivo legítimo de esperança para o futuro.

Os primeiros ensaios de organização remontam, entre nós, aos tempos em que em Portugal atingia proporções máximas a loucura demo-liberal.

Às primeiras organizações sucederam novas organizações até que em 1933 o Venerando Episcopado Português lhes deu a organização

definitiva que têm actualmente, em perfeita conformidade com o pensamento de S. S. Pio XI, imortal Pontífice da Acção Católica.

Nesta santa empresa da reconquista de Portugal para Cristo e para si próprio — pois quanto mais a nossa Pátria se afastou de Cristo, mais esteve em perigo a sua independência — muito há que agradecer à nossa Imaculada Padroeira, Nossa Senhora da Fátima.

«A aparição de Fátima foi como um raiar de aurora, foi também como um toque de clarim a despertar do letargo as almas e a chamá-las à arena da luta e à consciência do dever cristão» (1).

Como dissemos em *A Acção Católica Portuguesa*, «as suas palavras de Mãe carinhosa ecoaram rapidamente em todos os recantos de Sua e nossa Terra, e não tardou que os portugueses comessem a acorrer, em multidões ingentes, ao local bemdito das Aparições. A atmosfera sobrenatural da Cova da Iria comovia misteriosamente os corações. Os bons tornavam-se melhores, os tíbios afervoravam-se, e os indiferentes, atraídos pela curiosidade, quando se não convertiam, experimentavam pelo menos uma funda e salutar impressão...

(1) Da Pastoral do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Arcebispo de Évora, de 29 de Outubro de 1933.

«E, assim, a doce influência da Mãe de Fátima começou a sentir-se bem depressa em muitas famílias de tôdas as terras de Portugal, notando-se, conseqüentemente, por tôda a parte, um esperançoso refflorir de vida religiosa...

«Até 1933 — ano da organização definitiva da Acção Católica Portuguesa — Nossa Senhora da Fátima criara-nos o ambiente de paz em que temos vivido, com espanto e admiração de todo o mundo, e transformara radicalmente a sociedade portuguesa, atraindo para a Igreja as *simpatias* sobretudo das classes mais elevadas e incutindo nos católicos o verdadeiro *espírito de piedade* para com Deus, de *união* com os irmãos da mesma fé e da mesma pátria, e de *submissão* aos legítimos Pastores da Igreja de Deus.

«Evidentemente estas graças preciosíssimas, trazidas por Maria a Portugal, foram excelentes preparativos para a providencial organização que devia surgir em Novembro de 1933. Por isso devemos dizer que Nossa Senhora da Fátima foi a divina missionária, a celestial *Precursora* da Acção Católica em Portugal.»

Organizada definitivamente, a Acção Católica Portuguesa ficou oficialmente colocada, desde a primeira hora, sob a protecção de Nossa Senhora da Fátima. É Ela a primeira

Dirigente dêste salutar movimento de salvação das almas e de redenção nacional.

«É Ela quem anima, com solicitude e carinho, os apóstolos da reconquista de Portugal para Cristo-Rei, que é o mesmo Deus de Orique.»

«A Seus pés e por Sua intercessão, tem os nossos Ex.^{mos} Prelados recebido do Céu, as luzes da consumada prudência com que puseram em marcha e vão orientando o pacífico exército da Acção Católica.»

Com a Sua inspiração e auxílio organizaram e instituíram a *Pia União dos Cruzados da Fátima*, os quais atingiram depressa algumas centenas de milhares e estão concorrendo eficazmente, com a *oração*, a *esmola* e o *exemplo*, «para a criação e sustentação de obras de formação e acção religiosa, de educação, de imprensa, sociais e cívicas e de assistência e beneficência», emfim, de tôdas as obras que a Acção Católica precisa de criar, aperfeiçoar e conservar para realizar plenamente a sua missão.

«É também em Fátima que se têm enriquecido de amor de Deus e das almas centenas de Assistentes, Dirigentes e Militantes da Acção Católica, os quais, com zelo incansável, vão fazendo chegar a tôda a parte a eterna verdade da doutrina de Cristo.

«É certamente na Cova da Iria que se têm afervorado os corações de milhares de portugueses dispostos a enfileirar no exército da Reconquista Cristã.»

É principalmente à Cova da Iria que vão beber luz, energia, entusiasmo, espírito de sacrifício e rectidão de intenção todos aquêles que estão empenhados no bom êxito da empresa bemdita da redenção patriótica e cristã da ditosa Terra de Santa Maria.

O fim da Acção Católica é evidentemente de ordem superior, de ordem sobrenatural. Não tem em vista fins políticos. Mas não lhe é indiferente o bem-estar, a prosperidade e o progresso da Nação. Antes, applicando-se directamente a reconquistar almas para Cristo, ela realiza simultâneamente uma obra eminentemente patriótica, uma obra que é de importância fundamental para o ressurgimento da Pátria.

Da Igreja Católica disse Leão XIII que, não tendo em vista fins temporais, ela promove, não obstante, o bem-estar das nações de tal maneira que não poderia fazer obra melhor nesse sentido mesmo no caso de ser tal a finalidade de sua acção no mundo.

O mesmo podemos dizer da Acção Católica, porque é evidentemente *acção da Igreja*. Para o reconhecer sem dificuldade bastará atender a que a verdade que ela espalha e

quere fazer viver é a base insubstituível da ordem social — sem a qual a nação não pode viver nem prosperar — e que os elementos que ela forma e orienta são indubitavelmente os mais sinceros, os mais dedicados e os mais generosos servidores da Pátria.

Mas não é só a Acção Católica, com a sua finalidade de ordem superior, que trabalha pela redenção integral da Nação Portuguesa. Trabalha e deve trabalhar directamente para isso o Estado, e trabalham também todos aquêles que, seja qual fôr o lugar que occupam e a missão que desempenham, amam estremecidamente a sua Pátria.

Mas — frisemos bem — a actividade de todos aquêles que de qualquer modo enfileiram no movimento redentor de Portugal, para ser verdadeiramente séria, sòlidamente segura, eficazmente realizadora e permanentemente duradoura, há-de tender, em última análise, para a restauração completa da ordem providencial concebida e estabelecida por Deus.

Trabalhe-se ou não com essa finalidade conscientemente desejada; trabalhe-se ou não sabendo-se bem *o que se quere e para onde se vai*. O que é indubitável é que se não avançamos, pouco ou muito, no caminho seguro que conduz em linha recta à consecução dêsse ideal que o Senhor das almas e das nações

nos apontou, perderemos o nosso tempo e o nosso trabalho e progrediremos só aparentemente, porque na realidade retrocedemos ou marcamos passo no mesmo terreno.

Acontecer-nos-á o que sucede ao pobre viandante qúe, desnorteado, caminha açodadamente na escuridão da noite e verifica ao amanhecer que está à mesma ou a maior distância do lugar do seu destino e, talvez, à beira de algum precipício mortal!

Seria uma desilusão pungente!

E foi isso precisamente o que succedeu aos arautos do liberalismo. Aos que viviam dentro da ordem traçada por Deus, no respeito e obediência à Igreja Católica encarregada de vigiar pelo cumprimento dessa ordem divina, chamaram-lhes desdenhosamente «retrógados» e «obscurantistas», emquanto a si próprios se diziam enfatuadamente homens «iluminados», arautos da liberdade, do progresso e da civilização.

Pensaram livremente, escreveram livremente, trabalharam livremente, viveram livremente e fizeram livremente o que livremente quizeram dos seus semelhantes, da sua Pátria e da Igreja de Deus.

Resultado? É ver o que se passou em Portugal... que teriam arruinado para sempre se por nós não tivesse velado a divina

Providência e a Imaculada Padroeira da Nação! É ver o que se passa nessas nações ainda não curadas da mania demo-liberal! É ver o espectáculo medonho que nos oferece o panorama revôlto da vida contemporânea!

Amarga desilusão! A humanidade retrocedeu muitos séculos... avizinhou-se da antiga barbárie... e excedeu-a já em muitas manifestações de mentalidade e instintos ultra-selvagens!

Amargamente desiludida, a humanidade começa a reentrar em si, a principiar por aquêles que primeiro saíram de si e da ordem querida por Deus, e com o seu mau exemplo e péssimos conselhos levaram a errar o caminho tantos extraviados que infelizmente o serão ainda por longo tempo...

Em Portugal também felizmente se arrepiava caminho para retomar o fio das nossas lídimas tradições. Estamo-nos debruçando já sobre as *fontes puras* do nosso passado de glória. E como o processo de refazer um edifício tem de ser o mesmo que se adoptou para o fazer, queremos imitar o exemplo dos heróis nacionais que fundaram, engrandeceram, defenderam e nos legaram a Pátria gloriosa que muito amamos.

Mesmo na vida nacional estão traçadas as linhas fundamentais da obra que nos propo-

mos realizar; estão lançados os alicerces irremovíveis do grandioso edifício que sonhamos erguer e embelezar.

Repetidas vezes temos ouvido dizer que se quer um Portugal *português* e *cristão*; e é certo que se está erguendo um belo edifício cujos «grandes pilares» mergulham as suas raízes em princípios eternos.

«Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever» ⁽¹⁾.

Só resta levar estas certezas eternamente indiscutíveis até às últimas conclusões lógicas na esfera do pensamento e até às últimas aplicações práticas no campo das realizações.

Não discutimos o trabalho e o seu dever: êle é a condição normal do cumprimento exacto da nossa missão no mundo, e conquista-nos a glória de colaboradores de Deus Criador e Redentor. Numa ordem perfeita não deve faltar a ninguém nem carecer de uma justa retribuição.

Não discutimos a família e a sua moral: mas a família foi instituída por Deus e tem uma constituição imutável. É una e indisso-
lúvel, repugnando, portanto, à sua natureza, a

(1) O. Salazar: *Discursos*, II, pág. 130.

poligamia e o divórcio. O seu principal fim — e indeclinável dever, e indiscutível direito — é a procriação e educação física, intelectual e moral dos filhos. Em a Nova Lei, é um «grande Sacramento», que só à Igreja compete administrar livremente, sem que poder algum da terra possa legitimamente impor-lhe *precedências* de qualquer natureza.

Não discutimos a autoridade e o seu prestígio: ela é indispensável em qualquer sociedade; vem de Deus e é essencialmente uma participação da suprema autoridade do mesmo Deus. Como tal tem de ser considerada por quem lhe obedece e também por quem a exerce. Daí virá o seu maior prestígio.

Não discutimos a Pátria e a sua História: para com a Pátria temos deveres sagrados; bem entendidas as coisas, tudo havemos de fazer por ela e nada contra ela. Quanto à sua História é indiscutível que Portugal nasceu e veio a ser grande com as luzes, bênçãos e auxílio da Igreja Católica e que procurou a própria ruína na medida em que a esqueceu, desprezou ou perseguiu.

Não discutimos Deus e a virtude: Deus é, na realidade, sumamente indiscutível. Mas temos de admiti-lo e reconhecê-lo praticamente tal qual Êle é: Deus, Ser eterno e infinitamente perfeito, Criador do universo, Senhor absoluto de tôdas as coisas, causa primeira e último

fim de toda a criatura, Rei Supremo dos indivíduos, das famílias e das nações. Foi Deus, assim concebido — o único verdadeiro Deus que existe — foi este Deus que planeou, estabeleceu no mundo e impôs à humanidade, que um dia julgará, essa ordem admirável que lembramos na primeira parte do nosso trabalho e que dá a cada coisa o lugar que deve ocupar no mundo; essa ordem providencial contra a qual se desencadeou orgulhosamente o movimento liberal; essa ordem sapientíssima de cujo reconhecimento prático depende necessariamente a virtude, a dignidade, a perfeição, o bem-estar e a última felicidade do indivíduo, da família e da humanidade; essa ordem perfeitíssima onde unicamente são absoluta e eternamente indiscutíveis todos os deveres, direitos e glórias da pessoa humana, todos os deveres, direitos e fins da sociedade doméstica, todos os deveres e direitos legítimos da autoridade e sociedade civis, todos os deveres sagrados, direitos invioláveis, prerogativas supremas e glórias imorredoiras da Igreja Católica, sociedade externa, perfeita, jurídica, suprema, absolutamente independente de qualquer poder da terra: — tudo isto procedendo necessariamente do seu primeiro Princípio e tendendo infalivelmente para o seu último Fim, Deus Nosso Senhor, eterno e infinito, a quem

o indivíduo e a sociedade em todos os tempos, lugares e circunstâncias devem prestar as suas homenagens de adoração, louvor, amor e reconhecimento.

São estes os eternos princípios que a humanidade deve reconhecer e viver. São estes os eternos fundamentos da verdadeira ordem social. É êste o verdadeiro segredo da felicidade dos indivíduos, do bem-estar das famílias, da vida e prosperidade das nações. É esta a ordem divina que Deus estabeleceu para sempre, que a Igreja preconizou e defendeu em todos os tempos, que o liberalismo atacou loucamente, e que a Acção Católica, acção da Igreja de Deus, se propõe restaurar agora, para glória de Deus, salvação das almas e redenção das nações.

É isso o que quer a Igreja e a Acção Católica em Portugal com as bênçãos e auxílios de Nossa Senhora da Fátima que, descendo à nossa Terra e exortando-nos à penitência, ao sacrifício e à oração, quis salvar e redimir em Cristo a grande Família Portuguesa.

CAPÍTULO XV

Esplendores da Fátima

O movimento liberal, que invadiu todos os campos da vida humana, no indivíduo e na família, nos confins de cada pátria e no mundo internacional, foi uma expansão lenta, mas persistente, do orgulho da humanidade; foi um atentado estulto contra a ordem natural e sobrenatural sapientíssimamente estabelecida pela Providência de Deus, Criador e Senhor absoluto de tôdas as coisas.

Quando o liberalismo atingia o auge da loucura, da violência, da anarquia e libertinagem; quando amadureciam os frutos mais amargos do liberalismo envenenador da humanidade; quando a *avalanche* libertária ameaçava subverter o mundo, a sua ordem e a sua civilização — nessa hora tremenda, em que não havia esperança de humano remédio para os graves males da humanidade, desce do Céu à Terra, em plena luz do dia, em pleno mês de Maio, em plena primavera e neste «jardim da Europa à beira-mar plantado», a SS. Virgem

Maria, « Nossa Senhora da Fátima, Nossa Senhora de Portugal ».

« Misterioso dom do Céu! Na hora de Portugal (e do mundo!) dos homens em guerra; na hora do pensamento e do sentimento religioso em crise, pelo êrro, pelos desvios da razão, pela descrença, pela ignorância, pela leviandade; pelo pensar livre de muitos e pela irreligiosidade de tantos; pela filosofia-incerteza e pelo ensaio-tentativa; pelas dúvidas, inquietações, hesitações, perplexidades, indiferenças, apatias; — em tal hora trágica, ante a perspectiva do naufrágio na treva, na anarquia, na dissolução, desce do Céu a bôia salvadora: a Prece! Melhor: a insistência na prece de forma inteligente, de qualidade meditada, de unção inspirada. Confidência com Deus, com Jesus, com a Virgem, ela é a intimidade com o Sobrenatural, onde brilha a evidência do sentido das almas e das coisas, que ilumina os Destinos — a Vida, a Morte, o Bem e o Mal — e se reconhece, nitidamente, a absoluta supremacia do Espírito e a imperiosa necessidade que a criatura tem de abrir os olhos para além do que a inteligência desvenda, do que a Razão alcança, do que a Intuição adivinha, do que o Amor penetra — lá no infinito visto pela Fé» ⁽¹⁾.

(1) A. de Figueiredo: *Fátima*, págs. 59-60.

Tal é o sentido da providencial mensagem de Fátima, tal é a resposta da Mãe de Deus à desvairada ideologia libertária que tanto mal trouxe ao mundo.

O liberalismo tentou desligar os homens de Deus. Fátima é a Mãe de Deus a chamar os homens para a ideia de Deus, para a união com Deus, para a vida em Deus.

O liberalismo desviou os homens dos caminhos de Deus, dos caminhos do Céu, da ordem natural e sobrenatural concebida por Deus desde tôda a eternidade, executada no tempo pelo divino Criador e Governador de tôdas as coisas, e intimada aos homens pela voz da Razão ou da Revelação. Fátima é a Mãe de Deus a convidar os homens ao arrependimento, a lembrar-lhes a ordem providencial estabelecida por Deus, e a chamar os homens ao cumprimento das leis eternas de Deus.

O liberalismo foi um atentado contra a Religião, uma escola de indiferentismo, de descrença, de ateísmo. Fátima é uma escola de Fé, é o despertar da vida religiosa, é a conversão de tantas almas esquecidas de Deus, é a praia misteriosa aonde arribam satisfeitos e repousam tranqüilamente aquêles que naufragaram no oceano da dúvida e da descrença.

O liberalismo foi, para muitos, a negação da Providência de Deus, uma revolta contra o

governo de Deus no mundo. Fátima é uma extraordinária manifestação da Providência divina, uma afirmação soleníssima da intervenção de Deus nos acontecimentos da história.

O liberalismo foi a negação do Sobrenatural. Fátima é a afirmação irrefutável do Sobrenatural, é a certeza e a evidência do Sobrenatural, «é a intimidade com o Sobrenatural».

O liberalismo foi uma ofensiva de ódio e de morte contra o Cristianismo, a Religião Cristã, a vida cristã, a civilização cristã. Fátima é o rejuvenescimento cristão, é a renovação da vida cristã, é o triunfo da civilização cristã, é uma divina apologia do Cristianismo.

O liberalismo foi um grito de revolta contra a Igreja Católica, pretendeu ser a morte do Catolicismo. Fátima é o triunfo da obediência à Santa Igreja, é uma vitória da Igreja Católica, é o sêrêdo de inúmeras vitórias do Catolicismo.

O liberalismo foi a insolência, o desrespeito, o desamor, por vezes o ódio ao Sumo Pontífice. Fátima é a plena obediência, é a profunda veneração, é o amor, é a devoção ao Vigário de Cristo na Terra.

O liberalismo foi o ataque furioso contra as verdades do Cristianismo, contra o magis-

tério infalível da Santa Igreja; foi um louco semeador de dúvidas, de incertezas, de perplexidades, de negativismos destruidores das belezas da Fé Católica. Fátima é uma «aula de verdades», é uma escola de certezas, é uma resposta sem réplica a tôdas as dúvidas e ataques com que alvejaram a Verdade Católica.

O liberalismo foi a negação da realidade e até da possibilidade da Revelação divina. Fátima é, na sua essência e no conjunto dos seus efeitos admiráveis, uma autêntica revelação do Céu.

O liberalismo combateu o milagre e até a sua possibilidade. Fátima é uma «fonte de milagres», de milagres palpáveis, de milagres incontestáveis.

O liberalismo foi uma escola de sensualismo, de libertinagem, de prazer imoderado. Fátima é o convite à penitência, é uma «escola de sacrifícios», é a glória da imolação que satisfaz pelo pecado, converte os transviados e dignifica a humanidade.

O liberalismo proclamou os direitos do homem, não lembrando os seus deveres; deu vivas à liberdade, não marcando os seus limites. Dêste modo, perverteu a liberdade, destruiu a base dos direitos, instaurou no mundo um regime de escravidão. Fátima lembrando os deveres, mostra a base de todo o direito e

defende a única e verdadeira liberdade possível na terra para o indivíduo e para a sociedade.

O liberalismo, proclamando a igualdade, deu origem a perversas desigualdades e a desumanas tiranias. Fátima, conservando as desigualdades providenciais inseparáveis da sociedade, realiza na terra a mais sublime e verdadeira igualdade.

Desde o Papa ao mais humilde dos fiéis todos são lembrados de igual modo nas mesmas orações. Para os doentes « não há distinções sociais; há só distinção segundo a qualidade e gravidade das doenças » (1).

E os peregrinos também procedem como iguais: « no chão pedregoso, ajoelham, lado a lado, fidalgos, camponeses, serranos e pobres de estrada, cobertos de farrapos e pó » (2), aos pés de Nossa Senhora a fazer os seus pedidos, ou à mesa do Pai Celeste a comungar o Pão dos Anjos.

O liberalismo esqueceu o Evangelho e pretendeu ser autor de uma fraternidade universal. Mas a « fraternidade liberal » deu em arrogâncias egoístas, em triunfos individua-

(1) Regulamento do Albergue de Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

(2) A. Figueiredo: *Fátima*, pág. 241.

listas, em ódios fraticidas, em lutas partidárias, em perseguições sectárias, em antagonismos internacionais. Fátima é a família de Deus, é a solidariedade cristã, é a verdadeira fraternidade dos irmãos em Cristo, invocando em comum o mesmo Pai e a mesma Mãe dos Céus. « ... A Cova da Iria tornou-se o centro duma grande e santa irmandade, só possível no terreno católico... » « Que bela igualdade e fraternidade esta! A igualdade e a fraternidade dos filhos de Deus é a única possível sobre a terra! » (1). « ... *Liberdade* na escolha da crença; *Igualdade* na devoção; *Fraternidade* na piedade. »

« A Fé! Espectáculo raro da unidade do pensamento e do sentimento católicos. Uma só luz, uma só côr, um só ritmo! Alma única abalada por único propósito, única vibração, única prece. Ah como seria belo ver engrossar, avolumar este tropel humano; vê-lo rolar por tôda a terra, para, em seguida, sempre cada vez maior, constituir o universal sentir e pensar da humanidade religiosa! » (2).

O liberalismo pretendeu ser considerado o portador da nova luz e do verdadeiro progresso

(1) L. Fischer: *Fátima, a Lourdes Portuguesa*, págs. 79 e 91.

(2) A. Figueiredo: *Fátima*, págs. 293 e 294.

das nações. Arvorou o pendão «iluminista» contra o «obscurantismo» da Igreja, a bandeira do «progresso» contra o Cristianismo «retrógrado». Na realidade, porém, a sua obra foi envolver o mundo em trevas, arruinar as nações e reconduzir os homens aos horrores da barbárie. Fátima, ao contrário, é a irradiação intensa do esplendor do Cristianismo, é o triunfo da Doutrina Católica, foi a salvação de Portugal, foi a salvação da Espanha, pode ser, se quiserem, a salvação de todos os povos.

O liberalismo chamou ciência a todos os erros, e tornou orgulhosa essa ciência tantas vezes balofa e falsa. Fátima proclama a verdade eterna, reconhece a verdadeira ciência, e acolhe carinhosamente os desenganados e abandonados da ciência, aos quais tantas vezes dá a cura e sempre a resignação.

O liberalismo foi em muitos fiéis, nalguns sacerdotes, na escola e na família e na sociedade, a derrocada da vida cristã e do espírito católico. Fátima é a Acção Católica, é a santificação do Clero, é a restauração da família e da sociedade, e a renovação da vida cristã em Portugal e no mundo.

O liberalismo é a liberdade sem peias, o desprezo de tôdas as leis, a renúncia aos compromissos voluntários das almas generosas,

Fátima é a liberdade racional, é a submissão amorosa às leis divinas e humanas, é um «campo de promessas» e propósitos e generosas resoluções.

O liberalismo é o caminho da corrupção, é a ruína da virtude, é a escola de todos os vícios. Fátima é o caminho da perfeição, é o «estímulo de virtudes», é a escola dos santos.

O liberalismo é o pendor para a matéria, é a queda na lama, é a morte para uma vida de ideal. Fátima é a oração sentida, é a ascensão para Deus, é o vôo das almas nobres para as altas regiões do mais sublime ideal.

O liberalismo é o mau conselheiro dos filhos de Deus, que abandonaram, como o pródigo, a casa do Pai Celeste, para irem dissipar as riquezas do seu talento, das suas qualidades naturais, dos seus dons sobrenaturais, nas longínquas regiões da dúvida, da indiferença, da incredulidade, da embriaguez do vício, da tristeza e desventura. Fátima é o Céu chamando os pródigos à casa paterna, ao solar do Pai divino, a êsse ambiente encantador, onde vive a dignidade humana, brilha o sol da fé, aquece o calor da caridade, seduz o ideal da santidade, reina a felicidade possível no tempo e sorri a esperança da ventura eterna.

Numa palavra: O liberalismo é a escola de todos os erros, o campo detestável onde ger-

minam todos os vícios e crescem as plantas daninhas cujos frutos envenenados contaminam e matam as flores das virtudes individuais e sociais. Fátima, pelo contrário, é a universidade do bem, a escola da verdade, o jardim abençoado onde germinam as virtudes e crescem as plantas sublimes cujos frutos dão vida, perfeição e beleza ao indivíduo, à família e à sociedade.

Nesta universidade ideal adopta-se um compêndio admirável — o *Rosário* de Nossa Senhora.

Considerando-o em conjunto e sob o aspecto das suas relações com as doutrinas libertárias, diremos que o Rosário, além de ser compêndio de verdades divinas indispensáveis aos homens, é também uma espécie de *Syllabus* em que se condenam os gravíssimos erros do liberalismo.

Divide-se em três partes o compêndio da escola mística da Cova da Iria.

Primeira parte — Mistérios Gozosos:

As ideias dominantes do primeiro *térço* do Rosário são a humildade, a pureza, a obediência, a caridade e o desapêgo do mundo. É a condenação formal do liberalismo que é essencialmente orgulho, licença, apêgo ao mundo, revolta contra a autoridade, desprêzo da dignidade própria, violação dos direitos alheios e da ordem estabelecida por Deus.

Segunda parte — Mistérios Dolorosos:

Ideias dominantes: infinita humilhação, supremo sacrifício do Homem-Deus. E a condenação mais solene do liberalismo infame levado às suas últimas consequências! De facto, o liberalismo, logicamente desenvolvido e aplicado, gera o supremo orgulho que, sendo luxúria da mente, não tarda a precipitar-se na luxúria da carne! Daqui nasce naturalmente o ódio contra o sacrifício, contra a virtude, contra a santidade, contra a Igreja de Cristo, contra o próprio Deus! Os que martirizaram o Redentor clamavam que não queriam que Ele reinasse sobre eles, e, conseqüentemente, condenaram-no à morte e levaram-no ao Calvário.

Como a Igreja é o prolongamento de Cristo na história, daí as fúrias anti-católicas dos que através dos séculos dão vivas à «liberdade» e pretendem desligar-se da obediência às leis de Deus e dos seus legítimos representantes na terra. A paixão de Cristo continuada na *Paixão* da Igreja é o fruto do «liberalismo», é a expiação do liberalismo, é a solene condenação do liberalismo.

Terceira parte — Mistérios Gloriosos:

Ideias dominantes: Triunfo e glória. A prática das virtudes ensinadas na *Primeira* e *Segunda* parte, conduz as almas ao Céu, engrandece as nações cristãs, dá vida e triunfo à

Igreja Católica. É, mais uma vez, a resposta do Céu à loucura do liberalismo que degrada as almas, arruína as nações e pretende exterminar a Igreja de Deus!

As três *Avè-Marias* finais parecem o epílogo de um livro e lembram as lições explícitas da celestial *Directora* da escola de Fátima:

Submissão a Cristo: *Fazei o que Ele vos disser.*

Vida nova: *Fazei penitência, amai o sacrifício.*

Convivência divina: *Vivei em oração, recitai muito o Rosário.*

Estas aulas sublimes passadas em colóquios extasiantes com o Pai e a Mãe do Céu — *Padre-Nosso...* *Avè-Maria...* — terminam por uma saudação mais fervida à Mãe de Deus — *Salvè-Rainha...* — seguida de uma súplica mais instante e mais ardente — a *Ladainha* — na qual se pede confiadamente que se ouça, se aprenda, se cumpra e se viva a celestial Mensagem de Nossa Senhora do Rosário da Fátima: «da Fátima, que é um ponto de Portugal; do Portugal, que é um ponto da Terra; da Terra, que é um ponto do Universo; — da Fátima, onde a Virgem, por fineza, desceu para falar à nossa Pátria e daqui ao mundo...» Assim o entenderam os privilegiados Videntes da Cova da Iria.

Falando da Lúcia, diz o autor da *Fátima*: «As aparições revelaram-lhe o sentido íntimo da sua vocação e convenceram-na de que este lugar miraculoso da Cova da Iria, intensificando e espalhando a Fé, salvaria Portugal, e, transpondo fronteiras, converteria os pecadores da terra inteira. Lúcia recolheu-se profundamente em sua alma para cumprir as ordens da prece e, servindo-se do Rosário, pediu por si, pediu pelos outros, e tôda se ofertou a Nossa Senhora para bem de Portugal e do Mundo» (1).

(1) A. de Figueiredo: *Fátima*, págs. 17 e 149-150.

Apêndices

I

Encíclica “*Libertas*” de S. S. Leão XIII

Veneráveis Irmãos, Saúde e Bênção Apostólica

EXÓRDIO

A liberdade, excelente bem da natureza e exclusivo apanágio dos seres dotados de inteligência ou de razão, confere ao homem uma dignidade em virtude da qual êle é colocado *entre as mãos do seu conselho* e se torna o senhor de seus actos. E o que, todavia, é principalmente importante nesta prerrogativa é a maneira como ela se exerce, porque do uso da liberdade nascem os maiores males, assim como os maiores bens.

Sem dúvida, está no poder do homem obedecer à razão, praticar o bem moral, caminhar direito ao seu fim supremo. Mas pode também seguir outra direcção diferente, e, seguindo espectros de bens falazes, destruir a ordem legítima e correr para uma perda voluntária. O libertador do género humano, Jesus Cristo, veio restaurar e aumentar a antiga dignidade da nossa natureza, mas foi principalmente à vontade mesma do homem que Êle fez sentir a sua influência; e, pela sua graça, que lhe prodigalizou os socorros, pela felicidade eterna, de que lhe abriu a perspectiva no Céu, elevou-o a um estado melhor. E, por um motivo semelhante, a Igreja bem mereceu sempre dêste dom excelente da nossa natureza, e não cessará de bem merecer dele, pois que é a ela que pertence assegurar aos benefícios,

que nós devemos a Jesus Cristo, a sua propagação em tôda a consecução dos séculos.

E, contudo, há um grande número de homens que crêem que a Igreja é adversária da liberdade humana. A causa disto está na ideia defeituosa, e como ao avêso, que se faz da liberdade; porque, com esta mesma alteração da sua noção, ou com a exagerada extensão que se lhe dá, chega-se a applicá-la a muitas coisas, nas quais o homem, a julgar segundo a recta razão, não pode ser livre.

Já falamos algures, e principalmente na Encíclica *Immortale Dei*, daquilo a que se chama *as liberdades modernas*; e, distinguindo nelas o bem daquilo que lhe é oposto, Nós estabelecemos ao mesmo tempo que tudo o que essas liberdades contêm de bom, tudo isso é tão antigo como a verdade, tudo isso a Igreja o aprovou sempre com ardor, e o admitiu efectivamente na prática. O que se lhe acrescentou de novo, apresenta-se, a quem procura a verdade, como um elemento corrompido, produzido pela perturbação dos tempos e pelo desordenado amor da inovação.

Mas, visto que muitos se obstinam em ver nestas liberdades, mesmo no que elas contêm de vicioso, a mais bela glória da nossa época e o necessário fundamento das constituições políticas, como se sem elas se não pudesse imaginar governo perfeito, pareceu-Nos necessário para o interesse público, em face do qual Nós Nos collocamos, tratar expressamente esta questão.

A — A liberdade

O que directamente Nós temos em vista é a liberdade *moral*, considerada quer nos indivíduos, quer na sociedade. É bom, entretanto, dizer em primeiro lugar

algumas palavras sobre a liberdade *natural*, a qual, apesar de ser completamente distinta da liberdade moral, é contudo a fonte e o principio donde tôda a espécie de liberdade dimana por si mesma e como naturalmente.

Raízes da liberdade Esta liberdade, que certamente é para nós a voz da natureza, o juízo e o senso comum de todos os homens não a reconhecem senão aos seres que têm o uso da intelligência ou da razão, e é nela que consiste manifestamente a causa que nos faz considerar o homem responsável pelos seus actos. E não podia ser doutra maneira; porque, ao passo que os animais não obedecem senão aos sentidos e não são impelidos senão pelo instinto natural a procurar o que lhes é útil ou a evitar o que lhes seria prejudicial, o homem tem, em cada uma das acções da sua vida, a razão para o guiar.

Ora a razão, relativamente aos bens dêste mundo, diz-nos de todos e de cada um que êles podem indifferentemente ser ou não ser; donde se conclue que não lhe parecendo nenhum deles absolutamente necessário, ela dá à vontade o poder de opção para escolher o que lhe apraz.

Mas se o homem pode julgar da *contingência*, como se diz, dos bens de que Nós falamos, é porque êle tem uma alma simples de sua natureza, espiritual e capaz de pensar; uma alma que, sendo tal, não tira a sua origem das coisas corpóreas, visto que delas não depende para a sua conservação; mas que, criada immediatamente por Deus e ultrapassando com uma imensa distância a condição comum dos corpos, tem o seu modo próprio e particular de vida e de acção: donde resulta que, compreendendo pelo seu pensamento as razões imutáveis e necessárias da verdade e do bem, vê

que estes bens particulares não são de modo algum bens necessários.

Assim provar que a alma humana está desligada de todo o elemento mortal e é dotada da faculdade de pensar, é estabelecer ao mesmo tempo a liberdade natural sobre o seu mais sólido fundamento.

A Igreja e a liberdade Ora esta doutrina da liberdade como a da simplicidade, da espiritualidade e da imortalidade da alma humana, ninguém a prega mais alto e a afirma com mais constância do que a Igreja Católica; ela a tem insinuado em todos os tempos e a defende como um dogma.

Mais ainda: perante os ataques dos heréticos e dos fautores de novas opiniões, é a Igreja que tem tomado a liberdade sob a sua protecção e que tem salvado da ruína este grande bem do homem. A este respeito, os monumentos da história testemunham a energia com que repeliu os esforços dos Maniqueus e outros; e, em tempos mais recentes, ninguém ignora com que zelo e força, quer no concílio de Trento, quer mais tarde contra os sectários de Jansénio, ela combateu pela liberdade do homem, não deixando, em nenhum tempo nem em nenhum lugar, tomar incremento ao *Fatalismo*.

Noção de liberdade Assim, a liberdade é, como nós o temos dito, a herança daqueles que receberam a razão ou a inteligência em partilha; e esta liberdade, examinando-se a sua natureza, outra coisa não é senão a faculdade de escolher entre os meios que conduzem a um fim determinado. É neste sentido, que aquêle que tem a faculdade de escolher uma coisa entre algumas outras, é senhor de seus actos.

Ora toda a coisa aceita com o fim de obter por ela uma outra, pertence ao género do bem que se chama

útil; e tendo o bem como característica operar propriamente sobre o apetite, é mister concluir daí que o livre arbitrio é a característica da vontade mesma, quando nos seus actos ela tem a faculdade de escolher.

Mas é impossível à vontade mover-se, se o conhecimento da inteligência, como uma luz, não a esclarece primeiramente: isto é, que o bem desejado pela vontade é necessariamente o bem quando conhecido pela razão. E isto tanto mais que, em toda a volição, a escolha é sempre precedida dum juízo sobre a verdade dos bens e sobre a preferência que devemos conceder a um deles sobre os outros.

Ora julgar é da razão, não da vontade; não se pode razoavelmente duvidar disto. Admitido, pois, que a liberdade reside na vontade, tem por objecto um bem conforme à razão.

— Todavia, não possuindo cada uma destas faculdades a perfeição absoluta, pode suceder, e sucede frequentemente; que a inteligência proponha à vontade um objecto que, em lugar duma bondade real, não tem senão a aparência disso, uma sombra de bem, e que a vontade contudo se aplique. Mas assim como o poder enganar-se, e enganar-se realmente, é uma falta que acusa a ausência da perfeição integral na inteligência, assim também aderir a um bem falso e enganador, simplesmente pelo indício do livre arbitrio, constitue uma imperfeição da liberdade, como a doença o é da vida. Igualmente a vontade, só pelo facto de que depende da razão, desde que deseja um objecto que se afaste da recta razão, cai num vício radical que não é senão a corrupção e o abuso da liberdade.

Eis porque, Deus, a perfeição infinita, que sendo soberanamente inteligente e a bondade por essência é também soberanamente livre, não pode de nenhuma forma querer o mal moral. E o mesmo sucede com os

bemaventurados do céu, graças à intuição que têm do soberano bem.

É esta a justíssima observação que Santo Agostinho e outros faziam contra os Pelagianos: se a possibilidade de enganar-se no bem fôsse da essência e da perfeição da liberdade, então Deus, Jesus Cristo, os Anjos, os Bem-aventurados entre os quais êste poder não existe, ou não seriam livres ou, pelo menos, não o seriam tão perfeitamente como o homem em seu estado de prova e de imperfeição.

O Doutor Angélico occupou-se freqüente e longamente desta questão; e da sua doutrina resulta que a faculdade de pecar não é uma liberdade, mas uma escravidão. Muito subtil é a sua argumentação sobre as palavras do Salvador Jesus: *aquêle que comete o pecado é escravo do pecado* (1). «Todo o ser é o que lhe convém ser segundo a sua natureza. Pois, quando êle se move por um agente exterior, não opera por si mesmo, mas pelo impulso de outrem, o que é próprio dum escravo. Ora, segundo a natureza, o homem é racional. Por isso quando se move segundo a razão, é por um movimento, que lhe é próprio, que êle se move, e opera por si mesmo, o que é o facto da liberdade; mas, quando peca, procede contra a razão, e então é como se fôsse pôsto em movimento por um outro e se conservasse sob uma dominação estranha. É por isto que *aquêle que comete o pecado é escravo do pecado*.

— Era isto o que havia visto claramente a filosofia antiga, aquella principalmente cuja doutrina era que ninguém é livre como o sábio, e que reservava, como se sabe, o nome de sábio àquele que se tivesse acostumado a viver constantemente segundo a natureza, isto é, na honestidade e na virtude.

(1) Jo. 8, 34.

B — Protecção e auxílios da liberdade

Sendo tal condição da liberdade humana, falta-lhe uma protecção; eram-lhe necessários auxílios e socorros capazes de dirigir todos os seus movimentos para o bem e de desviá-los do mal. Sem isto a liberdade teria sido para o homem uma coisa muito prejudicial.

A lei E primeiramente era-lhe necessária uma lei, isto é, uma norma do que era preciso fazer-se. Falando claro, não pode dar-se isto entre os animais que operam por necessidade, porque todos os seus actos os realizam sob o impulso da natureza, sendo-lhes impossível adoptar por si mesmos outro modo de acção.

Mas os seres que gozam de liberdade têm por si mesmos o poder de operar ou não, proceder de tal ou qual forma, visto que o objecto da sua vontade não o escolhem senão quando intervenha o juízo da razão, de que Nós falamos. Êste juízo diz-nos não sòmente o que é o bem em si ou o que é o mal, mas também o que é bom e por conseguinte se deve realizar, ou o que é mau e por conseguinte se deve evitar. Ê, com efeito, a razão que prescreve à vontade o que ela deve procurar ou de que deve fugir para que o homem possa um dia atingir êsse fim supremo, para o qual deve dirigir todos os seus actos. Ora, esta *ordenação da razão* é o que chama a lei.

— Se pois a lei é necessária ao homem, é no seu mesmo livre arbítrio, isto é, na necessidade que tem de não se pôr em desacôrdo com a recta razão, que é preciso procurar, como na sua raiz, a causa primeira. E nada se pode dizer ou imaginar de mais absurdo e mais contrário ao bom senso do que esta asserção: o homem, sendo livre por natureza, deve estar isento de

tôda a lei. Se assim fôsse, resultaria que é necessário, para a liberdade, não estar de acôrdo com a razão, quando a verdade é inteiramente o contrário, isto é, que o homem deve estar sujeito à lei precisamente porque é livre por natureza. Assim pois é a lei que guia o homem nas suas acções e é ela também que, pela sanção das recompensas e das penas o leva a praticar o bem e o afasta do pecado.

A lei de Deus Tal é, acima de tôdas, a lei natural que está escrita e gravada no coração de cada homem, porque é a razão mesma do homem que lhe ordena que pratique o bem e lhe interdiz o pecado. Mas esta prescrição da razão humana não poderia ter força de lei, se ela não fôsse órgão e intérprete duma razão mais alta, à qual o nosso espírito e a nossa liberdade devem obediência.

Sendo, na verdade, a missão da lei impor deveres e atribuir direitos, a lei assenta completamente sôbre a autoridade, isto é, sôbre um poder verdadeiramente capaz de estabelecer êsses deveres e de definir êsses direitos, capaz de sancionar as suas ordens por castigos e recompensas; coisas que não poderiam evidentemente existir no homem, se êle desse a si próprio, como legislador supremo, a regra dos seus próprios actos.

Disto se conclue, pois, que a lei natural outra coisa não é senão a lei eterna gravada nos seres dotados de razão, inclinando-os para o *acto* e o *fim* que lhe convêm; e êste não é senão a razão eterna de Deus, Criador e Governador do mundo.

A graça de Deus A esta regra de nossos actos, a estes obstáculos ao pecado, a bondade de Deus quis ajuntar certos auxílios, singularmente próprios para fortalecer e guiar a vontade do homem.

Sobressai, no primeiro lugar dêstes auxílios, o poder da *graça divina*, a qual esclarecendo a inteligência e inclinando incessantemente para o bem moral a vontade salutarmente reforçada e fortificada, torna ao mesmo tempo mais fácil e mais seguro o exercício da nossa liberdade natural. E seria afastar-se completamente da verdade imaginar que por meio desta intervenção de Deus os movimentos da vontade perdem a sua liberdade; porque a influência da graça divina alcança o íntimo do homem e harmoniza-se com a sua propensão natural, pois que ela tem sua fonte n'Aquele que é o autor da nossa alma e da nossa vontade e que move todos os seres duma maneira conforme à natureza deles. Pode mesmo dizer-se que a graça divina, como observa o Doutor Angélico, por isso mesmo que dimana do autor da natureza é maravilhosamente e naturalmente apta para conservar tôdas as naturezas individuais e para conservar a cada uma o seu carácter, a sua acção, a sua energia.

A lei humana O que acaba de ser dito da liberdade dos indivíduos, é fácil applicá-lo aos homens que a sociedade civil une entre si; porque o que a razão e a lei natural fazem para os indivíduos, a *lei humana*, promulgada para o bem comum dos cidadãos, o realiza para os homens que vivem em sociedade.

Mas, entre as leis humanas, há-as que têm por objecto o que é bem ou mal naturalmente, acrescentando à prescrição de praticar um e evitar o outro uma sanção conveniente. Tais leis não têm de modo algum sua origem na sociedade dos homens; porque, assim como não foi a sociedade que criou a natureza humana, também não foi ela que fez com que o bem esteja em harmonia e o mal em desacôrdo com essa natureza;

mas tudo isto é anterior à própria sociedade humana, e deve absolutamente estar ligado à lei natural e portanto à lei eterna.

Como se vê, os preceitos de direito natural compreendidos nas leis dos homens não têm somente o valor da lei humana, mas supõem primeiro que tudo essa autoridade muito mais elevada e muito mais augusta que brota da lei natural e da lei eterna.

Neste género de leis, a missão de legislador civil reduz-se a obter, por meio duma disciplina comum, a obediência dos cidadãos, punindo os maus e os viciosos, com o fim de os afastar do mal e de os chamar ao bem, ou ao menos de os impedir de ferir a sociedade e de lhe ser prejudicial.

Quanto às outras prescrições do poder civil, não procedem immediata e directamente do direito natural; são conseqüências mais afastadas e indirectas dele, e têm por fim precisar os pontos diversos sobre os quais a natureza não se tinha pronunciado senão duma maneira vaga e geral.

Assim, a natureza ordena aos cidadãos que contribuam com o seu trabalho para a tranqüilidade e a prosperidade públicas; em que medida, em que condições, sobre que objectos, estabelece-o a sabedoria dos homens e não a natureza. Ora estas regras particulares de proceder, criadas por uma razão prudente e intimadas por um poder legítimo, constituem o que propriamente se chama lei humana.

Visando o fim próprio da comunidade, esta lei ordena a todos os cidadãos que concorram para elle, e proíbe-lhes que dele se afastem; e emquanto segue a natureza, e se harmoniza com as suas prescrições, ella conduz-nos ao que é bem e afasta-nos do oposto. Por onde se vê que é absolutamente na lei eterna de Deus que é mister buscar a regra e a lei da liberdade, não

somente para os indivíduos, mas também para as sociedades humanas.

Numa sociedade de homens, a liberdade digna deste nome não consiste em fazer tudo o que nos apraz: isso seria uma confusão extrema no Estado, uma perturbação que conduziria à opressão. A liberdade consiste em que, com o auxílio das leis civis, possamos mais facilmente viver segundo as prescrições da lei eterna. E para aquêles que governam, a liberdade não é o poder de mandarem ao acaso e segundo seu belprazer: isso seria uma desordem não menos grave e soberanamente perigosa para o Estado; mas a força das leis humanas consiste em que elas sejam olhadas como uma derivação da lei eterna e que não há nenhuma das suas prescrições que não seja contida nela como no princípio de todo o direito.

Santo Agostinho disse com muita sabedoria (1): «Eu penso, e vós bem vedes também, que, nesta lei temporal, nada há de justo e de legítimo que os homens não tenham ido haurir da lei eterna.»

Suponhamos, pois, uma prescrição dum poder qualquer que esteja em desacôrdo com os princípios da recta razão e com os interesses do bem público: ella teria força alguma de lei, porque não seria uma regra de justiça e afastaria os homens do bem, para o qual a sociedade foi formada.

Por sua natureza pois, e sob qualquer aspecto que seja considerada, quer nos indivíduos, quer nas sociedades, e entre os superiores não menos que entre os subordinados, a liberdade humana supõe a necessidade de obedecer a uma regra suprema e eterna; e esta regra não é outra senão a autoridade de Deus impondo-nos

(1) In Jo. 8, 32.

as suas ordenações ou as suas proibições; autoridade soberanamente justa que, longe de destruir ou de diminuir, de qualquer modo, a liberdade dos homens, a protege e a impele à sua perfeição; porque a verdadeira perfeição de todo o ser é prosseguir e atingir o seu fim: ora o fim supremo, para o qual deve tender a liberdade humana, é Deus.

A acção da Igreja São os preceitos desta doutrina, muito verdadeira e muito elevada, conhecidos mesmo pela luz da razão, que a Igreja, instruída pelos exemplos e pela doutrina do seu Divino Autor, tem propagado e afirmado por toda a parte, e segundo os quais ela não tem jamais cessado de ponderar a sua missão e de informar as nações cristãs.

Pelo que toca aos costumes, as leis evangélicas não sòmente se avantajam muito a toda a sabedoria pagã, mas elas chamam o homem e o formam verdadeiramente numa santidade desconhecida dos antigos; e aproximando-o de Deus, levam-no à posse duma liberdade mais perfeita. É assim que sempre se tem evidenciado o maravilhoso poder da Igreja para a protecção da liberdade civil e política dos povos. Não há necessidade de enumerar os seus benefícios dêste género. Basta lembrar a escravidão, essa vèlha vergonha das nações pagãs, que os seus esforços e principalmente a sua feliz intervenção fizeram desaparecer.

O equilíbrio dos direitos, como a verdadeira fraternidade entre os homens, foi Jesus Cristo quem primeiro a proclamou; e à sua voz respondeu a dos seus Apóstolos, declarando que não há nem Judeu, nem Grego, nem Bárbaro, nem Scythia, mas que todos são irmãos em Cristo.

Sobre êste ponto o ascendente da Igreja é tão grande e tão reconhecido que, aonde quer que chega

a sua influência — tem-se a experiência disso — a grosseria dos costumes não pode subsistir por muito tempo; à brutalidade succede em breve a doçura, às trevas da barbárie a luz da verdade. E a Igreja não tem cessado jamais de fazer sentir aos povos cultivados e educados pela civilização a influência de seus benefícios, resistindo aos caprichos da iniquidade, afastando a injustiça da cabeça dos inocentes ou dos fracos, e empregando-se, emfim, em estabelecer nas coisas públicas instituições que possam, pela sua equidade, tornar-se amadas dos cidadãos, ou fazer-se temer dos estrangeiros pelo seu poder.

Ê, além disso, um dever real respeitar o poder e submeter-se a leis justas; donde deriva que a autoridade vigilante das leis preserva os cidadãos das emprêsas criminosas dos maus.

O poder legítimo vem de Deus, e *aquêle que resiste ao poder, resiste à ordem estabelecida por Deus*; assim é que a obediência adquire uma nobreza maravilhosa, pois que se não inclina senão diante da mais justa e mais alta das autoridades.

Mas, desde que o direito de mandar se deixa ir à revelia, ou que o mandado é contrário à razão, à lei eterna, à autoridade de Deus, então é legítimo desobedecer aos homens a fim de obedecer a Deus. Dêste modo, achando-se as vias da tirania fechadas, o poder não chamará tudo a si; dêste modo estão salvaguardados os direitos de cada cidadão, os da sociedade doméstica, os de todos os membros da nação; e todos emfim participam da verdadeira liberdade, aquela que consiste, como Nós demonstramos, em que cada um possa viver segundo as leis e segundo a recta razão.

Se, nas discussões que travam sobre a liberdade, se atendesse a esta liberdade legítima e honesta, tal como a razão e a Nossa palavra a acabam de descrever,

ninguém ousaria lançar à Igreja a censura que se lhe lança com uma soberana injustiça, a saber: que ela é inimiga da liberdade dos indivíduos ou da liberdade dos Estados.

C — O Liberalismo

Falsa liberdade Mas há um grande número de homens que, a exemplo de Lúcifer, — de quem são estas palavras criminosas: *Eu não obedecerei*, — entendem pelo nome de liberdade o que não é senão pura e absurda licença. Tais são aquêles que pertencem a essa escola tão espalhada e tão poderosa e que foram tirar o seu nome à palavra liberdade, querendo ser chamados *Liberais*.

E, com efeito, o que são os partidários do *Naturalismo* e do *Racionalismo* em filosofia, os fautores do *Liberalismo* o são na ordem moral e civil, pois que introduzem nos costumes e na prática da vida os princípios postos pelos partidários do *Naturalismo*.

Ora, o princípio de todo o racionalismo é a soberana autonomia da razão humana, que, recusando a obediência devida à razão divina e eterna, e pretendendo não evidenciar senão a sua mesma, se reconhece sòmente a ela por princípio supremo, fonte e juiz da verdade. Tal é a pretensão dos sectários do *Liberalismo*, de que Nós temos falado; segundo êles não há na vida prática, nenhum poder divino ao qual se tenha de obedecer, mas cada um dá a si a sua própria lei. Daí procede essa moral que se chama *independente*, e que, sob a aparência da liberdade, afastando a vontade da observância dos preceitos divinos, conduz o homem a uma licença ilimitada.

E o que, finalmente, resulta disto, principalmente nas sociedades humanas, é fácil de ver; porque uma

vez fixada essa convicção no espírito, que ninguém tem autoridade sôbre o homem, a consequência é que a causa eficiente da comunidade civil e da sociedade deve ser procurada, não num princípio exterior ou superior ao homem, mas na livre vontade de cada um, e que o poder público dimana da multidão como sendo a sua primeira fonte; de mais, o que a razão individual é para o indivíduo, a saber a única lei que regula a vida particular, a razão colectiva deve sê-lo para a colectividade na ordem dos negócios públicos; daí o poder pertencendo ao número, e as maiorias criando elas sós o direito e o dever.

Mas a opposição de tudo isto com a razão ressaltava suficientemente do que dissemos. Effectivamente, pretender que não há nenhum laço entre o homem ou a sociedade civil e Deus criador e, por conseguinte, supremo legislador de tôdas as coisas, repugna absolutamente à natureza, e não sòmente à natureza do homem, mas à de todo o ser criado; pois todo o efeito está necessariamente unido por algum laço à causa de que procede; e convém a tôda a natureza e pertence à perfeição de cada uma que permaneça no lugar e no plano que lhe é marcado pela ordem natural, isto é, que o ser inferior se submeta e obedeça àquele que lhe é superior.

Péssimas consequências Mas, ainda mais, tal doutrina traz o maior dano, tanto ao individuo como à sociedade. Realmente, se o homem faz depender só e unicamente do juízo da razão humana o bem e o mal, suprime a diferença essencial entre o bem e o mal; o honesto e o deshonesto já não diferem na realidade, mas sòmente na opinião e no juízo de cada um: o que agrada será permitido. Desde que se admita semelhante doutrina moral, que não basta

para reprimir ou pacificar os movimentos desordenados da alma, dá-se acesso a tôdas as corrupções da vida.

Nos negócios públicos, o poder de governar separa-se do princípio verdadeiro e natural que lhe dá toda a sua força para procurar o bem comum; a lei que determina o que se deve fazer e o que é necessário evitar é abandonada aos caprichos da multidão mais numerosa, que é o mesmo que preparar o caminho à dominação tirânica. Quando se repudia o poder de Deus sobre o homem e sobre a sociedade humana, é natural que a sociedade deixe de ter religião, e tudo o que toca à religião torna-se desde então objecto da mais completa indiferença.

Armada pois da ideia da soberania, a multidão facilmente entrará no caminho da sedição e das desordens, e, não existindo já o freio do dever e da consciência, nada mais resta do que a força, a força que é bem fraca, por si só, para conter as paixões populares. Ai temos a prova disto nessas lutas quasi diárias empenhadas contra os *Socialistas* e outras seitas sediciosas que trabalham há tanto tempo para arrazar o Estado até aos seus alicerces. Julgue-se pois e diga-se, por pouco que se possua a justa intelligência das coisas, se tais doutrinas aproveitam à liberdade verdadeira e digna do homem, ou se não são antes para ela o trans-tórno e a destruição completa.

Sem dúvida, tais opiniões espantam pela sua mesma enormidade; e a sua opposição manifesta com a verdade, bem como a imensidade dos males, de que vimos elas serem causa, impedem os partidários do Liberalismo de aderirem completamente a elas. Constrangidos mesmo pela força da verdade, muitos de entre elles não hesitam em reconhecer, confessam-no até espontaneamente, que, entregando-se a tais excessos, com desprezo da verdade e da justiça, a liberdade se vicia e

degenera abertamente em licença, sendo necessário, portanto, que ela seja dirigida, governada pela recta razão, e, por consequência, que se submeta ao direito natural e à lei divina e eterna.

Liberalismo naturalista Mas julgam dever parar aqui, e não admitem que o homem livre deve submeter-se às leis que a Deus apaz impor-nos por uma outra via que não seja a razão natural. — Mas nisto estão absolutamente em desacôrdo consigo mesmos.

Pois se é necessário, como elles próprios neste ponto convêm (e quem poderá razoavelmente deixar de convir nisto?), se é necessário obedecer à vontade de Deus legislador, pois que o homem todo inteiro depende de Deus e deve tender para Deus, daqui se segue que ninguém pode pôr limites ou condições à sua autoridade legislativa sem se colocar em opposição com a obediência devida a Deus.

Ainda mais: se a razão humana tem a pretensão de querer determinar quais são os direitos de Deus e os seus deveres para com Elle, o respeito pelas leis divinas terá nela mais apparencia que realidade; e o seu juízo valerá mais que a autoridade e a providência divinas.

É pois necessário que a regra da nossa vida seja por nós constantemente e religiosamente pedida não somente à lei eterna, mas também a tôdas e a cada uma das leis que Deus, na sua infinita sabedoria, no seu infinito poder e pelos meios que lhe aprouveram, nos quis transmitir e que nós podemos conhecer com segurança por sinais evidentes e que não deixam nenhum lugar à dúvida. E isto tanto melhor que essas espécies de leis, tendo o mesmo princípio, o mesmo autor que a lei eterna, não podem necessariamente deixar de se harmonizar com a razão e aperfeiçoar o direito natural:

além de que, aí encontramos incluído o magistério do próprio Deus que, para impedir que a nossa inteligência e a nossa vontade caíam no erro, as conduz a ambas e as guia com a mais benévola direcção.

Deixemos, pois, santa e inviolavelmente reunido aquilo que não pode nem deve ser separado, e que Deus nos encontre, em tôdas as coisas, segundo o ordena a própria razão natural, submissos e obedientes às suas leis.

Liberalismo do Estado Outros vão um pouco mais longe, mas sem serem mais conseqüentes consigo mesmos. Segundo estes querem, as leis divinas devem regular a vida e o modo de proceder dos particulares, mas não o dos Estados; e é permitido, nas coisas públicas, desviar-se das ordens de Deus e legislar sem as ter em conta alguma. Donde nasce esta perniciosa conseqüência da separação da Igreja e do Estado.

Mas o absurdo destas opiniões facilmente se compreende. É necessário, — a própria natureza o proclama — é necessário que a sociedade dê aos cidadãos os meios e as facilidades de passarem a sua vida segundo a honestidade, isto é, segundo as leis de Deus, pois que Deus é o princípio de toda a honestidade e de toda a justiça. Repugnaria, pois, absolutamente que o Estado pudesse desinteressar-se destas mesmas leis ou ir mesmo contra elas, fôsse no que fôsse.

Demais, aquêles que governam os povos devem certamente procurar à causa pública, pela sabedoria das suas leis, não somente as vantagens e os bens exteriores, mas também e principalmente os bens da alma.

Ora, para conseguir estes bens, nada mais eficaz pode imaginar-se do que essas leis de que Deus é o autor; e, por isso, aquêles que não querem, no governo dos Estados, ter em conta alguma as leis divinas, des-

viam realmente o poder político da sua instituição e da ordem prescrita pela natureza.

Mas há uma observação ainda mais importante e que Nós mesmo temos recordado mais duma vez em outros lugares: e é que o poder civil e o poder sagrado, conquanto não tenham o mesmo fim e não marchem pelos mesmos caminhos devem contudo encontrar-se algumas vezes, no desempenho das suas funções. Ambos, com efeito, exercem a sua autoridade sobre os mesmos súbditos e, mais duma vez, sobre as mesmas matérias, embora sob pontos de vista diferentes. O conflito, nesta ocorrência, seria absurdo e repugnaria inteiramente à infinita sabedoria dos conselhos divinos. Deve, portanto, necessariamente haver um meio, um processo para fazer desaparecer as causas de contestações e de lutas, e estabelecer o acôrdo na prática. E este acôrdo não é sem razão que foi comparado à união que existe entre a alma e o corpo, e isto para maior vantagem de ambos, pois a separação é particularmente funesta ao corpo, porque o priva da vida.

D — Liberdades modernas

Mas, para evidenciar melhor estas verdades é bom que consideremos separadamente as diversas espécies de liberdades que se dão como conquistas da nossa época.

Liberdade de cultos E primeiramente, a propósito dos indivíduos, examinemos esta liberdade tão contrária à virtude da religião, a *liberdade dos cultos*, como lhe chamam, liberdade que se baseia no princípio de que é lícito a cada qual professar a religião que mais lhe agrade, ou mesmo não professar nenhuma.

Mas, precisamente ao contrário, sem dúvida alguma, entre todos os deveres do homem, o maior e o mais santo é aquêlê que ordena ao homem que renda a Deus um culto de piedade e de religião. E êste dever não é senão uma conseqüência do facto de nós estarmos perpétuamente sob a dependência de Deus, governados pela vontade e pela providência de Deus, e de que, saídos dEle, devemos voltar a Ele.

— Deve-se acrescentar que nenhuma virtude digna dêste nome pode existir sem a religião, pois a virtude moral é aquela cujos actos têm por objecto tudo o que conduz a Deus considerado como nosso supremo e soberano bem; e por isso é que a religião que «pratica os actos tendo por fim directo e immediato a honra divina» (1), é a rainha e ao mesmo tempo a regra de tôdas as virtudes.

E se se pergunta qual, entre tôdas essas religiões opostas que têm curso, se deve seguir com exclusão das outras, a razão e a natureza unem-se para nos responder: a que Deus prescreveu e que é fácil de distinguir, graças a certos sinais exteriores pelos quais a divina providência a quis tornar reconhecível, pois que em coisa de tanta importância o êrro acarretaria conseqüências muito desastrosas. É por isto que oferecer ao homem a liberdade de que falamos, é dar-lhe o poder de desvirtuar impunemente o mais santo dos deveres, de o desprezar, abandonando o bem imutável para se voltar para o mal. Isto, já o dissemos, não é liberdade, mas uma depravação da liberdade, e uma escravidão da alma na abjecção do pecado.

Encarada sob o ponto de vista social, esta mesma liberdade querê que o Estado não renda culto algum a

(1) S. Tb. 2-2, q. 81, a 6.

Deus, ou que não autorize nenhum culto público; que nenhuma religião seja preferida a outra, que tôdas sejam consideradas como tendo os mesmos direitos, sem mesmo ter atenção para com o povo, até quando êsse povo faz profissão de catolicismo.

Mas, para que assim fôsse, seria necessário que realmente a comunidade civil não tivesse nenhum dever para com Deus, ou que, tendo-o, pudesse impunemente afastar-se dele: o que é igualmente e manifestamente falso. Com effeito, não se pode pôr em dúvida que a reunião dos homens em sociedade seja obra da vontade de Deus; e isto quer se considere em seus membros, na sua forma que é autoridade, na sua causa, ou em o número e importância das vantagens que ela procura ao homem.

Foi Deus quem fêz o homem para a sociedade e que o uniu aos seus semelhantes, a fim de que as necessidades da sua natureza, às quais os seus esforços isolados não poderiam dar satisfação, a possam encontrar na comunidade. Eis aí porque a sociedade civil como sociedade deve necessariamente reconhecer Deus como seu princípio e seu autor, e, por conseguinte, render ao seu poder e à sua autoridade a homenagem do seu culto.

Não: nem segundo a justiça, nem segundo a razão, o Estado não pode ser ateu, ou, o que viria a dar no ateísmo, estar animado a respeito de tôdas as religiões, como se diz, das mesmas disposições e conceder-lhes indistintamente os mesmos direitos.

— Visto pois que é necessário professar uma religião na sociedade, deve-se professar a única que é verdadeira e que se reconhece, sem dificuldade, pelo menos nos países católicos, pelos sinais de verdade que com tão vivo fulgor ostenta em si mesma.

Esta religião, os chefes de Estado a devem pois con-

servar e proteger, se querem, como é obrigação sua, prover prudente e útilmente aos interesses da comunidade. Pois o poder público foi estabelecido para utilidade daqueles que são governados, e conquanto êle não tenha por fim próximo senão conduzir os cidadãos à prosperidade desta vida terrestre, é contudo, para êle um dever não diminuir, mas pelo contrário aumentar, para o homem, a faculdade de atingir êsse bem supremo e soberano, no qual consiste a eterna felicidade dos homens: o que se torna impossível sem a religião.

Mas tudo isto já Nós o dissemos detalhadamente em outra parte.

A única observação que agora queremos fazer, é que uma liberdade dêste género é o que mais prejudica a liberdade verdadeira quer dos governantes quer dos governados. A religião, pelo contrário, é-lhe maravilhosamente útil, porque faz remontar ao próprio Deus a origem primária do poder; porque impõe com gravíssima autoridade aos príncipes a obrigação de não esquecerem os seus deveres, de não governarem com injustiça ou dureza, e de conduzirem os povos com bondade e quasi com um amor paternal.

Por outro lado, ela recomenda aos cidadãos a submissão ao poder legítimo como aos representantes de Deus; une-os ao Chefe do Estado pelos laços, não somente da obediência, mas do respeito e do amor, proibindo-lhes a revolta e tôdas as emprêsas que possam perturbar a ordem e a tranquillidade do Estado, e que, em resumo, dão ocasião a reprimir com restrições mais fortes a liberdade dos cidadãos.

Nada dizemos dos serviços prestados pela religião aos bons costumes, à própria liberdade. Um facto provado pela razão e que a história confirma, é que a liberdade, a prosperidade e o poder duma nação aumentam em proporção da sua moralidade.

Liberdade de linguagem E agora continuemos estas considerações a respeito da liberdade de exprimir pela *palavra* ou pela *imprensa* tudo o que se quiser.

Se esta liberdade não fôr justamente temperada, se ultrapassar os devidos limites e medidas, desnecessário é dizer que tal liberdade não é seguramente um direito.

O direito é uma faculdade moral, e, como dissemos e como se não pode deixar de repetir, seria absurdo crer que esta faculdade cabe naturalmente, e sem distinção nem discernimento, à verdade e à mentira, ao bem e ao mal. A verdade e o bem há o direito de os propagar no Estado com liberdade prudente, a fim de que possam aproveitar ao maior número; mas as doutrinas mentirosas, que são para o espírito a peste mais fatal, assim como os vícios que corrompem o coração e os costumes, é justo que a autoridade pública empregue tôda a sua solicitude para os reprimir, a fim de impedir que o mal alastre para ruína da sociedade.

Os extravios dum espírito licencioso que, para a multidão ignorante, se convertem facilmente em verdadeira opressão, devem justamente ser punidos pela autoridade das leis, não menos que os atentados da violência cometidos contra os fracos. E esta repressão é tanto mais necessária, quanto é impossível ou difficilimo à parte, sem dúvida, mais numerosa da população precaver-se contra êsses artificios de estilo e essas subtilidades de dialéctica, principalmente quando tudo isso lisonjeia as paixões.

Concedei a todos a liberdade de falar e escrever, e nada haverá que continue a ser sagrado e inviolável; nada será poupado, nem mesmo as verdades primárias, êsses grandes princípios naturais que se devem considerar como um nobre património comum a tôda a huma-

nidade. Assim, a verdade é, pouco e pouco, invadida pelas trevas e vê-se, o que muitas vezes sucede, estabelecer-se com facilidade a dominação dos erros mais perniciosos e mais diversos.

Tudo o que a licença então ganha perde a liberdade; pois ver-se-á sempre a liberdade crescer e consolidar-se à medida que a licença seja mais refreada. — Mas se se trata de matérias livres, que Deus deixou entregues às disputas dos homens, a todos é permitido emitir sobre elas a sua opinião e exprimi-la livremente. A natureza não se opõe a isto, porque com esta liberdade os homens não são levados a oprimir a verdade, antes é ela muitas vezes ocasião de a procurar e fazê-la conhecer.

Liberdade de ensino Quanto ao que chamam *liberdade de ensino*, também não é preciso julgá-la por modo diverso. Só a verdade deve penetrar nas almas, pois que é só nela que as naturezas inteligentes encontram o seu bem, o seu fim, a sua perfeição. Por isso, o ensino só deve ter por objecto coisas verdadeiras, e isto quer se dirija aos ignorantes quer aos sábios, a fim de que leve a uns o conhecimento da verdade, e nos outros a fortaleza. Por este motivo, o dever de todo aquêle que se dedica ao ensino é, sem contradição, extirpar o erro dos espíritos e opor fortes protecções à invasão das falsas opiniões.

É pois evidente que a liberdade de que estamos tratando, arrogando-se o direito de tudo ensinar a seu modo, está em contradição flagrante com a razão e nasceu para produzir um transtórno completo nos espíritos.

O poder público não pode consentir tal licença na sociedade senão com desprezo do seu dever. Tanto mais verdade é isto, que todos sabem do quanto pêso é

para os ouvintes a autoridade do professor, e quão raro é que um discípulo possa julgar por si mesmo da verdade do ensino do mestre. Eis aí porque também a liberdade, para que seja honesta, tem necessidade de ser restringida em determinados limites. É, pois, necessário que a arte do ensino não possa impunemente converter-se num instrumento de corrupção.

Objecto do ensino Ora a verdade, que deve ser o único objecto do ensino, é de duas espécies: a verdade natural e a sobrenatural.

As verdades naturais, às quais pertencem os princípios da natureza e as conclusões próximas que deles deduz a razão, constituem como que o património comum do género humano; são como que o sólido fundamento sobre que assentam os costumes, a justiça, a religião e a própria existência da sociedade humana; e seria desde logo a maior das impiedades, a mais deshumana das loucuras, deixá-las violar e destruir impunemente.

Mas é necessário pôr não menos escrúpulo em conservar o grande e sagrado tesouro das verdades que o próprio Deus nos fêz conhecer.

Por um grande número de argumentos luminosos, muitas vezes repetidos pelos apologistas, foram estabelecidos certos pontos principais de doutrina, por exemplo: há uma revelação divina; o Filho único de Deus fez-se homem para dar testemunho da verdade; por Ele foi fundada uma sociedade perfeita, isto é, a Igreja, de que Ele mesmo é o Chefe e com a qual prometeu estar até à consumação dos séculos. A esta sociedade quis Ele confiar tôdas as verdades que ensinara, com a missão de as guardar, de as desenvolver com autoridade legítima; e, ao mesmo tempo, ordenou a tôdas as nações que obedecessem aos ensinamentos da sua Igreja

como a Ele mesmo, sob pena de perda eterna para aquêles que isto transgredissem.

Magistério de Deus Daqui ressalta claramente que o melhor e mais seguro mestre, para o homem, é Deus, fonte e princípio de tôda a verdade; é o Filho único que vive no seio do Pai, caminho, verdade, vida e luz verdadeira que esclarece todos os homens; é Deus, fonte e princípio de todo o homem, e cujos ensinamentos devem ter por discípulos todos os homens: *E eles serão todos ensinados por Deus* (1).

Magistério da Igreja Mas para a fé e regra dos costumes Deus fêz a Igreja participe do seu divino magistério e concedeu-lhe o divino privilégio da infalibilidade. Eis aí porque ela é grande e segura mestra dos homens e tem em si um direito inviolável à liberdade de ensinar. E, de facto, a Igreja, que nos ensinamentos recebidos do Céu encontra o seu próprio sustentáculo, nada tem tido tanto a peito como desempenhar religiosamente a missão que Deus lhe confiou, e, sem se deixar intimidar pelas dificuldades que, por tôda a parte, a cercam, não tem cessado em tempo algum de combater pela liberdade do seu magistério. Foi por êste meio que todo o mundo, liberto da miséria das suas superstições, encontrou na sabedoria cristã a sua regeneração.

Mas se é verdade, como a própria razão o diz claramente, que entre as verdades divinamente reveladas e as verdades naturais não pode haver real opposição, de sorte que tôda a doutrina que contradiga aquelas será necessariamente falsa, segue-se que o divino magistério da Igreja, longe de pôr obstáculos ao amor do saber e

(1) Jo. 6, 45.

ao desenvolvimento das ciências, ou de retardar por qualquer modo o progresso da civilização, é, pelo contrário, para estas coisas, uma vivíssima luz e uma segura protecção. E, por esta mesma razão, o próprio aperfeiçoamento da liberdade humana aproveita não pouco com a sua influência, segundo a máxima de Jesus Cristo Salvador, que o homem se torna livre pela verdade: *Conhecereis a verdade e a verdade vos fará livres* (1).

— Não há, pois, motivo para que a ciência verdadeira, digna dêste nome, se irrite contra as leis justas e necessárias, que devem regular os ensinamentos humanos, como o reclamam acordes a Igreja e a razão.

Há mais: e é, que a Igreja, dirigindo principalmente e especialmente a sua actividade para a defesa da fé cristã, applica-a também em favorecer o gosto das ciências humanas e o seu progresso, porque os bons estudos em si mesmos têm alguma coisa de bom, de louvável, de desejável; e, demais, tôda a ciência, que é fruto da recta razão e que corresponde à realidade das coisas, é duma utilidade não medíocre até para esclarecer as verdades reveladas. E de facto, que imensos serviços a Igreja não prestou com o admirável cuidado com que conservou os monumentos da ciência antiga, com os asilos que abriu, por tôda a parte, às ciências, com o estímulo que sempre deu a todos os progressos, favorecendo dum modo particular as próprias artes que fazem a glória da civilização da nossa época!

— Emfim, é necessário não esquecer que ainda há imenso campo aberto em que a actividade humana pode dilatar-se e exercer-se livremente a razão: referimo-Nos às matérias que não têm uma conexão necessária com

(1) Jo. 8, 32.

a doutrina da fé e dos costumes cristãos, ou sôbre as quais a Igreja, não usando da sua autoridade, deixa aos sábios tôda a liberdade de suas opiniões.

— Por estas considerações vê-se como os partidários do *Liberalismo* se entendem acêrca dêste ponto, e como se lhes afigura esta liberdade que reclamam e proclamam com igual ardor. Por um lado, atribuem a si mesmos, assim como ao Estado, uma licença tal que não há opinião, por mais perversa que seja, à qual não abram a porta e não dêem livre passagem; por outro, suscitam à Igreja obstáculos sôbre obstáculos, encerrando a liberdade dela nos limites mais estreitos que podem, quando aliás nenhum inconveniente há a reccar dos ensinamentos da Igreja, e antes se devem esperar deles as maiores vantagens.

Liberdade de consciência Uma outra liberdade que também muito alto se proclama, é aquela a que dão o nome de *liberdade de consciência*.

Se por isto se entende que cada qual pode indifferentemente, a seu belprazer, prestar ou deixar de prestar um culto a Deus, os argumentos acima apresentados bastam para a sua refutação.

Mas pode-se tomar também no sentido de que o homem, no Estado, tem o direito de seguir, segundo a consciência do seu dever, a vontade de Deus, e de cumprir os seus preceitos, sem que ninguém possa impedi-lo. Esta liberdade, a verdadeira liberdade, digna dos filhos de Deus, que protege tão gloriosamente a dignidade da pessoa humana, está acima de tôda a opressão e de tôda a violência, e foi sempre o objecto dos votos da Igreja e do seu particular affecto.

Foi esta liberdade que os apóstolos reivindicaram com tanta constância, que os apologistas têm defendido nos seus escritos, que uma multidão inumerável de márti-

tiros consagraram com o seu sangue. E êles tiveram razão: o grande e justíssimo poder de Deus sôbre os homens, e, por outro lado, o grande e supremo dever dos homens para com Deus encontram ambos nesta liberdade cristã um brilhante testemunho. Ela nada tem de comum com disposições facciosas e rebeldes, e de nenhum modo se poderá apresentá-la como refractária à obediência devida ao poder público; pois, ordenar e exigir obediência às leis é um direito do poder humano sômente emquanto êste não está em desacôrdo com o poder divino, e se contém dentro dos limites que Deus lhe marcou. Ora quando dá uma ordem que está em aberta contradição com a vontade divina, então o poder humano afasta-se muito dêsses limites, e, com o mesmo golpe, põe-se em conflito com a autoridade divina: portanto, é então justo não obedecer.

Mas os partidários do *Liberalismo*, que ao mesmo tempo que assacam à Igreja um poder despótico e sem limites, proclamam que não é preciso ter Deus em conta alguma no modo de nos conduzirmos na vida, desconhecem absolutamente esta liberdade de que falamos e que está intimamente unida à honestidade e à liberdade; e tudo quanto se faz para a conservar, êles o consideram como feito em detrimento e contra o Estado. Se o que dizem fôsse verdade, não haveria dominação, por tirânica que fôsse, que se não devesse aceitar e sofrer.

O mais vivo desejo da Igreja será, sem dúvida, ver entrar em tôdas as ordens do Estado e receberem nêle applicação estes princípios cristãos que acabamos de expor sumariamente; porque êles possuem uma efficácia maravilhosa para curar os males do tempo presente, êsses males cujo número e gravidade se não podem dissimular, e que em grande parte são filhos dessas liberdades tão decantadas, e nas quais se havia querido

ver encerrar os germens da salvação e da glória. Esta esperança foi desmentida pelos factos. Em lugar de frutos doces e salutareos vieram frutos amargos e envenenados. Se se procura o remédio, busque-se na recordação das sãs doutrinas, únicas de que se pode esperar confiadamente a conservação da ordem e, por isso mesmo, a garantia da verdadeira liberdade.

— Todavia, em sua apreciação maternal, a Igreja tem em conta o pêso acabrunhador da fraqueza humana e não ignora o movimento que na nossa época arrasta os espiritos e as coisas. Por estes motivos, não concedendo direitos senão àquilo que é verdadeiro e honesto, a Igreja ainda assim não se opõe à tolerância de que os poderes públicos crêem poder usar a respeito de certas coisas contrárias à verdade e à justiça, em face dum mal maior a evitar, ou dum maior bem a obter ou conservar.

O próprio Deus em sua Providência, conquanto infinitamente bom e onnipotente, permite não obstante a existência de certos males no mundo, ou seja para não impedir bens maiores ou seja para evitar maiores males.

Convém, na governação dos Estados, imitar Aquêlê que governa o mundo. Mais ainda: reconhecendo-se impotente para impedir todos os males particulares, a autoridade dos homens deve permitir e deixar impunes muitas coisas que não obstante atraem com justo motivo a vindicta da Providência divina (1).

Todavia, se nestas conjunturas, com a mira no bem comum e só por êste motivo, a lei dos homens pode e mesmo deve tolerar o mal, contudo nunca ela pode nem deve aprová-lo nem querê-lo em si mesmo, pois que o

mal, sendo de si mesmo a privação do bem, é oposto ao bem comum que o legislador deve querer e defender do melhor modo que possa. E ainda nisto a lei humana deve propor-se imitar a Deus que, deixando existir o mal no mundo, *não quer nem que o mal suceda, nem que o mal não suceda, mas quer permitir que o mal suceda. E isto é bom* (1). Esta sentença do Doutor Angélico contém, numa fórmula breve, tôda a doutrina sobre a tolerância do mal.

— Mas é necessário reconhecer, para que o nosso juízo fique exacto, que quanto mais preciso fôr tolerar o mal em um Estado, mais longe estão da perfeição as condições dêsse Estado; e, além disto, que a tolerância do mal, pertencendo aos princípios da prudência política, deve ser rigorosamente circumscrita aos limites exigidos pela sua razão de ser, isto é, pela salvação pública. E por isso, se ela é nociva à salvação pública ou se é para o Estado causa dum mal maior, a consequência é que deixa de ser lícita, porque nestas condições falta a razão do bem.

Mas se, em vista duma condição particular do Estado, a Igreja condescende com certas liberdades modernas, não é porque as prefira em si mesmas, mas porque toma como expediente o permiti-las e espera que a situação se vá melhorando, para cujo fim usará evidentemente da sua liberdade, empregando todos os meios, persuasões, exortações e rogos, para desempenhar, como é seu dever, a missão que recebeu de Deus, que é proporcionar aos homens a salvação eterna. Em todo o caso fica sempre de pé uma verdade, e é que essa liberdade concedida indiferentemente a todos e para tudo, não é desejável por si mesma, como muitas

(1) S. Agost. De lib. arb., lib. 1, cap. 6, núm. 14.

(1) S. Th. p. 1, qu. 19, a. 9 ad 3.

vezes o temos repetido, pois que repugna à razão que o falso e o verdadeiro tenham os mesmos direitos.

E no que toca à *tolerância*, é estranho ver quanto se distanciam da equidade e da prudência da Igreja aquêles que professam o *Liberalismo*.

Com efeito, concedendo aos cidadãos, em todos os pontos de que acabamos de falar, uma liberdade sem limites, ultrapassam dum salto a medida, e chegam ao ponto em que parece não haver mais atenções com a virtude e a verdade do que com o êrro e o vício. E quando a Igreja, coluna e sustentáculo da verdade, mestra incorruptível dos costumes, crê seu dever protestar enêrgicamente contra uma *tolerância* tão cheia de desordens e de excessos, e impedir o criminoso uso dela, accusam-na êles de faltar à paciência e à delicadeza. Procedendo assim, nem sequer advertem que querem fazer um crime imputado à Igreja daquilo precisamente que nêles é mérito.

De resto muitas vezes sucede que estes grandes defensores da tolerância são duros e intransigentes na prática, quando se trata do catolicismo: pródigos de liberdades para todos, recusam muitas vezes deixar à Igreja a sua liberdade.

E — Recapitulando

Os sistemas liberais Mas para recapitular com brevidade, e para maior clareza de todo êste discurso com suas conseqüências, Nós dizemos, em resumo, que o homem deve necessariamente permanecer todo inteiro em uma dependência real e incessante a respeito de Deus, e que, por conseqüência, é absolutamente impossível compreender a liberdade do homem sem a submissão a Deus e a sujeição à sua vontade.

Negar esta soberania de Deus ou recusar a submissão a ela, não é liberdade, é abuso da liberdade e revolta; e é precisamente duma tal disposição da alma que se constitue e que nasce o vício capital do *Liberalismo*.

De resto podem-se distinguir muitas espécies de liberalismo, porque existem para a vontade mais duma forma e mais dum grau na recusa da obediência devida a Deus ou àqueles que participam da sua autoridade divina.

A insurreição completa contra o império supremo de Deus e recusar-lhe absolutamente tôda a obediência, quer seja na vida pública, quer na vida particular e doméstica, é a um tempo, sem dúvida alguma, a maior depravação da liberdade e a pior espécie de *liberalismo*. É sobre ela que devem cair, sem restrição, tôdas as censuras que até aqui temos formulado.

Imediatamente depois vem o sistema daqueles que, concedendo que se deve depender de Deus, autor e senhor do universo, pois que tôda a natureza é regida pela sua Providência, ousam repudiar as regras da fé e da moral que, ultrapassando a ordem da natureza, nos vêm da própria autoridade de Deus; ou pretendem, pelo menos, que não é preciso tê-las em conta, principalmente nos negócios públicos do Estado.

Qual a gravidade do seu êrro e quão pouco de acôrdo estão consigo mesmos, também o vimos acima. É esta doutrina que deriva, como da sua fonte e princípio, o pernicioso êrro da separação da Igreja e do Estado; quando, pelo contrário, é manifesto que estes dois poderes, embora diferentes na sua missão e na sua dignidade, devem todavia entender-se na concórdia da sua acção e na reciprocidade dos seus bons officios.

A êste êrro, como a um género, se liga uma dupla opinião. — Muitos, com efeito querem uma separação radical e total entre a Igreja e o Estado: consideram estes que, em tudo o que diz respeito ao govêrno da

sociedade humana, nas instituições, nos costumes, nas leis, nas funções públicas, na instrução da juventude, se não deve fazer caso da Igreja como se ela não existisse; apenas deixam aos membros individuais da sociedade a faculdade de cumprirem particularmente, se quizerem, os deveres da religião.

Contra estes conservam toda a sua força os argumentos pelos quais refutamos a opinião da separação da Igreja e do Estado, com a agravante de que é completamente absurdo que a Igreja seja, ao mesmo tempo, respeitada pelo cidadão e desprezada pelo Estado.

Os outros não põem em dúvida a existência da Igreja, o que lhes seria impossível, mas tiram-lhe o carácter e os direitos próprios duma sociedade perfeita, e querem que o seu poder, privado de toda a autoridade legislativa, judicial e coerciva, se limite a dirigir pela exortação e pela persuasão aquêles que de bom grado e por sua própria vontade se submetem a ela.

E assim, nesta teoria, o carácter desta divina sociedade é completamente desvirtuado, a sua autoridade, o seu magistério, numa palavra toda a sua acção é diminuída e restringida, ao mesmo tempo que a acção e a autoridade do poder civil é por êles exagerada até ao ponto de quererem que a Igreja de Deus, como qualquer outra associação voluntária, seja colocada sob a dependência e dominação do Estado.

— Para os convencer de erro, os apologistas têm empregado poderosos argumentos que Nós mesmo não deixamos no olvido, principalmente na Nossa Encíclica *Immortale Dei*; e deles se conclue que, pela vontade de Deus, a Igreja possui todas as qualidades e todos os direitos que caracterizam uma sociedade legítima, superior e em todos os pontos perfeita.

Muitos, finalmente, não aprovam esta separação da Igreja e do Estado, mas julgam que é necessário indu-

zir a Igreja a ceder às circunstâncias, fazer com que ela se acomode e se preste ao que reclama a prudência destes tempos na governação das sociedades. Esta opinião é boa quando entendida dum certo modo equitativo de proceder, conforme com a verdade e com a justiça, a saber: que a Igreja, na expectativa dum grande bem, se mostre indulgente e conceda às circunstâncias do tempo o que pode conceder sem violar a santidade da sua missão.

Mas succede o contrário com as práticas e doutrinas que a relaxação dos costumes e os erros correntes introduziram contra o direito. Não pode haver época alguma sem religião, verdade e justiça; grandes e santas coisas que Deus colocou sob a guarda da Igreja, à qual desde então seria estranho pedir que deixe passar sem reparo o que é falso ou injusto, ou que se torne conivente com o que pode prejudicar a religião.

Últimas conclusões Destas considerações segue-se, portanto, que de nenhum modo é permitido pedir, defender ou conceder sem discernimento a liberdade de pensamento, de imprensa, de ensino, de religião, como se fôsem outros tantos direitos que a natureza conferisse ao homem. Se em verdade a natureza os houvesse conferido, haveria o direito de nos subtrairmos à soberania de Deus, e nenhuma lei poderia moderar a liberdade humana.

— Segue-se também que estas diversas espécies de liberdade podem, por justas causas, ser toleradas, tanto que uma justa moderação as impeça de degenerarem até à licença e à desordem.

— Finalmente, nos países em que os usos puseram estas liberdades em vigor, os cidadãos devem servir-se delas para fazer o bem e ter a respeito delas os mesmos sentimentos que a Igreja tem; porque uma liberdade

não se deve reputar legítima se não quando aumenta a nossa faculdade de fazer o bem. Fora disto, nunca.

Quando se está sob uma dominação que tem a sociedade debaixo da pressão duma violência injusta ou que priva a Igreja da liberdade legítima, ou quando se está ameaçado dessa dominação, é permitido buscar outra organização política sob a qual se possa proceder com liberdade. Com efeito, neste caso o que se reivindica não é essa liberdade sem medida e sem regra, mas sim um certo alívio para bem de todos; e o que se procura unicamente é chegar a que, onde toda a licença é dada ao mal, não se ponham obstáculos à prática do bem.

Além disto, preferir para o Estado uma constituição temperada pelo elemento democrático não é contrário ao dever, com a condição todavia de que se respeite a doutrina católica sobre a origem e o exercício do poder público. Das diversas formas de governo, contanto que sejam em si mesmas aptas para proporcionar o bem aos cidadãos, a Igreja não rejeita nenhuma, mas quer, e a natureza põe-se de acordo com ela para o exigir, que a sua instituição não viole o direito de ninguém e respeite particularmente os direitos da Igreja.

É louvável tomar parte na administração dos negócios públicos, a menos que em certos lugares, por circunstâncias particulares de coisas e de tempo, se não imponha outro modo de proceder.

A Igreja mesma aprova que todos unam os seus esforços para o bem comum, e que cada um, segundo a sua possibilidade, trabalhe para a defesa, conservação e aumento da coisa pública.

A Igreja também não condena que se restaure o país contra o poder estrangeiro ou contra um déspota, contanto que isto se possa fazer sem violar a justiça.

Finalmente, muito menos ela censura aqueles que trabalham para dar aos municípios o benefício de se

regerem pelas suas próprias leis, e aos cidadãos todas as facilidades para o aumento do seu bem estar.

Para todas as liberdades civis isentas de excesso, a Igreja teve sempre o costume de ser uma fidelíssima protectora, o que é atestado especialmente pelas cidades italianas, que encontraram sob o regime municipal a prosperidade, o poder e a glória, quando a influência salutar da Igreja, sem encontrar oposição alguma, penetrava todas as partes do corpo social.

EPÍLOGO

Estes ensinamentos, inspirados pela fé e pela razão unidas, e que o dever do Nosso cargo apostólico Nos levou a transmitir-vos, Veneráveis Irmãos, serão úteis a um grande número, temos nisto confiança, graças principalmente à união dos vossos esforços com os Nossos.

— Pela Nossa parte, na humildade do Nosso coração, elevamos para Deus as Nossas vistas suplicantes, rogando-lhes instantemente que se digne espalhar entre os homens a luz da sabedoria e do seu conselho, a fim de que pela virtude destas graças eles possam ver a verdade em pontos duma tal importância, e que em todas as conjunturas, como é razoável, e com uma inquebrantável constância saibam conformar a sua vida particular e pública com a mesma verdade.

Com o penhor dos favores celestiais e em prova da Nossa benevolência, Nós vos concedemos, com um terno afecto, a Vós, Veneráveis Irmãos, assim como ao clero e ao povo de que cada um de vós tem a direcção, a Bênção Apostólica no Senhor.

Dada em Roma, junto de S. Pedro, a 20 de Junho do ano de 1888, undécimo do Nosso Pontificado.

LEÃO XIII, PAPA.

II

Protesto dos Católicos de Santarém

Como crentes e como cidadãos, como filhos duma Pátria que foi grande, pela fé dos nossos guerreiros e pelo heroísmo dos nossos santos; como habitantes duma cidade que timbrou sempre em manter foros de culta e civilizada, vimos levantar bem alto o nosso protesto, sincero e sentido, enérgico e vibrante, contra o ignóbil cortejo que, na noite de 24 do corrente, percorreu as principais ruas da cidade de Santarém, com a tolerância dos representantes da autoridade.

Nesse cortejo macabro eram exibidos com uma irreverência própria de selvagens, os objectos que alguns carbonários capitaneados, segundo consta, por António Fialho, regedor da freguezia do Salvador, António Ganto e outro indivíduo vulgarmente conhecido pelo Francisco do Cemitério, tinham ido arrebataram furtivamente na ante-véspera à noite à freguezia da Fátima, próximo de Vila Nova de Ourém, no local a que no dia 13 dêste mês, concorreram, na attitude mais pacifica, ordeira e correcta, cerca de cinqüenta mil pessoas de tôdas as classes e condições sociais e dos pontos mais distantes e opostos do país. Perante uma população inteira, assombrada, à vista de tão vil degradação, do sentimento moral de meia dúzia de indivíduos que são verdadeiras pústulas do organismo duma sociedade, desfilou êsse arremêdo hediondo de procissão religiosa, em que a veneranda cruz do Redentor, que cobre, com a sua sombra protectora, as sepulturas de nossos avós e

a augusta imagem da Virgem que, em tôdas as épocas da História pairou sempre como uma bênção, sôbre os destinos da nossa nacionalidade, foram alvo dos mais infames sacrilégios e das mais insólitas e horrendas profanações.

A ladainha da Virgem, cujo nome é a esperança e conforto dos nossos soldados que se estão batendo, como heróis, no campo da batalha, era entoada, com voz escarninha e avinhada, pelos energúmenos que compunham a satânica bacanal.

Não há memória dum atentado tão abjecto e repugnante contra as crenças do povo e contra as tradições e a dignidade duma população que se preza de bem educada e de respeitadora das crenças alheias!

Ai de nós se não erguêssemos altivamente o nosso protesto indignado contra tão inaudita provocação!

Ai de nós se não repelissemos com a maior energia das nossas almas tôda e qualquer solidariedade com os miseráveis promotores e autores de tão horrível paródia!

Ai de nós se não traduzíssemos de um modo bem público e bem solene a amargura que dilacera os nossos corações, em face da inqualificável injúria infligida à Religião dos nossos maiores, que é também a nossa, e ao brio e pundonor dos habitantes desta cidade, que alguns garotos de pé descalço pretendem, á viva fôrça, fazer passar por intolerante, fanática e selvagem!

Se o não fizéssemos, se não desagrávássemos as nossas crenças e a nossa dignidade vilipendiadas daríamos jus a nacionais e estrangeiros para que nos considerassem os mais cobardes e os mais desprezíveis de todos os portugueses.

Bem dita a Religião, que fez grande e gloriosa a nossa Pátria e que é o conforto da imensa maioria dos portugueses nas agruras da vida individual e nas calamidades públicas!

Bem dita a Cruz de Cristo que outrora tremulava ovante no tôpo dos mastros das nossas caravelas, quando iam conquistar novos mundos para a fé e para o convívio dos povos civilizados!

Bem dita a Virgem, excelsa Padroeira de Portugal, que, através de tôdas as desgraças e provações velou sempre com materna solicitude pela sorte da nossa querida Pátria e pela realização dos seus destinos imortais!

Deus perdoe aos ímpios sem delicadeza e sem educação que, dominados por uma raiva de precitos tão cega como impotente, blasfemam alvarmente do seu nome adorável, e não permita que a sua justiça fulmine os terríveis castigos que os sacrilégios e as profanações públicas costumam atrair sôbre as nações que tais crimes consentem.

Santarém, 28 de Outubro de 1917.

UM GRUPO DE CATÓLICOS.

III

Carta de S. S. Bento XV

Ao Nosso Amado Filho António, Cardeal Presbítero da Santa Igreja Romana, Mendes Belo, Patriarca de Lisboa e a todos os Veneráveis Irmãos, Arcebispos e Bispos de Portugal.

BENTO XV, PAPA.

**Dilecto Filho e Veneráveis Irmãos,
Saúde e Bênção Apostólica.**

No meio das angústias presentes, foi-Nos sobremaneira agradável a carta que nos enviastes no mês de Fevereiro último, por ocasião da vossa reunião em Lisboa, dando testemunho da vossa fé e devoção para com esta Sé Apostólica.

Por essa carta ficamos conhecendo também com grande prazer os vossos sentimentos de gratidão pela promulgação, feita há pouco, do Código do Direito Canónico, do qual tantos e tão bons frutos há direito a esperar, no que respeita à disciplina eclesiástica e à salvação das almas.

Foi-Nos, porém, de um modo especial agradável a notícia que nos destes de que a causa católica em Portugal começava a melhorar um pouco, causa que, há muito tempo, a todos inspirava tantos cuidados e solicitude. Realmente, durante os últimos sete anos, vimos desprezados e violados os sacrossantos direitos da religião católica: não só se fez a execrável Lei da Separação da Igreja do Estado sem consulta, e contra a von-

tade do povo português que, na sua grande maioria, professa a fé católica de seus maiores e é especialmente dedicado a esta Sé Apostólica, como até cresceu a tal ponto o ódio contra a Igreja que lhe impediram e tolheram a faculdade de exercer o culto divino, coagindo-a de maneira intolerável.

São de todos conhecidos os gravíssimos danos que derivaram para a causa da religião em Portugal dessa Lei duramente aplicada. Nós, porém, nunca julgamos que um tal estado de coisas, apoiado só na violência, pudesse ser duradouro; nem perdemos nunca a esperança de que a causa católica nessa Nação, por Nós tão amada, havia de melhorar. Dava-Nos esta esperança, em primeiro lugar, a devoção ardente para com a Virgem Imaculada, devoção com que tanto se nobilita essa porção do rebanho do Senhor, e que bem merecia de certo uma singular protecção da divina Mãe.

Também nos dava grande motivo de esperança o ver que Vós, sofrendo perseguições por Deus e pela Justiça, destes sempre admiráveis provas de zelo pastoral e fortaleza cristã, mostrando a vossa prudência principalmente na Carta Pastoral de 20 de Janeiro último, a que na mesma carta vos referis.

Confiamos, portanto, muito consolado pelo que Nos escreveis, que, havendo perfeita harmonia da parte do clero e povo fiel com a vossa perseverante direcção, e permanecendo firmes em tudo o mais, aproveitando a experiência do passado, com a protecção especial da Virgem Imaculada, a Igreja, dentro em pouco restituída à sua antiga dignidade, há-de exercer livremente os seus sacrossantos direitos e gozar das suas legítimas prerogativas. Isto há-de contribuir deveras para a plena reconciliação do Estado com a Igreja, reconciliação que está no ânimo de todos e que há-de trazer ao povo português maior grandeza e prosperidade.

Como penhor dos dons divinos e testemunho da Nossa particular benevolência, concedemos a Bênção Apostólica, affectuosamente, a vós, dilecto Filho Nosso e Veneráveis Irmãos, e a todo o povo português.

Dada em Roma, junto de S. Pedro no dia 29 de Abril de 1918, ano quarto do Nosso Pontificado.

BENTO XV, PAPA.

IV

Portugal aos Pés de Maria

Após a publicação da Pastoral do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor Bispo de Leiria, em Outubro de 1930 — 13 anos após as Aparições — resolveram os Ex.^{mos} e Rev.^{mos} Prelados Portugueses ir em peregrinação a Fátima agradecer a Nossa Senhora as graças que Ela trouxe a Portugal, descendo à Cova da Iria, e consagrar-lhe a nossa Pátria tão devastada pela peste do liberalismo dos últimos tempos e tão horrivelmente ameaçada, naquela hora, pela última tempestade desencadeada pelo vendaval pseudo-libertário.

Escolheu-se para isso o dia 13 de Maio de 1931. Iria nesse dia a Fátima uma grandiosa peregrinação nacional e, à frente dela, todos os Bispos do país. Seria Portugal inteiro aos Pés da Imaculada Rainha dos Céus, Nossa Senhora da Fátima.

Assim aconteceu. O dia 13 de Maio de 1931 ficou registado com letras de ouro nos anais da Fátima. Foi um dia de glória para Nossa Senhora de Fátima e de triunfo para Portugal.

Arquivamos aqui o Apêlo que, em nome do Episcopado Português, o Em.^{mo} Senhor Cardeal Patriarca fez ao país antes da Peregrinação, as palavras que dirigiu aos peregrinos momentos antes da Consagração, bem como o Acto de Consagração de Portugal a Nossa Senhora da Fátima.

A — Apêlo de Sua Eminência

Que vão fazer a Fátima no próximo dia 13 de Maio os Bispos de Portugal?

Vão agradecer oficialmente, como Pontífices do povo, a graça que Nossa Senhora lhe fez de descer até junto dele.

A Rainha do Céu baixou à terra — que desde o começo já era dEla: Terra de Santa Maria — e pôs o seu trono de misericórdia em Fátima, donde a todos mostra Jesus, o Salvador do mundo.

Fátima tornou-se em certo modo a nova Belém lusitana: aí se dignou aparecer a Mãe de Deus, para dar, por esta especial manifestação de graça, seu Filho Jesus ao nosso Portugal devastado pelo tufão anti-cristão.

Depois de se ter pronunciado, após longo e escrupuloso exame, a Autoridade competente, que é o Bispo da feliz Diocese das aparições, já não há lugar para qualquer reserva por parte dos Chefes espirituais da Nação portuguesa.

Representantes consagrados e oficiais de Deus e do povo cristão, a sua voz era necessária no côro de acção de graças, para que este tenha verdadeiro carácter católico e nacional.

Os Bispos de Portugal vão a Fátima para agradecer a Nossa Senhora a sua visita à terra portuguesa. E consagrar-lhe-ão, em homenagem de filial devoção, a nossa Pátria, a fim de que a Rainha do Céu a guarde e proteja como coisa sua.

† M., CARDEAL PATRIARCA.

B — Alocução de Sua Eminência

Os Bispos de Portugal, os vossos pastores, reuniram-se hoje aqui, para agradecer a Nossa Senhora da Fátima a visita que se dignou fazer à nossa terra.

Para que seja completa esta cerimónia de acção de graças, eles vão consagrar os seus trabalhos e os destinos de Portugal ao Coração Imaculado de Maria. A consagração ao Coração Imaculado de Maria é o complemento da consagração nacional ao Sagrado Coração de Jesus, feita pelo episcopado português.

Cristãos: Nossa Senhora, descendo a Fátima, fez dela como que a nova Belém portuguesa. Se a Virgem Maria em Belém deu a Jesus ao mundo, Jesus que é verdade, vida, perdão e paz, descendo a Fátima como que nos fez uma nova doação de seu Filho. Fátima tornou-se um santuário nacional de onde Ela repete a todos nós: — Fazei tudo que meu Filho vos disser.

Mãe de Deus, nós não recebemos a Jesus senão por seu intermédio, senão pelas suas mãos. O seu Coração e o Coração de Jesus estão tão unidos que o dEla é bem o reflexo do de Jesus. Jesus vive no seu peito como Eucaristia sem véu. É pois, necessário que quem quere ir a Jesus, vá a Maria.

A consagração que de Portugal inteiro os Pastores aqui reunidos vão fazer é um complemento da consagração, que há três anos fizeram ao Coração Santíssimo de Jesus. A fórmula então recitada, e todos os anos renovada, já invocava a Maria para que Jesus viesse por Ela.

Já que não somos puros e santos, hóstias santas a oferecer ao Pai Eterno, confiemo-nos nas suas mãos maternais, para que nos apresente, nos lave e purifi-

que no seu sangue, e, tornados hóstia pura, santa, immaculada, nos ofereça de novo a seu Filho a quem é devida tôda a honra, todo o louvor e tôda a glória, por todos os séculos dos séculos.

C — O acto da consagração

Nossa Senhora da Fátima, que vos dignastes descer à nossa terra, como a bemdita estrêla da manhã que anuncia depois da cerração da noite a aurora da luz e da esperança, elevando aqui o vosso trono de misericórdia para repetir a Portugal inteiro o que disseste em Caná: «Fazei tudo o que o meu Filho vos disser!», para achardes perdão, paz e felicidade:

Vós que aqui vos manifestastes a olhos inocentes sob a tríplice invocação de Senhora do Rosário, das Dores e do Carmo como se nos quisésseis mostrar que é na imitação dos mistérios da vida de Jesus que, o vosso Rosário recorda, que nos tornaremos semelhantes a Ele; e na compaixão das vossas Dores que aprenderemos o horror ao pecado e o amor à mortificação; e na oração e na penitência da mística montanha do Carmo que nos purificaremos e alcançaremos misericórdia:

Senhora do Rosário, cujo coração é a fiel imagem do Coração de Vosso Filho, pois nêle vivestes tão íntima e perfeitamente a vida de Jesus, que o Salvador brilha no vosso peito como uma Eucaristia sem véus, sendo certo que é por vós que se chega a Jesus:

Senhora das Dores, cujo coração foi trespassado por um gládio de dor, sofrendo nêle todos os sofrimentos de Vosso Filho, a fim de que com o preço do Seu sangue e das vossas lágrimas obterdes misericórdia para nós e nos livrardes do fogo do inferno.

Senhora do Carmo, cujo coração maternal não esquece nenhum dos seus filhos, anseia por os reunir a todos no Paraíso, mesmo os que nós já esquecemos, aliviando as almas do Purgatório, especialmente as mais abandonadas:

Os Pastores escolhidos por Vosso Filho para guardarem e apascentarem em Seu nome as ovelhas que êle adquiriu com o Seu sangue, nesta terra de Santa Maria cujo nome se não pode pronunciar sem pronunciar o Vosso, vêm hoje solenemente consagrar-vos, como os representantes ungidos e oficiais dos seus rebanhos, a Nação Portuguesa ao Vosso Coração Imaculado, num acto de filial vassalagem de fé, amor e confiança — a fim de que Vós, tomando-a de nossas mãos frágeis nas Vossas, a defendais e guardeis como coisa própria vossa, fazendo que nela reine, vença e impere Jesus, fora do qual não há salvação.

Nós os Pontífices do nosso povo, sentimos rugir em torno a procela temerosa, que ameaça dispersar e perder o rebanho fiel dos que vos bemdizem por serdes a Mãe de Jesus, e aflitos erguemos para Vosso Filho as mãos suplicantes, gritando-lhe: salva-nos, Senhor, que perecemos! Erguei-as connosco, ó Virgem Sacerdote, pois que elas são omnipotentes sobre o Coração misericordioso de Deus, a Quem Vós oferecestes a Hóstia pura que dá ao Altíssimo tôda a honra e tôda a glória: a fim de que se não perca para nós o Sangue de Vosso Filho e as vossas lágrimas:

Intercedei por Portugal, Senhora, nesta hora gravíssima em que sopram do Oriente ventos furiosos que trazem gritos de morte a Vosso Filho e à cultura fundada sobre os seus ensinamentos, desvairando as inteligências, perventendo os corações, e inflamando o mundo em chamas de ódio e revolta: — Socôrro dos Cristãos, rogai por nós.

Intercedei por Portugal, Senhora, nesta hora conturbada em que as vagas imundas duma imoralidade já sem véus, que perdeu até a noção do pecado, prêgando diante da cruz de Vosso Filho a reabilitação da carne, ameaça afogar no mundo o lírio da virtude que se alimenta do Sangue Eucarístico de Jesus: — Virgem poderosa, rogai por nós!

Intercedei por Portugal, Senhora, nesta hora torva de paixões e incertezas em que até os bons correm risco de perder-se...

Uni todos os portugueses na obediência do Vosso Filho, e no amor da Igreja, e no culto da virtude, e no respeito da ordem, e na caridade fraterna. Rainha da Paz, rogai por nós!

Lembraí-vos, emfim, ó Padroeira na nossa terra, de que Portugal ensinou tantos povos a saudar-vos bem-dita entre tôdas as mulheres. Em memória do que fez pela Vossa glória, salvai-o, Senhora da Fátima, dando-lhe Jesus, em quem êle encontrará a Verdade, e a Vida, e a Paz!

ÍNDICE

	Pág.
AOS LEITORES	7

PARTE I

A Obra da Revolução Liberal

<i>Capítulo</i> I — A Cristandade da Idade Média . . .	21
<i>Capítulo</i> II — Causas do Liberalismo . . .	29
<i>Capítulo</i> III — Ideologia do Liberalismo . . .	37
<i>Capítulo</i> IV — Corifeus do Liberalismo . . .	47
<i>Capítulo</i> V — Consequências do Liberalismo . . .	57
<i>Capítulo</i> VI — O Liberalismo anti-patriótico em Portugal	67
<i>Capítulo</i> VII — O Liberalismo anti-católico em Portugal	79

PARTE II

A Obra da Padroeira Nacional

<i>Capítulo</i> VIII — Lourdes, a Fátima de França . . .	95
<i>Capítulo</i> IX — Lourdes, Fátima e a Perseguição . . .	103
<i>Capítulo</i> X — Ressurgimento Nacional . . .	127
<i>Capítulo</i> XI — Renovação Católica . . .	147
<i>Capítulo</i> XII — A Igreja e o Estado . . .	161
<i>Capítulo</i> XIII — Vitória da nova Ester . . .	185
<i>Capítulo</i> XIV — Restauração da ordem divina . . .	203
<i>Capítulo</i> XV — Esplendores da Fátima . . .	217

APÊNDICES

I — Encíclica <i>Libertas</i> de S. S. Leão XIII . .	233
II — Protesto dos Católicos de Santarém. . .	271
III — Carta de S. S. Bento XV aos Bispos de Portugal	275
IV — Portugal aos Pés de Maria.	279

EMENDAS

Pág.	Linha	Onde se lê	Deve ler-se
34	28	apoïara	se apoivava
35	20	cavalharescas	cavalheirescas
131	7	boa	bóia
172	29	pilépticos	epilépticos